

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E CRISE SOCIAL NO ESPAÇO
METROPOLITANO BRASILEIRO

NELSON JAKIMCZYK BAPTISTA

RIO DE JANEIRO
NOVEMBRO DE 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

B222 Baptista, Nelson Jakimczyk
 Reestruturação econômica e crise social no espaço metropolitano brasileiro / Nelson Jakimczyk Baptista. – Niterói : [s.n.], 2007.
 130 f.
 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

 1.Economia – aspecto social. 2.Reestruturação econômica.
 3.Região metropolitana – Condição social – Brasil. I.Título.

CDD 330.981

NELSON JAKIMCZYK BAPTISTA

Grau: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro da Banca: Ruy Moreira

Membro da Banca: Álvaro Ferreira

Professor Orientador: Jacob Bistock

RIO DE JANEIRO

*A meus pais, que com muita dedicação e esforço
na minha formação, me ajudaram a chegar até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão às pessoas que me auxiliaram na elaboração desse trabalho. Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais pela contribuição na minha formação (intelectual e moral) ao longo de toda a minha vida. Também foram de muita valia as diversas conversas que tivemos sobre a elaboração da dissertação desde o seu início até o final.

Sou muito grato também à Lívia por sua ajuda e compreensão ao longo do tempo em que me dediquei a este trabalho. Certamente se não fosse a sua ajuda na elaboração de tabelas, gráficos, mapas, formatação do texto, entre outras coisas, este trabalho não teria ficado pronto.

Agradeço também ao meu orientador Jacob Bistock pela ajuda essencial no desenvolvimento dessa dissertação. A minha identificação com essa temática se deve as nossas conversas na UFF (Universidade Federal Fluminense) que acabaram me convencendo a mudar o foco do trabalho e aumentar a sua escala, buscando fazer algo “diferente”, como sempre dizia.

Tiveram também grande participação neste trabalho os professores Ruy Moreira e Álvaro Ferreira, que participaram da banca de qualificação. Seus comentários, análises, pontos de vista foram fundamentais para que este trabalho chegasse no estágio atual.

RESUMO

Esta dissertação analisa como o processo de reestruturação econômica, verificada desde o final da década de 1970 e consolidada nos anos 90, vem impactando as grandes metrópoles do país através da precarização das relações de trabalho, do desemprego, da segmentação social, ampliando a vulnerabilidade e degradando as condições de vida de seus habitantes. Para tanto, o trabalho considera que a articulação da economia brasileira ao processo de globalização, redefine o uso do espaço metropolitano contribuindo para transformá-lo no epicentro da crise social do Brasil contemporâneo.

ABSTRACT

This dissertation analyses the way in which economic restructuration processes, that begins in the end of the decade of 70 and consolidate itself in the decade of 90, are impacting the main metropolis of the country, with the advance of labor fragility, unemployment and social inequality, that enlarge the vulnerability and degrade the life conditions of this inhabitants. In doing so, the work considers that the articulation of the Brazilian economy to the process of globalization have contributed to a redefinition use of the metropolitan space, turning this areas into the core of social crises in contemporary Brazil.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – A institucionalização das Regiões Metropolitanas no Brasil	13
1.1 – A macroorganização do espaço e o processo de metropolização	14
1.2 – Origens das Regiões Metropolitanas no Brasil	21
Capítulo 2 – A reestruturação econômica e os seus impactos no espaço	47
2.1 – A reestruturação recente do sistema econômico mundial – antecedentes: o fordismo e o keynesianismo	48
2.2 – A ruptura do modelo fordista – keynesiano	52
2.3 – Os impactos da reestruturação econômica no espaço	55
Capítulo 3 – A reestruturação econômica no Brasil e os seus impactos nos espaços metropolitanos	66
3.1 – A desconcentração industrial no Brasil	67
3.1.1 – O II PND e o início da desconcentração industrial	67
3.1.2 – A crise fiscal do Estado e a desconcentração industrial via ação dos agentes privados	72
3.2 – A terciarização da economia metropolitana e a segmentação social	80
3.3 – A “Involução metropolitana”	90
3.4 – Análise crítica dos indicadores sociais das regiões metropolitanas brasileiras na década de 1990	95
Conclusão	113
Anexo I – Composição das Regiões Metropolitanas analisadas	120

Anexo II – Composição do Entorno do Distrito Federal	125
Referências Bibliográficas	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Evolução da participação de produtos manufaturados no PIB e exportações de PRIs selecionados (%)	55
Tabela 2.2 – Evolução da distribuição de população e emprego por anel em Nova Iorque, Londres e Paris	63
Tabela 3.1 – População que se instala nas Regiões Metropolitanas	67
Tabela 3.2 – Programa nacional de desestatização 1991-1998 em milhões de US\$	76
Tabela 3.3 – Dívida pública do Brasil 1994-2002 – porcentagem do PIB	77
Tabela 3.4 – Brasil – Estrutura do emprego urbano 1990-1998	78
Tabela 3.5 – População ocupada, classes de rendimento mensal	88
Tabela 3.6 – Aglomerações com mais de 500 mil habitantes	93
Tabela 3.7 – Taxa de Pobreza	96
Tabela 3.8 – Taxa de Indigência	98
Tabela 3.9 – Crescimento populacional	100
Tabela 3.10 – Esperança de vida	102
Tabela 3.11 – Renda per capita	104
Tabela 3.12 – Índice de GINI	106
Tabela 3.13 – IDH –M	108
Tabela 3.14 – Domicílios subnormais	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Número de pessoas pobres nos Estados Unidos 1959 – 1989	61
Gráfico 3.1 – A escalada da dívida brasileira 1967 – 1988	73
Gráfico 3.2 – Número absoluto e distribuição relativa dos ocupados por setor de atividade – Brasil metropolitano	81
Gráfico 3.3 - % de empregos gerados (perdidos) por posição na ocupação Brasil Metropolitano	85
Gráfico 3.4 – Distribuição relativa dos ocupados por posição na ocupação Brasil Metropolitano – 1986 – 2000	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da forma urbana: Protótipos da cidade norte-americana de 1820 – 1970

5

Figura 1.1 – “Os elementos dos dois circuitos”

19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Unidades regionais institucionalizadas – Brasil 2003

43

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1 – Classificação de Aroldo de Azevedo – 1959 “ Geografias das metrópoles brasileiras”	23
Mapa 1.2 – Classificação de Pedro P. Geiger – 1963 “Evolução da rede urbana brasileira”	26
Mapa 1.3 – Classificação de Milton Santos – 1967 “Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil”	28
Mapa 1.4 – IBGE-Esboço preliminar de delimitação dos espaços polarizados-1967	30
Mapa 1.5 – Classificação de Roberto L. Correa – 1968 “Centralidade”	2
Mapa 1.6 – “Definição de Áreas Metropolitanas” (Modelo Federativo Centralizado)	36
Mapa 1.7 – Regiões Metropolitanas institucionalizadas	45
Mapa 2.1 – Zonas Centrais, Intermediárias e Periféricas das macrometrópoles de Nova Iorque, Londres e Paris	64
Mapa 3.1 – II Plano Nacional de Desenvolvimento	70

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar como as transformações ocorridas na economia global vêm afetando as regiões metropolitanas brasileiras, tornando-as o epicentro da crise social no Brasil. Nas regiões metropolitanas brasileiras, são verificados um crescimento da precarização das ocupações, aumento do desemprego, degradação das condições de vida de seus habitantes, aumento da pobreza, da desigualdade social, além de outros fatores.

O estudo sobre as metrópoles adquiriu uma grande relevância, na medida em que o atual processo de internacionalização da economia, por estar criando uma nova geografia e arquitetura produtiva que tece redes e nós, vem contribuindo para intensificar a sua importância, já que se tornam cada vez mais estratégicas para o capital global.

Dentro deste cenário, as metrópoles concentrariam o poder econômico, as sedes das grandes corporações, o controle dos meios de comunicação, os serviços produtivos modernos e a difusão de mensagens dominantes. Isto se daria simultaneamente a um crescimento da polarização social interna.

Alguns autores como Sassen (1991), Reich (1991) e Borja e Castells (1997), analisam as transformações verificadas nessas cidades, como a redução da produção industrial e a expansão das ocupações vinculadas ao setor terciário, como hipótese básica para explicar os vínculos entre a globalização e a dualização social. Assim, com a segmentação do mercado de trabalho, estabelecida entre, de um lado, serviços de baixa categoria e, de outro lado, uma gama considerável dos chamados serviços de ordem superior como engenharia, consultoria, planejamento, marketing, informática e serviços financeiros; as transformações assinaladas produziriam uma nova estrutura social, marcada pela crescente polarização social e redução das camadas médias.¹

¹ Em trabalho mais recente Sassen (2003) relativiza essa suposição, assinalando que as classes médias não estariam desaparecendo mas que a nova economia urbana contribui menos para a sua expansão que para o reforço das desigualdades existentes e para a emergência de novas desigualdades, ocasionando um crescimento da economia informal e da pobreza e a produção de uma nova marginalidade urbana até mesmo nas metrópoles mais avançadas, fenômenos

Em seu estudo sobre Los Angeles, Soja (1993) analisa as transformações no mercado de trabalho e o conseqüente crescimento da polarização social decorrentes do novo papel das metrópoles na economia internacional:

“ (...) tem ocorrido uma reciclagem ocupacional que polariza cada vez mais o mercado de trabalho pelas diferenças de qualificação e salários. O segmento médio dos operários qualificados, sindicalizados e bem remunerados vem encolhendo, com uma pequena parcela de seus trabalhadores ascendendo em direção a uma tecnocracia ampliada de colarinhos-brancos, mas uma proporção muito maior escoando para baixo, para um reservatório mal qualificado e mal pago de trabalhadores da produção e dos serviços, inflacionado pela imigração maciça e pelos empregados de turno parcial e do sexo feminino”.

De acordo com Soja (1993), entretanto, somente nos Estados Unidos, ao menos dentre todos os países industriais avançados, é que essa reestruturação dramática do emprego tem estado associada a um substancial crescimento conjunto do emprego².

Nesse sentido, o atual movimento de globalização e de reestruturação econômica apresentam desdobramentos espaciais, verificados a partir de uma nova divisão territorial do trabalho e com fortes repercussões na estrutura social, observados através da ampliação dos extremos e uma retração das camadas médias, com um aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades sociais.

Um conceito muito importante para este trabalho é o de reestruturação. Para Soja (1993), a reestruturação transmite a noção de uma combinação seqüencial de desmoroamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstrução. Dessa forma, a reestruturação está ligada diretamente ao ritmo cíclico de acumulação do capital.

A tentativa mais sistemática de relacionar a teoria da acumulação à geografia específica do capitalismo, segundo Smith (1988), foi feita por Harvey. Este autor desenvolve um modelo cíclico de investimento no meio ambiente construído baseado tanto na evidência histórica quanto na teoria de Marx sobre a crise do capitalismo. A lógica

antes característicos das sociedades menos desenvolvidas e atribuídas às suas “imperfeições” (CARVALHO, 2006).

² Soja (1993) lista que as dez ocupações que têm crescido mais depressa e que correspondem a “ grande máquina de empregos norte-americana” são: zelador(a) de edifício, caixa, secretário(a), auxiliar de serviços gerais de escritório, vendedor(a), enfermeiro(a) profissional, garçom/garçonete, professor(a) de jardim de infância/escola primária, motorista de caminhão e auxiliar de enfermagem.

central, segundo Smith (1988), permanece a mesma da análise de Marx a respeito da necessidade de crise no âmago da acumulação capitalista, considerando, entre outras coisas, o turbilhão da superacumulação tanto como uma condição quanto um resultado da crise.

De acordo com Smith (1988), a mais completa análise da crise feita por Marx, se encontra na parte III, volume três de O Capital, em que este autor aborda que o mesmo desenvolvimento histórico das forças produtivas que se torna a alavanca da acumulação, também acarreta “o crescimento gradual do capital constante em relação ao capital variável” (MARX, 1967 pg. 212) - isto é, do capital investido em matérias-primas, maquinaria, etc., em relação à força de trabalho – e uma vez que isso faz encolher a base relativa da qual o lucro é produzido, isso deve necessariamente conduzir a uma queda gradual da taxa de lucro. Segundo Smith (1988), por haver desenvolvimentos inerentes que contrariavam essa necessidade, por exemplo uma taxa crescente de mais-valia, Marx enfatiza que a taxa de lucro decrescente é, sempre, tão somente uma tendência. Além do impulso imediato de acumulação, uma queda na taxa de lucro “acelera mais ainda a concentração de capital e sua centralização através da expropriação de capitalistas menores” (MARX, 1967 pg. 241). Isto dá um impulso maior ao processo de acumulação, que leva finalmente à super acumulação do capital. Desse modo, a “taxa decrescente de lucro e a superprodução de capital originam-se das mesmas condições” e, por sua vez, levam a “crises violentas e agudas”, a súbitas e poderosas desvalorizações e ao rompimento do processo de reprodução e, assim, “a uma real queda na reprodução” (MARX, 1967 pg. 254).

Dessa forma, o argumento relativo às crises foi resumido de maneira clara, uma vez que para o capitalismo, a crise não é somente o período de uma contradição inerente entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas e as condições sob as quais esta deve ocorrer; a crise econômica é também contraditória, já que as crises também preparam o terreno para uma nova fase de desenvolvimento capitalista (SMITH, 1988). Assim, de acordo com Marx (1967 pg. 186 vol. 2), “há sucessivos períodos de depressão, atividade mediana, precipitação e crise... Mas uma crise sempre constitui o ponto de partida de grandes e novos investimentos”.

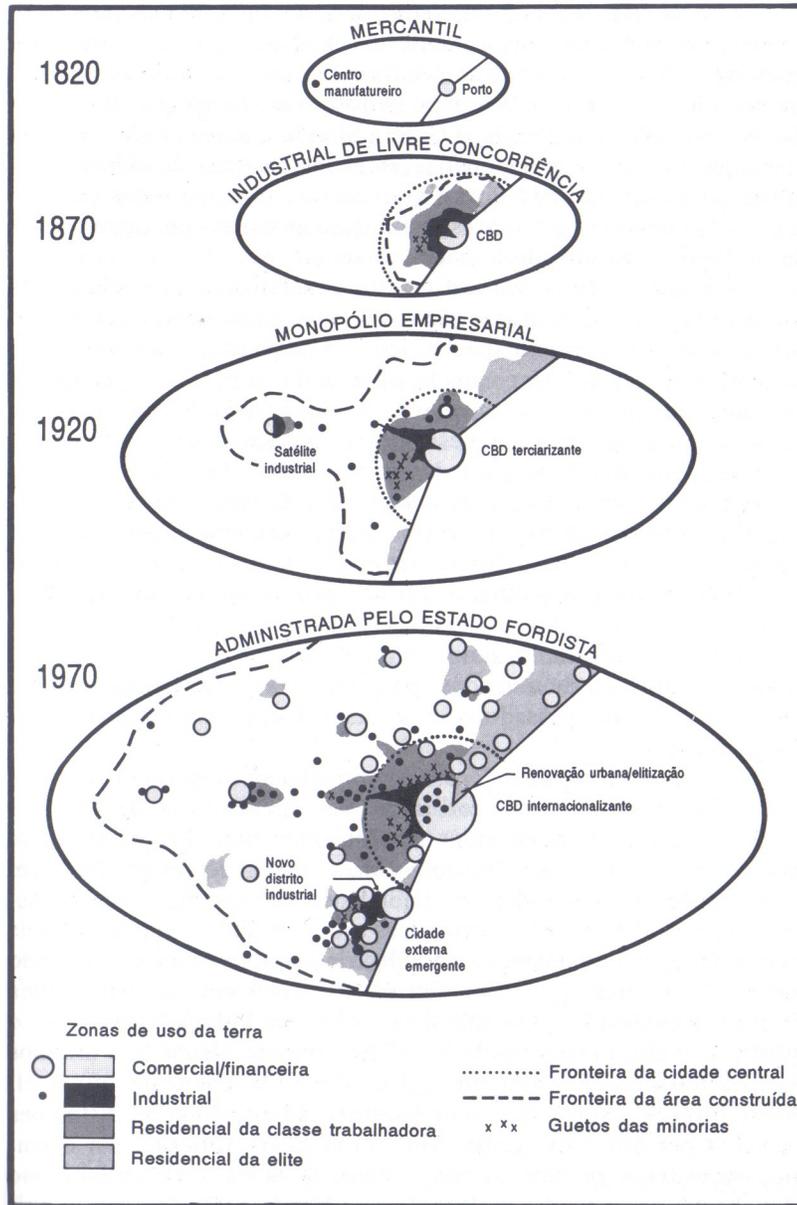
Durante os períodos de crise, ocorre uma acentuação da mobilidade do capital, na medida em que este busca certos “locais” onde haja um custo mais baixo de reprodução. Com isso, a sobrevivência do capital é firmada pela acentuação do processo de

diferenciação geográfica. De acordo com Smith (1988), o capital busca não um equilíbrio construído na paisagem, mas um equilíbrio que seja viável precisamente em sua capacidade de se deslocar nas paisagens de maneira sistemática. Este é o movimento em vaivém que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual.

Portanto, o período pós-crises de acumulação de capital herda um espaço geográfico que é altamente diferenciado através da crise. Ou seja, as constantes reestruturações do capitalismo, que ocorrem em função de suas contradições internas, levam à “formação e re-formação inquietas das paisagens geográficas” (HARVEY, 1985 pg. 150).

As constantes reestruturações por que passa o capitalismo, tem um impacto na evolução da forma urbana (figura 1). De acordo com Soja (1993), torna-se cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala.

Figura 1. Evolução da forma urbana: protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970



Fonte: SOJA, Edward. Geografias pós modernas: a reafirmação do espaço na teoria social Crítica (1993).

A última reestruturação, segundo Soja (1993), ocorreu em função de uma crise de reprodução, principalmente decorrente de uma crise fiscal do Estado e de seu efeito de aperto na acumulação de capital e na capacidade de se manterem meios eficazes de disciplina trabalhista e controle social. Dessa forma, objetivando aumentar a taxa de retorno

do capital, estipula-se uma nova divisão territorial do trabalho que redefine a forma e a função das metrópoles dentro deste contexto.

Se durante o regime de acumulação anterior, denominado por Poulantzas de “capitalismo de Estado autoritário”, por Lefebvre de “système étatique”, por Mandel de “Capitalismo Tardio” e genericamente conhecido como “capitalismo monopolista estatal”, o Estado impôs uma lógica aglomeradora como condição básica à produção e reprodução do capital, posteriormente à reestruturação, as metrópoles assistem a um processo de desindustrialização e terciarização de sua economia, além do crescimento das desigualdades sociais devido à nova lógica do mercado de trabalho. Devido às transformações observadas posteriormente à reestruturação, vários autores consideraram necessário propor novas denominações pra aludir à cidade emergente, já que as utilizadas anteriormente não seriam mais apropriadas³.

No que tange à estrutura, as metrópoles se vêm envoltas, segundo Soja (1993), com os processos de descentralização e recentralização geográficas. Ou seja, em função das deseconomias de aglomeração, como a crescente valorização do solo urbano, aumento do custo da mão-de-obra, crescimento dos impostos, aumento do preço do frete, violência urbana, entre outros fatores, as indústrias vêm se deslocando das regiões metropolitanas para pequenas e médias cidades do interior, evocando o que Soja (1993) denominou de “grande reviravolta não-metropolitana”. Ao mesmo tempo, as metrópoles não perdem a sua centralidade na medida em que lá se encontram as sedes das grandes empresas que transferiram a sua produção buscando reduzir os custos de produção.

Essa nova função das metrópoles, no contexto da divisão territorial do trabalho, imposta pela reestruturação econômica, só foi possível, de acordo com Soja (1993), devido à “criação de uma densa rede de vínculos transnacionais e de sistemas de produção e serviços tecnologicamente avançados, que permitem processos de produção industrial cada vez mais desintegrados verticalmente, para serem horizontalmente religados de maneira flexível e eficiente, num florescente complexo industrial territorial”.

³ Nesse sentido, foram propostas novas denominações, como cidade informacional (CASTELLS, 1989), cidade difusa (INDOVINA, 1990), cidade global (SASSEN, 1991), metápole (ASCHER, 1995), cidade pós-moderna (AMENDOLA, 1997), metrópole desdobrada (GUEDES, 1997), cidade reticular (DEMATTEIS, 1998), pós-metrópole (SOJA, 2000) ou cidade dispersa (MONCLUS, 1998). (DE MATTOS, 2004).

Assim, as metrópoles não perdem importância dentro desta nova configuração espacial. Muito ao contrário, elas se tornam mais importantes já que está havendo uma “metropolização expandida” (DE MATTOS, 1998), ou seja, o surgimento de novas metrópoles se encontra subordinado ao movimento de desconcentração industrial, cujas empresas possuem as suas sedes nas metrópoles tradicionais. Edward Soja, a partir de seus estudos sobre Los Angeles, assinala que a metrópole contemporânea se estrutura de forma mais “descentralizada” e integra espaços antes tidos como periféricos, completando o processo de urbanização periférica iniciada um século atrás e enfatiza:

“As dinâmicas do desenvolvimento metropolitano já não são, hoje, tão decididamente monocêntricas, tão determinadas por um modelo singularmente polarizado de forças centrífugas e centrípetas, por um padrão de crescimento urbano que gira em torno definitivo da cidade. A nova metrópole é crescentemente “descentralizada” e cada vez mais um mosaico de desenvolvimento geograficamente desigual...” (SOJA, 1996).

A força conjunta da descentralização e recentralização que acompanhou a última reestruturação urbana, contribuiu significativamente para a precarização das relações de trabalho verificadas nas grandes metrópoles. Ou seja, a busca por reduzir os custos de produção, modificou as relações de trabalho ampliando a vulnerabilidade e a degradação das condições de vida de seus habitantes.

Nesse sentido, a reestruturação tem como um dos seus componentes mais fortes, a crescente exploração na relação capital/trabalho. A esse respeito, Benko (1996) explica que:

“A era “eletrônica” da acumulação capitalista não é a de um lento refluxo da exploração da força de trabalho pelo capital, mas, ao contrário, um momento histórico singular em que o reexame do “compromisso” da relação salarial fordista e a busca de novas fontes de produtividade se conjugam com a complexificação da concorrência intercapitalista e uma nova configuração internacional da divisão do

trabalho (mudanças na composição intersetorial da acumulação, transferência das unidades para zonas de baixos salários, tendência a privilegiar unidades de produção menores, em que se efetuam economias máximas nos custos de produção”.

Dessa forma, verifica-se que a evolução que está sendo observada atualmente mostra, por um lado, maior polarização e segregação social e, por outro, forte intensificação da expansão ou dilatação metropolitana, com incontroláveis tendências à suburbanização, periurbanização e policentrismo, que embora já tenham começado a se esboçar no período anterior, agora adquirem características diferenciais, inerentes a esse novo período de modernização capitalista .

Em nosso trabalho, partimos do princípio de que existe uma crise social nas grandes regiões metropolitanas brasileiras refletidas por uma significativa deterioração geral das condições de vida e habitabilidade, observadas através do avanço da precariedade ocupacional, da vulnerabilidade, do desemprego e da segmentação urbana.

A nossa hipótese é a de que essa crise social é um reflexo da reestruturação econômica que se verifica nas grandes metrópoles brasileiras a partir dos processos de desindustrialização e terciarização da economia. Ou seja, a nova estruturação do mercado de trabalho, caracterizada por uma pequena oferta de empregos altamente qualificados e bem remunerados de um lado, e a oferta de ocupações de qualificação inferior e de baixa remuneração, vem contribuindo para uma acentuação da degradação das condições ocupacionais, levando a uma piora nas condições de vida de seus habitantes e, conseqüentemente, transformando-as no epicentro da crise social do país.

Nosso objeto de estudo serão as regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles globais, como São Paulo e o Rio de Janeiro, além das regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles nacionais. São elas: Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador. A exceção se faz à Brasília, pois ainda não se constituiu, de fato, em uma região metropolitana, sendo classificada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como uma RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), criada em 1988.

Para comprovação de tal hipótese, utilizaremos dados secundários. Os dados a serem utilizados foram disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu estudo sobre a análise socioeconômica das regiões metropolitanas do Brasil no período de 1991 – 2000. As regiões metropolitanas globais e nacionais serão analisadas segundo os indicadores de Intensidade de Pobreza, Intensidade de Indigência, Crescimento Populacional, Esperança de Vida, Renda per Capita, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e Domicílios Subnormais. Nosso objetivo, ao utilizar os referidos dados, seria o de caracterizar se está havendo, de fato, uma crise social nas regiões metropolitanas globais e nacionais, a ser demonstrada por uma inflexão nos indicadores.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: no capítulo I, estudaremos como a macroestruturação do espaço verificada dentro de um contexto modernização das atividades produtivas e integração das regiões brasileiras a partir de uma rede urbana a nível nacional, desencadeou o processo de metropolização e o posterior surgimentos das regiões metropolitanas.

Verificaremos os principais estudos sobre redes urbanas e hierarquias urbanas, desde o XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional em 1956, no qual se iniciaram os estudos sobre metrópoles no Brasil, até a institucionalização das regiões metropolitanas estipuladas através do GAM (Grupo de Áreas Metropolitanas) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Focaremos também, nesse capítulo, as regiões metropolitanas instituídas posteriormente à constituição de 1988, sob responsabilidade não mais da esfera federal, mas dos governos estaduais. Verificar-se-á a grande diferença dentro do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras, uma vez que não existe um critério unificado de institucionalização, havendo, inclusive, regiões metropolitanas que não são polarizadas por metrópoles.

No capítulo II, analisaremos a reestruturação recente do sistema econômico mundial. Primeiramente, estudaremos os antecedentes da reestruturação econômica: o fordismo e o keynesianismo, desde o seu surgimento até a sua crise, no início da década de setenta.

Posteriormente, observaremos os impactos da atual reestruturação econômica, baseados na acumulação flexível e no neoliberalismo, no espaço. Essa observação, focaliza a alteração da geografia industrial do mundo, que tem impacto em diversas escalas: no que se refere a escala global, observa-se uma nova divisão internacional do trabalho e o aparecimento de um novo grupo de países denominado de Países Recém Industrializados (PRIs), composto por Brasil, México, Coréia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, Malásia.

Essas alterações no campo produtivo apresentam uma grande relevância na escala regional, pois, segundo Soja (1993), está havendo uma “inversão no papel das regiões”, já que regiões centrais antes altamente industrializadas e prósperas, como segmentos do cinturão manufatureiro norte-americano, o nordeste da Inglaterra e do País de Gales, o norte da França, a Valônia e o Ruhr – têm experimentado um declínio e uma desindustrialização econômica acelerados, enquanto muitas regiões periféricas pobres (inclusive alguns exemplos clássicos de subdesenvolvimento regional) converteram-se em novos centros de crescimento industrial e expansão econômica.

Outra consequência do novo paradigma político-econômico a ser estudado nesse capítulo é a reestruturação urbana que ocorre entre as antigas metrópoles e os novos espaços industriais. As metrópoles, antigos centros industriais, têm sofrido um processo de perda das atividades industriais em função da facilidade de deslocamento, fruto do novo paradigma tecnológico, assim como o surgimento de deseconomias de aglomeração como mão-de-obra cara, impostos, preço da terra elevado, tráfego congestionado e violência urbana.

Analisaremos como a reestruturação urbana, pautada na desindustrialização e na terciarização da economia, vêm contribuindo para o aumento da polarização social nas principais metrópoles mundiais, assim como ocasionado o surgimento de bolsões de pobreza em alguns bairros ou regiões, representando a “periferização” de algumas áreas do centro do capitalismo.

No capítulo III estudaremos como a reestruturação ocorreu no Brasil. Verificaremos como ocorreu a desconcentração industrial, tanto através da ação do Estado, em função da interiorização dos empreendimentos industriais via II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento); tanto em decorrência da ação do mercado, via “guerras fiscais”, posteriormente à crise fiscal do Estado.

Verificaremos, também, como essa reestruturação econômica que atinge as metrópoles brasileiras, ampliou a polarização social, em função da nova estruturação do mercado de trabalho, já que juntamente com a criação de uma pequena gama de empregos altamente qualificados e bem remunerados, surgem ocupações de qualificação inferior e de baixa remuneração.

Não poderemos deixar de analisar, também, o fenômeno da “involução metropolitana” decorrente deste processo de reestruturação econômica que assola as metrópoles brasileiras. Ou seja, observaremos como a crise social instaladas nessas cidades, contribuem para reduzir o seu crescimento populacional e deteriorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Neste capítulo, faremos também uma análise crítica dos indicadores disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no seu estudo sobre a Análise Socioeconômica das Metrópoles no período 1991-2000. Para a comprovação de nossa hipótese, se há, de fato, uma crise social nas regiões metropolitanas brasileiras, serão utilizados os indicadores de Intensidade de Pobreza, Intensidade de Indigência, Crescimento Populacional, Esperança de Vida, Renda per Capita, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e Domicílios Subnormais.

Este trabalho se justifica pela importância das regiões metropolitanas brasileiras na economia nacional. De acordo com Moura, Delgado, Deschamps e Cardoso (2004), as regiões metropolitanas polarizadas pelas metrópoles consideradas globais, São Paulo e Rio de Janeiro, responderam, em 2000, por 18% da PEA (População Economicamente Ativa) brasileira, 17% da PO (População Ocupada) e 21% do pessoal ocupado na indústria de transformação. Somaram o expressivo estoque de 11,3 milhões de ocupados, sendo 1,8 milhões na indústria. Já as sete regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles nacionais contribuíram com um estoque de 9 milhões de ocupados, sendo 1,3 milhões nessa indústria.

Entretanto, no Brasil, e de maneira mais intensa nas regiões metropolitanas, a questão do desemprego agravou-se bastante nas últimas décadas. Verifica-se que as metrópoles reúnem mais da metade do contingente de desempregados do país (52%) e o conjunto formado pelas regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles globais e

nacionais concentrava 77% dos desempregados de todas as regiões metropolitanas e 40% do total brasileiro.

Nesse sentido, concentrado a riqueza e a pobreza do país, acreditamos que o nosso tema seja relevante para a reflexão e que o nosso trabalho pode contribuir para primeiramente, entendendo a problemática metropolitana, partir em busca de mecanismos que busquem amenizar, ou quem sabe, solucionar os problemas daqueles que vivem nas grandes metrópoles brasileiras nos dias de hoje.

CAPÍTULO 1

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

Este capítulo vai analisar o processo de formação das regiões metropolitanas brasileiras à luz da modernização produtiva, observada no país a partir de meados da segunda metade do século XX, e da consolidação de uma rede urbana a nível nacional, favorecida por programas e políticas de integração nacional.

Também levaremos em conta, neste capítulo, as diversas pesquisas sobre a formação da rede urbana e hierarquia urbanas a nível nacional desenvolvidas pelos estudiosos de geografia urbana, que desde o final da década de 1950, em função das mudanças estruturais por que passava o país, mudaram o paradigma da disciplina, não mais privilegiando os estudos referentes à dinâmica interna das cidades. Nesse sentido, utilizaremos a contribuição de vários autores como: Petrone (1960), Azevedo (1960), Geiger (1960, 1963), Davidovich (1964), Santos (1967) e Corrêa (1968). Também destacaremos as pesquisas desenvolvidas no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), principalmente o Grupo de áreas Metropolitanas (GAM), que estabeleceu os critérios e delimitou as regiões metropolitanas no Brasil no início da década de 1970.

Observaremos também, as mudanças na institucionalização das regiões metropolitanas que ocorreram ao longo do tempo: se em 1973 a criação das áreas metropolitanas ficava a cargo da esfera federal, a partir da Constituição de 1988, ela passou a ser de responsabilidade do poder Estadual. Assim, com a variedade de critérios a ser utilizada para a delimitação das regiões metropolitanas, já que atualmente cada Estado possui critérios próprios para a sua institucionalização, veremos a criação de um vasto e diferenciado conjunto de regiões metropolitanas no Brasil.

1.1 A MACROORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

De acordo com Castello Branco (2003), a organização do espaço no Brasil se fez e se faz através da atuação dos núcleos urbanos. Inicialmente, pontos isolados no território deram origem a embriões de redes urbanas comandando uma área de atuação imediata, na organização territorial que ficou conhecida como “arquipélago”. Neste período inicial, a grande característica da rede e dos centros urbanos era a ausência de articulação interna, substituída por articulações diretas com o exterior. Somente a partir das décadas de 1950 e 1960 este quadro se modifica em função da modernização do país e dos programas e políticas de integração nacional. Em virtude desse processo, emerge uma rede urbana a nível nacional.

No Brasil, as metrópoles estão associadas à modernização do país. Segundo Santos (1979), este tipo de cidade não existia anteriormente nos países do Terceiro Mundo. As grandes cidades latino-americanas anteriores à Segunda Revolução Industrial (1870) não podiam ser consideradas metrópoles, se reservarmos esta expressão para as grandes cidades que se irradiam sobre um vasto território e são dotadas de uma importante gama de atividades destinadas a satisfazer as exigências da vida cotidiana da totalidade da população nelas contida, quer dizer, tanto a serviço das massas como das classes privilegiadas. Observamos em Langenbuch (1971, p.1), que “ [...] a metrópole constitui um tipo especial de cidade, que se distingue das menores não apenas por sua dimensão, mas por uma série de fatos, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa” (SANTOS, 1993).

Assim, devido à raridade de locais apropriados com infra-estrutura para a instalação de atividades modernas nos países subdesenvolvidos, surge uma tendência à concentração dessas atividades nas grandes cidades. Dessa forma, as metrópoles vão se constituir no elemento essencial de organização do espaço observados a partir da modernização desses países.

A partir da industrialização orientada para as necessidades nacionais, busca-se integrar as diversas partes do território nacional através da construção de uma extensa rede de estradas que buscam aumentar as trocas comerciais entre as regiões do país. De maneira geral, as áreas mais industrializadas fornecem produtos manufaturados para o resto do país e recebem em troca produtos alimentares, matérias-primas, capitais e mão-de-obra. Assim, a partir da criação de uma rede urbana a nível nacional e da integração territorial, constata-se um fenômeno de complementaridade inter-regional, apesar das trocas assimétricas que conduzem à idéia de dominação e dependência.

Surgem, dessa forma, relações importantes do ponto de vista da hierarquia entre as cidades pois, a partir da estruturação do país em termos de espaço unificado, surgem relações ininterruptas entre as cidades mais importantes e as outras cidades, constituindo-se, conseqüentemente, as metrópoles no Brasil.

A concentração industrial em um ponto ou em uma região do país leva ao que Santos (1979) denominou de “colonialismo interno”, pelo fato do resto da nação se tornar dependente desses pontos ou regiões para o abastecimento de certos tipos de produtos. Outra conseqüência é o aumento das desigualdades regionais. Enquanto ocorre o enriquecimento dos centros industriais, verifica-se o empobrecimento relativo das periferias.

Como conseqüência, um dos resultados das situações de desigualdade espacial é o desencadeamento de migrações inter-regionais, rurais-urbanas e inter-urbanas, das pequenas cidades para as grandes cidades. Segundo Santos (1979), as migrações devem ser entendidas como uma expressão espacial dos mecanismos de modernização. Essas migrações são uma resposta a situação de desequilíbrio regional provocadas pela integração espacial oriunda da criação de uma rede de transportes a nível nacional. Essas migrações contribuem para agravar esses desequilíbrios, na medida em que concentram renda e população nas áreas mais dinâmicas do país.

De acordo com Singer (1998), os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens:

- Fatores de mudança – Decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação dos camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo

por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego.

- Fatores de estagnação – Se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

Do ponto de vista econômico, os fatores de mudança têm um sentido oposto aos fatores de estagnação, no que se refere às causas para a migração. Enquanto os primeiros fazem parte do próprio processo de industrialização e trazem consigo mudanças na base técnica, o que ocasiona uma redução da mão-de-obra necessária para as atividades rurais, os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores, em uma economia de subsistência, de elevarem a produtividade da terra. Assim, os fatores de estagnação levam à emigração do excedente populacional proveniente do crescimento vegetativo da população rural.

De acordo com Singer (1998), o processo de modernização tecnológica dos países capitalistas desenvolvidos difere consideravelmente da industrialização capitalista nos países não desenvolvidos. Isto ocorre, de acordo com esse autor, pois o ritmo de mudança tecnológica e seus efeitos socioeconômicos são muito mais amplos nos países não desenvolvidos, já que nos países desenvolvidos a mudança ocorreu mais lentamente. Nos países não desenvolvidos, ramos de produção inteiros são implantados de uma só vez, submetendo a estrutura econômica a choques muito mais profundos (SINGER, 1998).

Dessa forma, torna-se fácil entender as razões para o volume das migrações internas, proporcionalmente muito maior nos países não desenvolvidos do que nos desenvolvidos. No primeiro grupo, os fatores de mudança têm efeitos mais amplos, em função do rápido processo de modernização tecnológica, e a eles se somam os fatores de estagnação, que nos países desenvolvidos, segundo Singer (1998), praticamente não se fazem mais sentir.

Ao mesmo tempo em que houve uma grande migração no Brasil, em função do processo de modernização tecnológica, grande parte desses migrantes se dirigem para as

metrópoles, uma vez que as grandes cidades vão concentrar as atividades modernas no País. Entretanto, segundo Santos (1993), algumas metrópoles recebem um grande contingente de população mesmo sem nelas ocorrer um intenso processo de industrialização. Isto ocorre pois, devido ao baixo poder aquisitivo e o limitado horizonte cultural da maioria dos migrantes, estes se movimentam apenas a distâncias relativamente curtas, promovendo a sua urbanização muitas vezes em cidades que não foram escolhidas pelo capital para nelas se acumular. Certas cidades como Belém e Fortaleza representam este quadro.

A grande concentração dos migrantes nas metrópoles brasileiras ocorre posteriormente ao surgimento da rede urbana a nível nacional, uma vez que criou condições para uma crescente concentração do capital em alguns pontos do território. Nesse sentido segundo (Santos), em função das migrações internas em direção às metrópoles, houve um incremento no número de cidades milionárias. Se em 1960 havia apenas duas (São Paulo e Rio de Janeiro), passaram a ser cinco em 1970, dez em 1980 e doze em 1991.

Porém, as atividades modernas, estabelecidas nas metrópoles brasileiras não conseguiram absorver o grande contingente de migrantes. Dessa forma, de acordo com Singer (1998), a migração contribui para a formação de uma população “marginal” nos lugares de destino. Segundo esse autor, a “marginalidade” é conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e usufruto de certos serviços urbanos.

O que ocorre para o aparecimento da “marginalidade” é que não há uma correspondência entre o desemprego tecnológico gerado no campo e a criação de novo emprego na cidade (SINGER, 1998). Assim, o capitalismo mantém uma parte da força de trabalho em estoque, constituindo um exército industrial de reserva. Segundo Singer (1998), nos países capitalistas desenvolvidos, uma parte do excedente é transferida aos trabalhadores em reserva sob a forma de um auxílio aos desempregados ou mediante subvenções da beneficência pública. Já nos países capitalistas não desenvolvidos, a transferência é feita individualmente, mediante compra de serviços produzidos por trabalhadores autônomos. Nestes países, portanto, o exército industrial de reserva é constituído menos por desempregados, em sentido estrito, mas por serviçais domésticos, trabalhadores de ocasião (biscateiros), ambulantes de todo tipo. Dessa forma, nem todos os

que se acham à “margem” da economia capitalista constituem, no entanto, parte do exército industrial de reserva (SINGER, 1998).

Já Santos (1979) aborda que a modernização tecnológica leva a formação de dois circuitos na economia: o circuito superior e o circuito inferior. De acordo com esse autor, as modernizações atuais, criações do sistema tecnológico, são comandadas pela força da grande indústria, representada essencialmente pelas firmas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informações.

Entretanto, as modernizações que ocorreram nos países periféricos criaram um número limitado de empregos, uma vez que as indústrias instaladas são extremamente mecanizadas e, portanto, necessitam de um número reduzido de mão-de-obra. Assim, a indústria responde cada vez menos às necessidades de criação de empregos. A agricultura, por sua vez, também vê o seu contingente de mão-de-obra diminuir em função da modernização da produção no campo. Dessa forma, as grandes cidades assistem à proliferação de atividades ligadas ao setor terciário, na sua maioria, compostas por ocupações com baixa remuneração e reduzida proteção social.

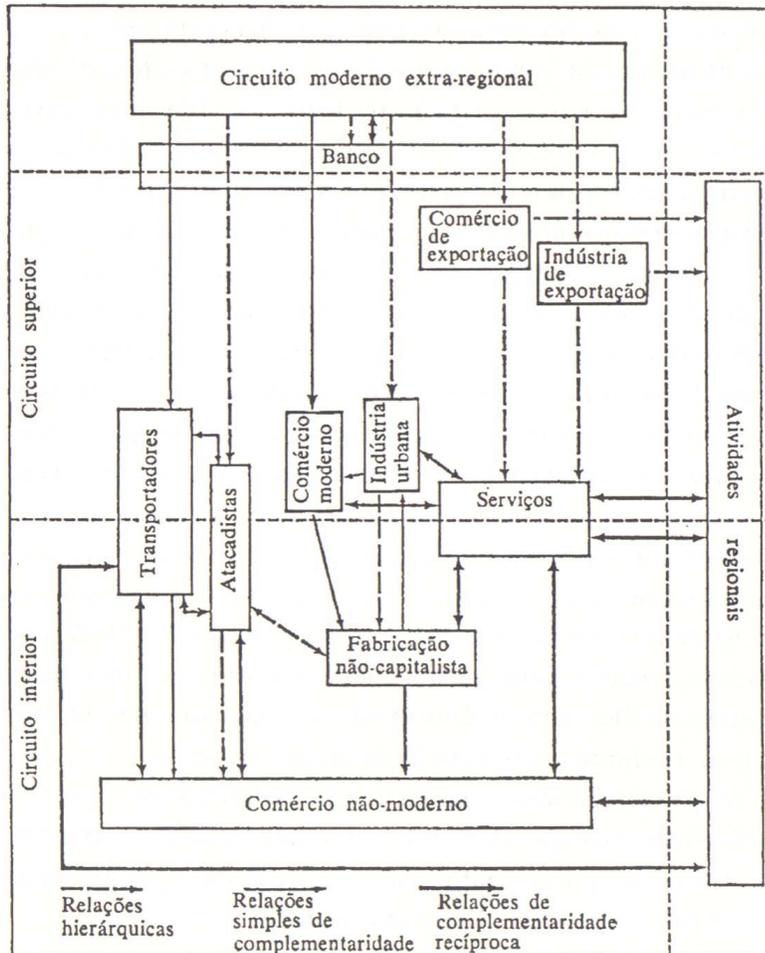
A existência de uma grande massa de pessoas com baixos salários ou que ganham a vida com atividades ocasionais, ao lado de uma pequena parcela beneficiária da modernização e que apresenta rendas elevadas, cria no meio urbano uma divisão entre aqueles que podem ter acesso aos bens e serviços oferecidos e aqueles que não têm condições de fazê-lo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 1979).

Nesse sentido, Santos (1979) coloca que a criação dos dois circuitos (figura 1.1) é uma consequência direta da modernização tecnológica. O circuito superior, que consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam desse processo, corresponde ao resultado direto da modernização. O circuito inferior é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, pois se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligados.

Simplificando, de acordo com Santos (1979), pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria

urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Já o circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos a “varejo” e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

Figura 1.1 – “Os Elementos dos Dois Circuitos”



Fonte: Santos, Milton. O Espaço Dividido, 1979.

Outro ponto importante a se destacar, são as diferenças entre os dois circuitos no que se refere à tecnologia e à organização. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é “trabalho intensivo”. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 1979).

Dessa forma, o emprego oferecido pelos dois circuitos é o resultado da combinação do uso da tecnologia e da organização. Assim, a despeito da utilização intensiva de tecnologia, o circuito superior absorve pouca gente e apresenta uma tendência constante à redução do emprego nas indústrias em função do processo de modernização tecnológica. Nas atividades ligadas aos serviços, o circuito superior tende a absorver mais pessoas, porém, essas atividades se encontram restritas em apenas alguns pontos do território. Já a ocupação no circuito inferior, necessita de baixa qualificação, apresenta uma pequena remuneração e muitas vezes essa ocupação é transitória. Entretanto, como nos lembra Santos (1979), se a média de ocupados por unidade de produção é baixa, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Nesse sentido, o circuito inferior é o grande fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação.

Portanto, é importante ressaltar que a modernização tecnológica e a criação de uma rede urbana a nível nacional, provocou uma concentração produtiva nas grandes cidades e, conseqüentemente, uma concentração populacional, onde os migrantes recém chegados não conseguiram se estabelecer dentro do setor moderno da economia. Cria-se, dessa forma, uma economia “marginal”, segundo Singer (1998) ou os dois circuitos da economia urbana, de acordo com Santos (1979).

1.2 ORIGENS DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

Durante as décadas de 1950 e 1960, assistia-se no Brasil a um intenso processo de metropolização, onde a indústria impôs uma lógica concentradora como condição básica à produção e reprodução do capital, levando consigo um vasto contingente de mão-de-obra saída de regiões que apresentavam uma economia deprimida, principalmente de nordestinos.

Nesse sentido, concentrando a riqueza nacional e, ao mesmo tempo, apresentando uma diversidade de mazelas sociais, o tema “metrópole” foi se tornando cada vez mais importante nas pesquisas sobre geografia urbana. Segundo Corrêa (1994, p. 327), a rede urbana brasileira aparece então como uma temática extremamente relevante, tendo em vista que reflete e atua no processo de desenvolvimento capitalista. Desse modo, a partir da segunda metade da década de 50, os estudos sobre redes urbanas tomaram extraordinário impulso no país, sobrepujando aqueles que privilegiavam a cidade considerada isoladamente.

Os estudos dedicados à hierarquia urbana, originários do questionamento a respeito do número, tamanho e distribuição das cidades, também se destacaram a partir deste período. Assim, expressões com metrópole nacional, metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local, utilizados nos estudos em pauta, refletem a natureza hierárquica dos centros da rede urbana. Convém apontar, de acordo com Corrêa (2004), que os estudos sobre hierarquia urbana tiveram o mérito de induzir o desenvolvimento de um rico aparato operacional que enriqueceu não apenas o conhecimento das redes urbanas em geral, mas de toda a geografia urbana.

De acordo com Castello Branco (2003, P.49), o temário em geografia urbana foi completamente alterado a partir da realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional em 1956. Sob a influência desse congresso, iniciaram-se os estudos sobre as metrópoles.

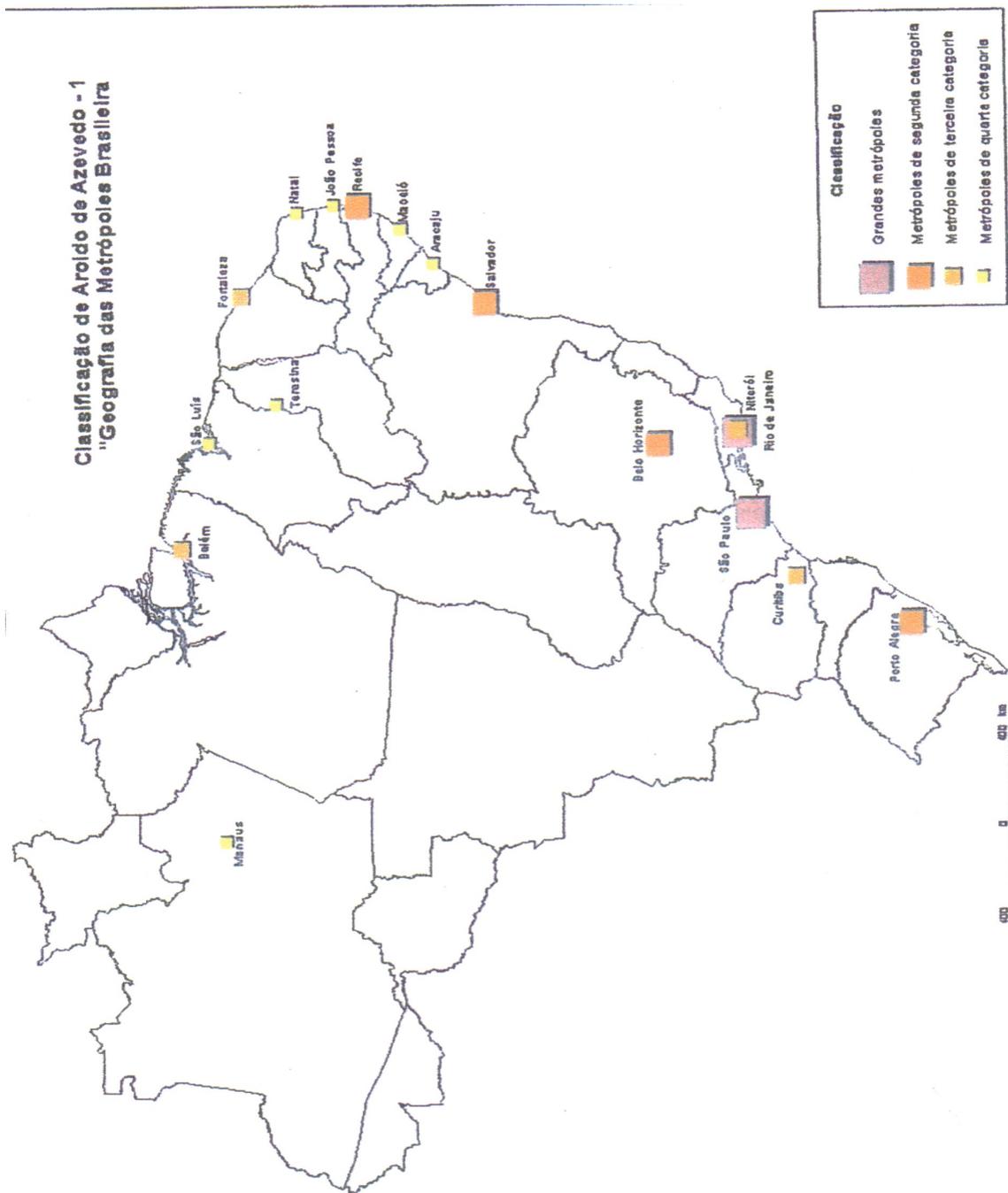
Nesta linha, segundo Castello Branco (2003), Geiger inicia, em 1957, a publicação de uma série de pesquisas sobre hierarquias de cidades no Brasil, apresentando proposta de aplicação do método Rochefort para identificação da rede urbana do país. Aponta as dificuldades provocadas pelo nível dos dados censitários disponíveis, que se referem ao total municipal, e não aos centros urbanos e introduz as adaptações necessárias. Aplicando a metodologia ao estudo de três áreas: Rio de Janeiro, Mato Grosso e Rio Grande

do Sul, conclui o autor pela validade do método e das adaptações realizadas (GEIGER, 1957, p. 5-15).

Em 1959, na XIV Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), houve um simpósio sobre o “Habitat urbano no Brasil: o problema do estudo das metrópoles”, de tónica metodológica, com o objetivo de estabelecer critérios para a definição de metrópoles e para a definição e delimitação de áreas urbanas. Nesta ocasião, foram apresentados os trabalhos de Petrone, Azevedo e Geiger.

Para Petrone (1960, p.149-169), a definição de cidade pelo critério político-administrativo é questionável, devendo prevalecer a adoção do limite mínimo de 10.000 habitantes para a definição de cidade, proposto por Azevedo em 1956. Ele questiona, inclusive, a existência da própria rede urbana brasileira, que em sua análise só existiria no Sudeste e Zonas Litorâneas esparsas do Nordeste. O autor aponta o surgimento de algumas “áreas metropolitanas”, mencionando a existência de macrocefalia urbana no caso de São Paulo.

Azevedo (1960) apresenta classificação de cidades por tamanho populacional para definição de metrópole, na qual distingue quatro categorias: Grandes Metrôpoles (São Paulo e Rio de Janeiro, com população superior a 3.000.000 habitantes), Metrôpoles de Segunda Categoria (com população superior a 500.000 habitantes), Metrôpoles de Terceira Categoria (com população entre 200.000 e 500.000 habitantes) e Metrôpoles de Quarta Categoria (com população entre 100.000 e 200.000 habitantes). Esta classificação está representada no mapa 1.1.



Fonte:AZEVEDO, A. de – Geografia das Metrôpoles Brasileiras, in Altas da Associação dos Geógrafos Brasileiros Vol XII 1958-1959 – São Paulo.

Geiger (1960) apresenta um método para medir a importância industrial de um centro urbano vis-à-vis sua população (CASTELLO BRANCO, 2003, p.51). O autor apresenta três tipos de cidades: municípios com desenvolvimento industrial mais avançado

que o crescimento populacional de suas cidades. Ex: Volta Redonda. Municípios com desenvolvimento industrial proporcional a sua população. Ex: Rio de Janeiro e São Paulo. E municípios entre os cem mais populosos do país e que não se incluem entre os cem de maior produção industrial. Neste grupo se incluem as capitais estaduais e algumas cidades dormitório, além de capitais regionais com atividade comercial

Dando seqüência às suas pesquisas, Geiger publica em 1963 a “Evolução da rede urbana brasileira”. Segundo Castello Branco (2003, p.53), este é um dos mais completos estudos sobre a urbanização do Brasil. O autor divide o país em nove regiões, considerando a urbanização e a atividade industrial para definir os níveis hierárquicos e as redes regionais. Apresenta uma tipologia dos centros urbanos do país segundo os setores de atividades econômicas⁴, com as seguintes características: Grandes Cidades, Centros Industriais, Grandes Centros Comerciais, Médios e Pequenos Centros de Comércio Ativo nas Regiões Agrícolas, Centros Administrativos, Cidades Decadentes e Centros de Áreas Estagnadas ou Pouco Desenvolvidas. Estes tipos são reunidos em três grupos mais gerais: o das Grandes Cidades Modernas e Centros Industriais, o dos Grandes Centros Comerciais e Centros Administrativos e o grupo dos demais centros urbanos do país.

Como conclusão desta obra, Geiger apresenta a rede e a hierarquia urbana brasileira, na época, derivada segundo o método de Rochefort⁵. Além das duas metrópoles

⁴ . Grandes Cidades – composta por dois grupos:

Grupo 1: Rio de Janeiro e São Paulo

Grupo 2: Recife, Porto Alegre, Campinas, Juiz de Fora, Salvador e outras cidades antigas. Belo Horizonte – cidade nova.

. Centros Industriais – Composto por cidades pequenas e médias com atividade industrial importante, centros urbanos de áreas metropolitanas com função industrial – apresenta uma série de exemplos.

. Grandes Centros Comerciais – Constituídos por cidades antigas, por portos, como Belém, Fortaleza, Vitória, Campina Grande.

. Médios e Pequenos Centros de Comércio Ativo nas Regiões Agrícolas – (com no mínimo 60.000 habitantes) – subdividido em dois grupos de cidades:

Grupo 1: composto por cidades antigas como Ilhéus e Itabuna (BA) e Campos (RJ).

Grupo 2: composto por cidades modernas como Marília e Presidente Prudente (SP), Londrina (PR) e Anápolis (GO).

. Centros Administrativos – composto por cidades de tamanho médio e pequeno como: Cuiabá e Florianópolis (cidades decadentes, que mantiveram algum prestígio graças a função de capital estadual), Goiânia, Teresina e Brasília (cidades planejadas para a função administrativa).

. Cidades Decadentes e Centros de Áreas Estagnadas ou Pouco Desenvolvidas – composto por dois grupos:

Grupo 1: constituído por cidades com passado importante como Diamantina, cidades do Vale do São Francisco como Januária e cidades não rejuvenescidas do Vale do Paraíba.

Grupo 2: constituído por pequenos centros coletores de áreas muito pouco desenvolvidas que apresentam aspecto inerte.

⁵ A hierarquia é definida em cinco categorias:

A - centros locais

B - centros de sub-região

nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, foram identificadas cinco metrópoles regionais: Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Brasília (CASTELLO BRANCO, 2003, p.54). Essa classificação está representada no mapa 1.2.

Mapa 1.2 – “Evolução da Rede Urbana Brasileira”

C - centros regionais

D - metrópoles de grandes regiões

E - metrópoles nacionais

As funções são definidas por cinco categorias:

A' – localidade sem indústrias

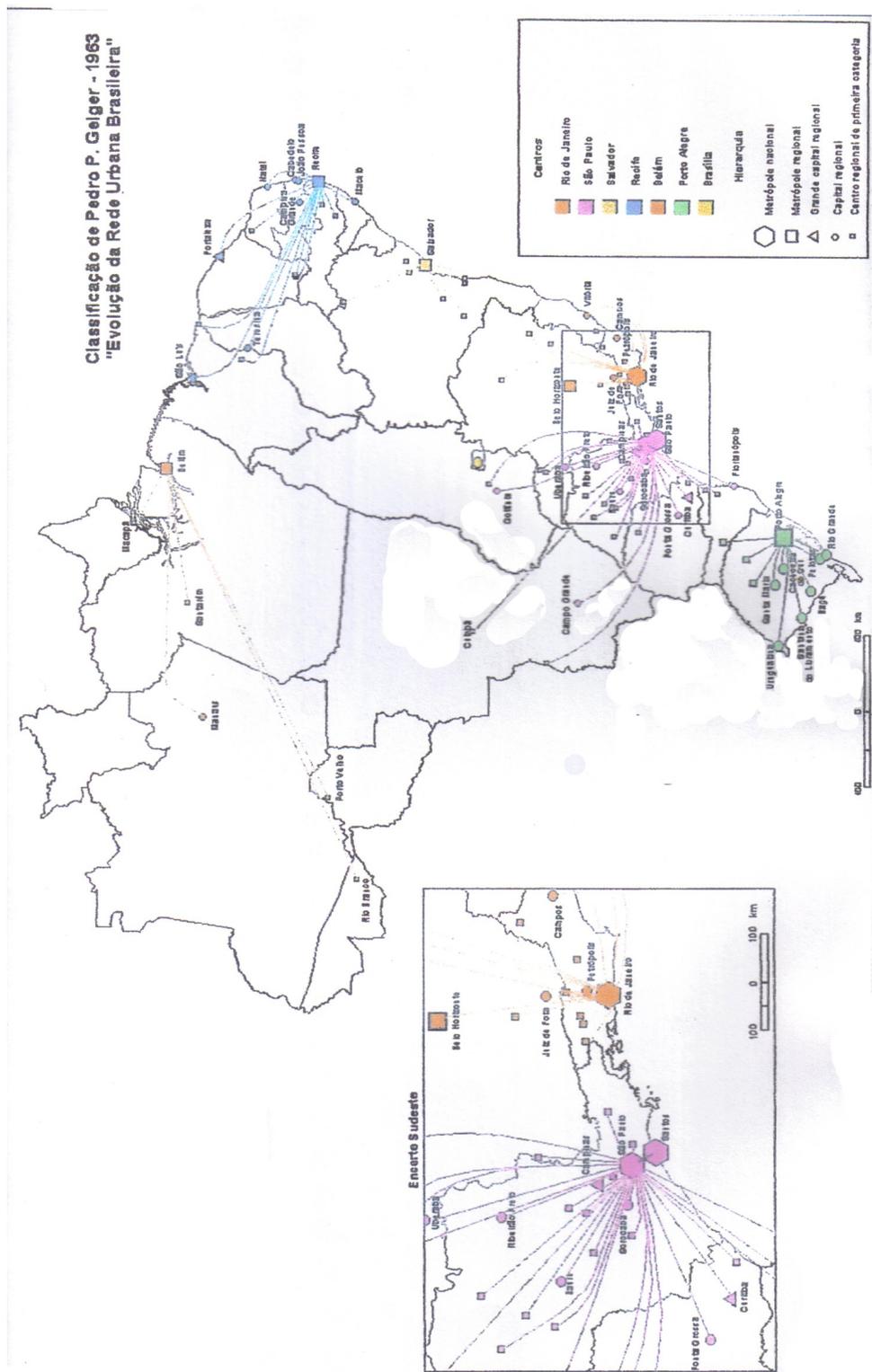
B' – centros industriais de âmbito local

C' – centros industriais que produzem para uma região

D' – centros industriais que produzem para o mercado nacional

E' – centros industriais que produzem para o país e exportação

(GEIGER, 1963, p.134)



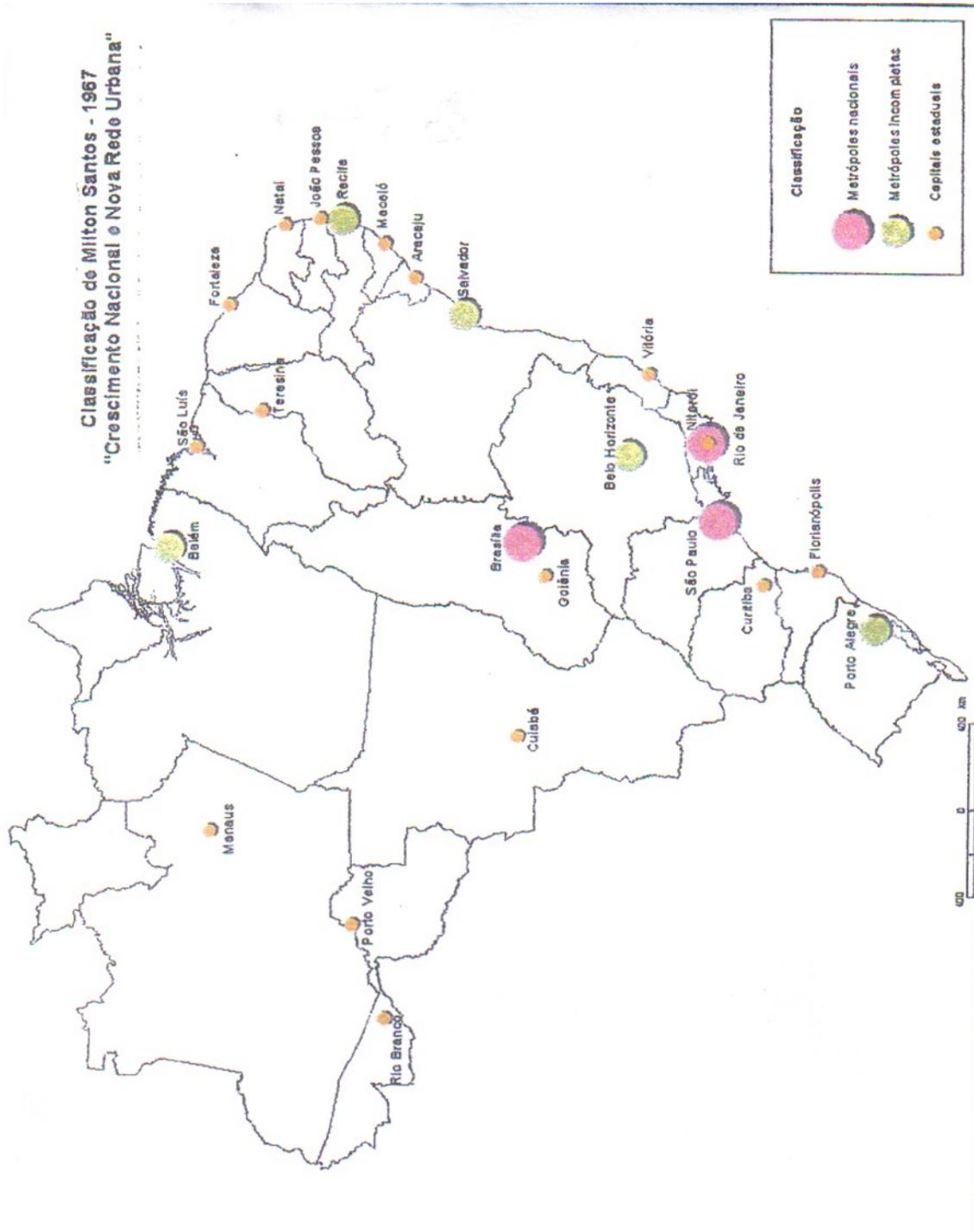
Fonte: GEIGER, P. P. in: A evolução da rede urbana. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC, RJ -1963

No mesmo período, Davidovich (1964) estabelece uma tipologia de centros urbanos com base na presença da indústria moderna, em oposição ao comércio mercantil e às atividades administrativas. Foram identificados 15 tipos de centros urbanos: Grandes Metrópoles, Capitais Industrializadas, Cidades Satélites, Núcleos Industriais, Cidades Industrializadas, Cidades Comerciais em Vias de Industrialização, Cidades Comerciais Modernas, Cidades Pioneiras, Centros de Serviços Especializados, Cidades de Comércio Tradicional, Capitais Modernizadas, Cidades Comerciais Ativas, Cidades Comerciais, Centros de Serviços e Cidades Estagnadas (DAVIDOVICH, 1964).

Na mesma época, Santos (1967) estuda a urbanização no Brasil de acordo com a abordagem teórica que desenvolveu para os países subdesenvolvidos, pela qual a urbanização é vista como expressão do grau de desenvolvimento e das desigualdades do país. O autor destaca nos seus estudos o aumento acelerado da população, sua redistribuição geográfica e a migração campo-cidade. Analisa, além disso, os fatores gerais da indução da industrialização no mundo e, em particular no Brasil. A análise do processo de industrialização no Brasil é focada em suas conseqüências geográficas, isto é, a “distribuição espacial das cidades”, a “renovação de suas funções” e “do tipo de relações que mantêm entre si e com as respectivas regiões (SANTOS, 1967, p.84).

O estabelecimento da rede urbana nacional (mapa 1.3) apresenta a conformação das metrópoles nacionais, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; as metrópoles incompletas, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém, sublinhando as grandes diferenças existentes entre elas; e os centros regionais, divididos em três grupos: o primeiro, corresponde às cidades que funcionam como centros de captação de produtos regionais e de distribuição de produtos industrializados, geralmente localizados nas áreas mais desenvolvidas e tendendo a formar regiões polarizadas. O segundo, mais numeroso, compreende os centros de distribuição de mercadorias. Já o terceiro reúne os centros de captação de produtos regionais que não constituem centros distribuidores, nos quais o consumo se limita ao próprio centro urbano. Além destes três grupos, Santos destaca o papel das capitais estaduais como um nível superior ao de centro regional, uma vez que a função administrativa assegura algum poder de organização do território estadual (CASTELLO BRANCO, 2003, p.59).

Mapa 1.3 - "Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: o Exemplo do Brasil"



Fonte: SANTOS, Milton. Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: o Exemplo do Brasil, in: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, RJ, 1967 .

No IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e estatística), as pesquisas sobre redes urbanas no Brasil datam da década de 1960 e conservaram, ao longo de décadas, a influência de Rochefort⁶. A série de estudos com vistas a estabelecer a hierarquia e área de influência das cidades brasileiras tem início com a pesquisa “Esboço preliminar dos espaços polarizados” (BERNARDES, 1968 e CORRÊA e DAVIDOVICH, 1967), realizada por solicitação do então Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), do Ministério do Planejamento, para identificar e classificar os pólos de desenvolvimento com vistas à regionalização do planejamento governamental (CASTELLO BRANCO, 2003, p.59).

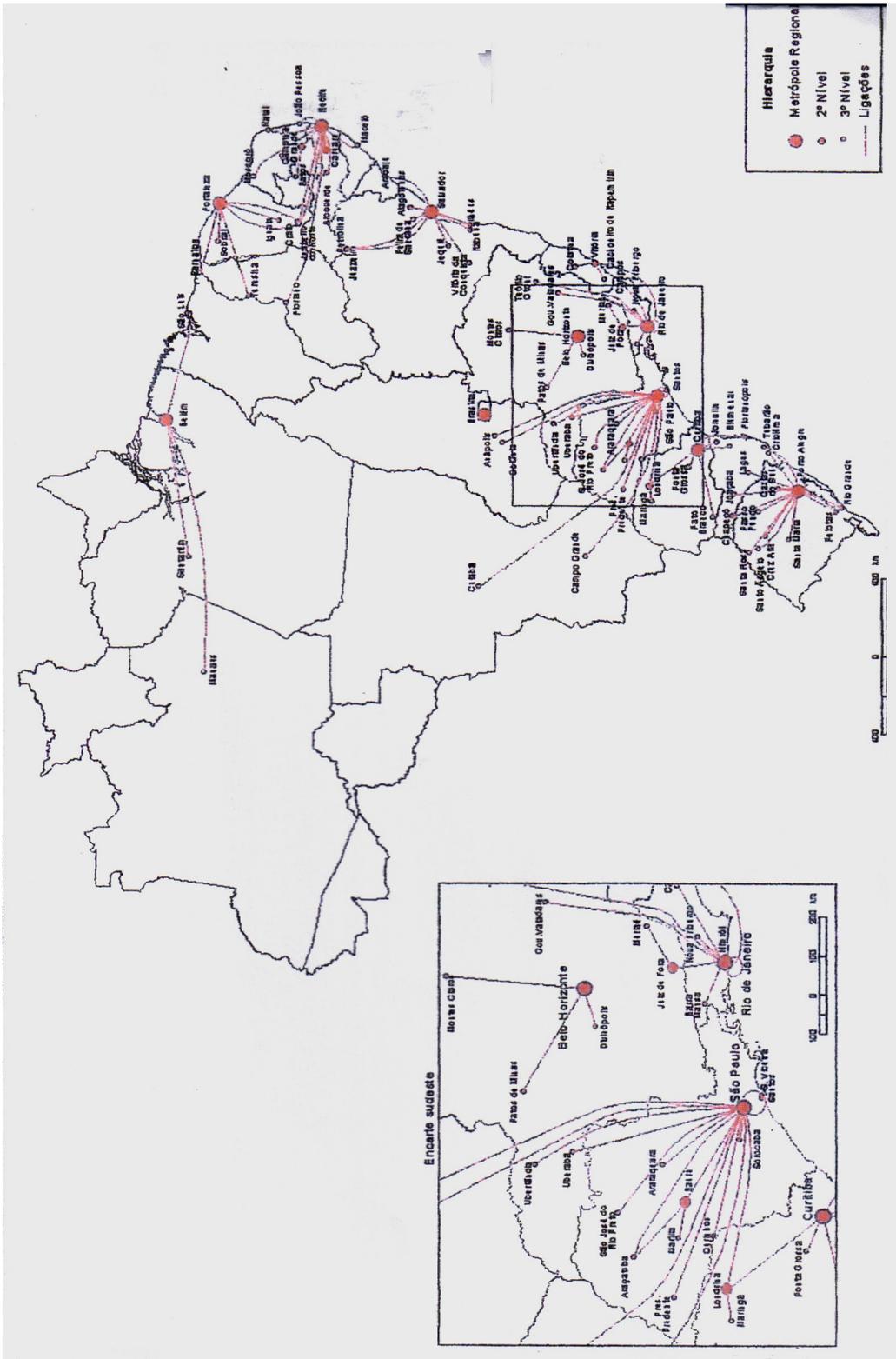
A hierarquia foi estabelecida com base nos níveis de equipamento terciário⁷. Os níveis hierárquicos definidos foram: Centros de Primeira Categoria, compostos por centros com a maior área de influência: as Metrôpoles Regionais; Centros de Segunda Categoria, abrangendo centros de hierarquia imediatamente inferior localizados na área de influência de uma Metrópole Regional e com expressiva área de atuação só recoberta pela metrópole; Centros de Terceira Categoria, compreendendo centros na área de influência ou de uma Metrópole Regional ou de um Centro de Segunda Categoria, cuja área de atuação não recobrisse a de outro centro de apreciável importância (CASTELLO BRANCO, 2003 p.60).

Segundo essa autora, os resultados da pesquisa revelaram uma rede urbana desigual, onde comumente faltavam os centros de Segunda Categoria, e evidenciando diversos tipos de organização urbana, em que as áreas pouco povoadas eram caracterizadas por amplos espaços e fluxos pouco intensos, e as áreas densamente ocupadas por espaços menores e fluxos mais intensos. Além disso, as metrópoles regionais, semelhantes quanto ao tipo e à densidade de relações regionais, diferenciavam-se em termos do equipamento de que dispunham (mapa 1.4) em 1967.

⁶ Michel Rochefort desenvolveu uma metodologia para o estudo de rede e hierarquia urbana que foi muito utilizado no Brasil. Assumindo pressupostos baseados na teoria das localidades centrais, de Christaller, Rochefort define dois níveis no sistema urbano de um país: a armadura (arcabouço) urbana e a rede urbana. A armadura refere-se à organização dos centros regionais comandados pela capital, e a rede relaciona-se à organização dos centros urbanos comandados por um centro regional. As bases para identificação da armadura são: o poder polarizador dos centros urbanos (expresso pela qualidade do equipamento urbano); o poder de comando dos centros (estabelecido como local de tomada de decisões) e o poder de distribuição de produtos para outros centros (CASTELLO BRANCO, 2003 p.17).

⁷ Cada centro urbano recebeu uma nota de acordo com o nível do equipamento para cada serviço considerado. A soma das notas em cada serviço definiu a posição hierárquica do centro e, conseqüentemente, constituiu o indicador de potencialidade de polarização. Verificou-se, na ocasião, que a diferença nos níveis de desenvolvimento, reflete-se no grau de utilização dos serviços gerando potencial polarizador de intensidade diferente para centros de equipamento semelhante (CASTELLO BRANCO, 2003, p.59).

Mapa 1.4 – IBGE – “Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados” - 1967



Fonte: IBGE – Divisão de Geografia – “Esboço Preliminar de Delimitação dos Espaços Polarizados” IBGE, RJ 1967.

Outro trabalho, na publicação “Subsídios à regionalização”, busca retrabalhar os resultados desta primeira pesquisa. O capítulo “Centralidade” (CORRÊA, 1968), define a hierarquia das cidades brasileiras⁸ segundo as categorias: Metrôpoles ou Centros de Primeira Ordem, divididas em três níveis: Metrôpoles Nacionais, Metrôpoles Regionais Equipadas e Metrôpoles Regionais Sub-equipadas; Centros de Segunda Ordem, também divididos em três níveis: Centros de Segunda Ordem Super-equipados, Centros de Segunda Ordem Equipados e Centros de Segunda Ordem Sub-equipados; Centros Importantes com Equipamento Irregular; e Centros de Terceira Ordem divididos em dois níveis: Centros de Terceira Ordem A e Centros de Terceira Ordem B. A delimitação das áreas de influência de cada centro considerou o deslocamento da população na procura por bens e serviços não oferecidos no município e os assalariados externos. A hierarquia e as áreas de influência estão mapeadas, até o nível de Centros Importantes com Equipamento Irregular, no mapa 1.5.

Analisando os resultados, o autor ressalta as diferenças regionais de equipamento e nível funcional, e concluiu com a análise das redes urbanas, classificadas e organizadas, nas quais os diferentes níveis hierárquicos estão presentes, e desorganizadas, nas quais registra a ausência de níveis hierárquicos intermediários (CASTELLO BRANCO, 2003, p.62).

⁸ Etapas da metodologia: levantamento do equipamento funcional (relativo a distribuição de bens e serviços indicadores de centralidade) para estabelecer a hierarquia dos centros. Em seguida, atribuiu-se uma nota para cada centro, em cada um dos itens considerados. Estas notas foram ponderadas e somadas, resultando em obter-se uma nota para cada um dos centros, base da hierarquia estabelecida (CASTELLO BRANCO, 2003, p.60).

No final da década de 1960, mais precisamente no ano de 1969, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) criou, no Departamento de Geografia, o Grupo de Áreas Metropolitanas – GAM, para identificar e delimitar as áreas metropolitanas a ser institucionalizadas por legislação federal. A institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil, assim como a definição das funções metropolitanas e a delimitação dos pólos secundários, a fim de contribuir para uma política de descentralização urbana a nível nacional e regional, estavam inseridas no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (1967-1976), cuja execução é atribuída ao SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo).

Assim, segundo Castello Branco (2003, p.91), o Grupo de Áreas Metropolitanas, criado no IBGE, é responsável pela primeira delimitação oficial de Áreas Metropolitanas. Os autores esclarecem, entretanto, que:

“como estabelecido no anteprojeto de Lei Complementar um dos critérios se refere a importância macro-regional do núcleo central, nesta primeira etapa o GAM restringiu suas pesquisas as 9 metrópoles consideradas no Plano Estratégico do Governo, além de Brasília, em função da recomendação da 1ª CONFEGE (Conferência Nacional de Geografia e Cartografia), deixando para uma fase posterior o estudo das aglomerações urbanas em torno de cidades não-metropolitanas, aglomerações estas que poderão ser denominadas de A GRANDE VITÓRIA, etc. e não área metropolitana propriamente dita” (GALVÃO et al., 1969, p.59).

Os pesquisadores do GAM definiram metrópole como:

“uma grande cidade em volume populacional. Neste documento tomamos este volume como sendo da ordem de 400.000 habitantes. Uma metrópole é também uma cidade grande por suas funções urbanas bastante diversificadas e especializadas” (GALVÃO et al., 1969, p.65).

E área metropolitana como:

“um conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização do espaço característica e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota” (GALVÃO et al., 1969, p.55-56).

Na delimitação das regiões metropolitanas, também foram adotados critérios demográficos, estruturais e de integração. Definiram-se os seguintes indicadores:

- Demográficos – população da cidade central com no mínimo 400.000 habitantes; densidade demográfica de no mínimo 500 hab./km² no distrito-sede da cidade central; densidade de população dos municípios do entorno de no mínimo de 60 hab./km² ou em pelo menos um distrito contíguo a outro município de área; variação de população dos municípios do entorno no período intercensitário de no mínimo 45% ou em pelo menos um distrito contíguo a outro município da área (GALVÃO et al., 1969, p.60).
- Estruturais – os municípios do entorno deverão apresentar pelo menos 10% de sua população potencialmente ativa ocupada em atividades industriais, para as cidades “dormitórios” este indicador é substituído pelo movimento pendular igual ou superior a 20% da população deslocando-se diariamente para outra cidade da área; quando o valor da produção industrial for o triplo da produção agrícola (GALVÃO et al., 1969, p. 61).

- Integração – os municípios do entorno deverão apresentar: movimento pendular do município, para outro município da área, de pelo menos 10% de sua população total; índice de ligações telefônicas para cidade central superior a 80 por aparelho, durante um ano (GALVÃO et al., 1969, p.61). Estes critérios foram adotados para os municípios vizinhos às nove metrópoles, definindo-se, assim, o seu entorno⁹ mapa 1.6.

⁹ As regiões metropolitanas definidas pelo Grupo de Áreas Metropolitanas eram compostas por:

- Belém: Ananindeua.

- Fortaleza: Caucaia e Maranguape.

- Recife: Cabo, Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata.

- Salvador: Candeias, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde e Simões Filho.

- Belo Horizonte: Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Igarapé, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Rio Acima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

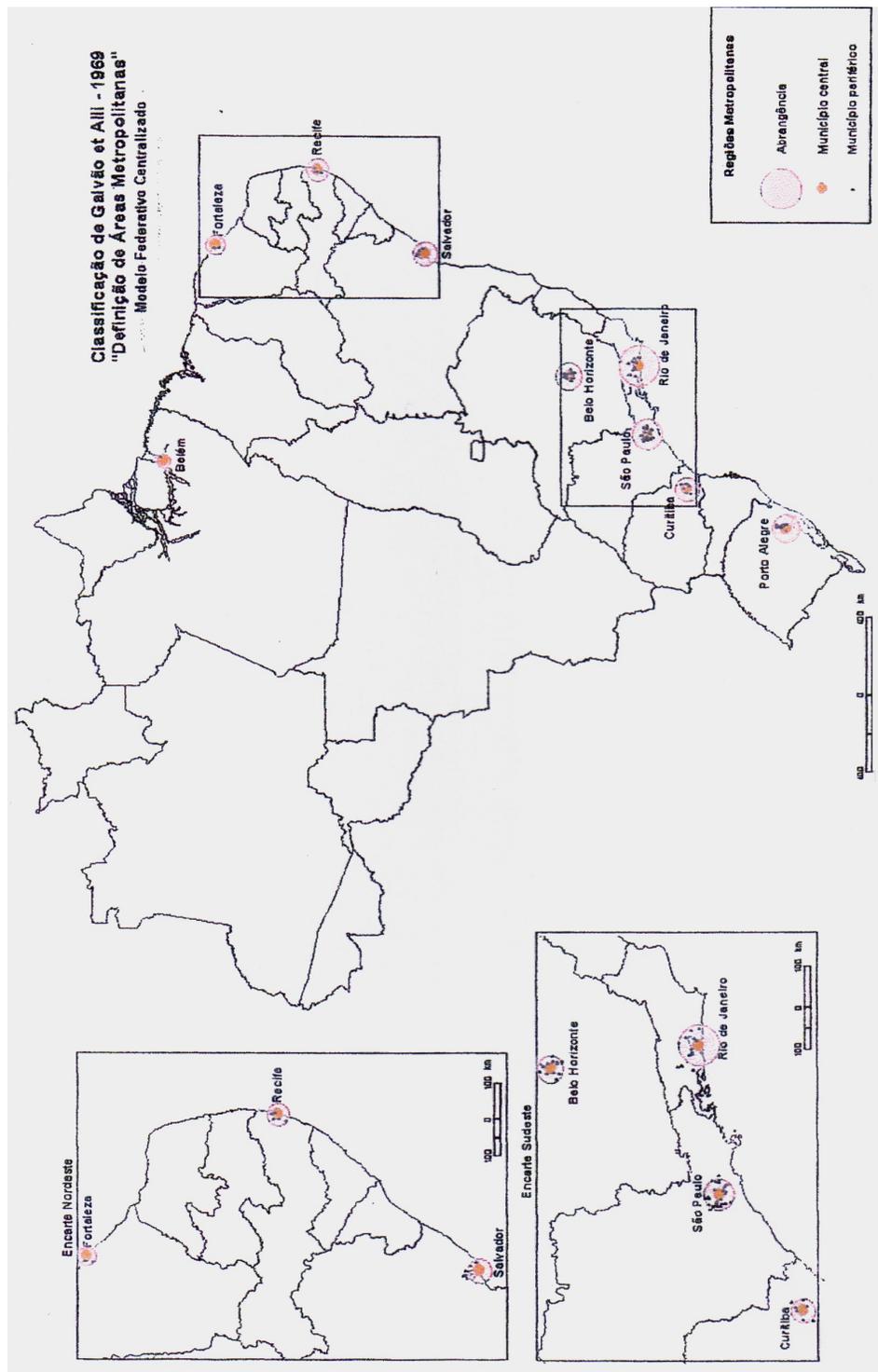
- Rio de Janeiro: Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Marica, Mendes, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Engenheiro Paulo de Frontin, Paracambi, Petrópolis, São Gonçalo e São João de Meriti.

- São Paulo: Arujá, Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeví, Itaquaquecetuba, Itapetereca da Serra, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

- Curitiba: Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara e São José dos Pinhais.

- Porto Alegre: Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

Mapa 1.6 – “Definição de Áreas Metropolitanas” (Modelo Federativo Centralizado)



Fonte: GALVÃO et ALLÍ. Pesquisa para a Delimitação de Áreas Metropolitanas. In: Revista Brasileira de Geografia, 1969.

Dessa forma, através de legislação federal (Lei Complementar 14 de 1973)¹⁰, foram contempladas as primeiras regiões metropolitanas do país: São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, sendo a região metropolitana do Rio de Janeiro criada após a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1974.

¹⁰ A Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973 sanciona:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do artigo 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

1º - A região metropolitana de São Paulo constitui-se dos municípios de: São Paulo, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

2º - A região metropolitana de Belo Horizonte constitui-se dos municípios de: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

3º - A região metropolitana de Porto Alegre constitui-se dos municípios de: Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

4º - A região metropolitana de Recife constitui-se dos municípios de: Recife, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata.

5º - A região metropolitana de Salvador constitui-se dos municípios de: Salvador, Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

6º - A região metropolitana de Curitiba constitui-se dos municípios de: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova.

7º - A região metropolitana de Belém constitui-se dos municípios de: Belém e Ananindeua.

8º - A região metropolitana de Fortaleza constitui-se dos municípios de: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz.

9º - O valor do salário mínimo nos municípios integrantes de uma região metropolitana será igual ao vigente da capital do respectivo estado.

Art.2º - Haverá em cada região metropolitana um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo, criado por lei estadual.

1º - O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito da Capital e outro mediante indicação dos demais Municípios integrantes da região metropolitana.

2º - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada Município integrante da região metropolitana sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

3º - Incumbe ao Estado prover, a expensas próprias, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I – promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento integrado da região metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II – coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo único – A unificação da execução dos serviços comuns efetuar-se á quer pela concessão do serviço a entidade estadual, que pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante outros processos que,

Através de um planejamento altamente centralizado e com um modelo de gestão tecnocrático e padronizado, as regiões metropolitanas buscavam solucionar problemas surgidos pelo processo de conurbação intermunicipal. Pretendia-se, dessa forma, equacionar certas demandas comuns aos municípios integrados que ultrapassavam os limites jurídico-administrativos dos mesmos.

Segundo Rocha (2000), o objetivo da criação das regiões metropolitanas era o de criar unidades espaciais que pudessem ser entendidas na especificidade de suas funções urbanas e monitoradas com atenção especial devido à sua crescente importância populacional, sócio-econômica e política. O rápido processo de urbanização por que passava o país, aliado ao adensamento demográfico em determinadas áreas, tornava evidente a necessidade de planejamento para resolver de forma integrada problemas comuns do conjunto de unidades político-administrativas com personalidade própria, mas fortemente interdependentes.

Nesse sentido, Davidovich (2004) aponta que o modelo de gestão metropolitana então implementado, envolveu diferentes formatos institucionais – fundações, autarquias, empresas públicas, órgãos de administração direta e sociedades de economia mista -, propondo-se equacionar novas demandas e necessidades geradas pelo processo de conurbação intermunicipal, basicamente referenciadas à prestação de serviços comuns.

através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I – opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da região metropolitana;

II – sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos Municípios que integram a região:

I – planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II – saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

III – uso do solo metropolitano;

IV – transportes e sistema viário;

V – produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI – aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal;

VII – outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Art. 6º - Os Municípios da região metropolitana, que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.

Parágrafo único – É facultado ao Poder Executivo federal, incluir, entre as diretrizes e prioridades a que alude o art. 25, 1º, do planejamento integrado e dos serviços comuns da região metropolitana.

Art. 7º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de junho de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

(www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LCP/Lcp14.htm)

Implicava, assim, um tratamento especial integrado, que envolvia um recorte territorial supramunicipal, acima dos limites jurídico-administrativos de cada município.

De acordo com Santos (1993), as regiões metropolitanas criadas através da Lei Complementar 14 de 1973 têm como pontos comuns dois pontos essenciais: a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhes dá o nome – representando uma área bem maior que as demais; b) são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e de recursos em boa parte federais. São, na verdade, regiões de planejamento, onde, todavia, o que é feito não atende à problemática geral da área, limitando-se a aspectos setoriais. A socialização capitalista favorecida pelo poder público nessas áreas metropolitanas é acompanhada por uma expansão periférica, que inclui a criação de direitos industriais explícitos e implícitos, e pela concentração geográfica dos serviços de interesse coletivo.

Entretanto, segundo Davidovich (2004), diversos fatores contribuíram para frustrar o modelo em questão. Pode-se considerar que, de início, um problema maior decorreu da contradição entre a centralização exercida pelo governo federal/estadual e a necessidade de coordenação e de controle do órgão sobre políticas setoriais vigentes, desarticuladas e dispendendo de acesso direto aos fundos de financiamento. Posteriormente, a crise fiscal e financeira do Estado acarretou uma forte queda de recursos financeiros e de investimentos nas regiões metropolitanas, cujos quadros institucionais entraram em colapso ou passaram a sofrer progressivo esvaziamento.

É importante ressaltar que as experiências de gestão metropolitana já ocorriam em alguns estados anteriormente à implementação das regiões metropolitanas a partir da Lei Complementar 14 de 1973. Em São Paulo, o governo estadual se preocupava com a conurbação da cidade de São Paulo com as cidades vizinhas. Já no Rio Grande do Sul, havia o desenvolvimento de projetos de gestão compartilhada de Porto Alegre com as cidades ao redor. Em função disso, os respectivos governos desses estados defendiam que a instituição das regiões metropolitanas e de seus respectivos órgãos gestores fosse de atribuição dos governos estaduais. A preocupação primordial dos governos estaduais era o de que a institucionalização das regiões metropolitanas, sob a esfera federal, reduzisse a importância dos mesmos, na medida em que haveria a criação de uma “espécie de 4º nível governamental” sob a ingerência do governo central.

A década de 1980, além de se caracterizar como a “década perdida” no âmbito econômico, resultou em grandes alterações na política brasileira, resultando no fim do Regime Militar, a ascensão de um civil ao cargo de presidente da república, bem como a institucionalização de uma nova constituição para o país. Através de um quadro em que se buscava uma descentralização administrativa, a questão metropolitana, na Carta Constitucional de 1988, foi subtraída da esfera federal e delegada à esfera estadual. Assim, o modelo de institucionalização das regiões metropolitanas do Regime Militar, considerado um modelo autoritário e centralista, que criou regiões sobre as quais os estados federados não tinham autonomia para intervenção, foi substituído pela inserção de regiões metropolitanas em processos estaduais de planejamento regional. Como afirmam Azevedo e Mares Guia (2000, p. 534-535):

“A Constituição Federal de 1988 abre espaço para o estabelecimento de um novo acordo político institucional entre os vários atores que atuam no cenário metropolitano, possibilitando formalmente o surgimento de estruturas mais flexíveis e adequadas às peculiaridades regionais ao atribuir aos Estados a competência para criação das regiões metropolitanas, bem como para a definição do modelo institucional que lhes dá sustentação”.

Apesar da descentralização administrativa ser considerada como algo positivo, uma vez que as nove primeiras regiões metropolitanas surgiram através de um processo centralizador por parte do governo federal, e eram alvo dos planos nacionais de desenvolvimento, novas regiões metropolitanas de âmbito estadual vêm surgindo nos últimos anos, não havendo um critério único para a definição em escala nacional. Pode-se ressaltar, a propósito, a análise das Constituições Estaduais realizada por Azevedo e Mares Guia (2000, p.545-546)

“Primeiramente, [...], chama atenção que esse tema de competência estadual, após a promulgação da Carta Magna de 1988, sequer esteja incluído nas constituições do Acre, Roraima, Tocantins, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, as constituições de Alagoas e Sergipe se restringem à reproduzir quase

linearmente o parágrafo da Constituição Federal (parágrafo 3 artigo 25) sobre o tema. [...] Somente as constituições do Amazonas, de Goiás, de São Paulo e Santa Catarina estabelecem fatores a serem considerados para instituição de novas regiões metropolitanas. Entre as variáveis explicitadas são recorrentes nesses diplomas legais, a população (inclusive projeção de crescimento), os fluxos migratórios, o grau de conurbação, a potencialidade das atividades econômicas e os fatores de polarização da futura região metropolitana. [...] os Estados da Paraíba, do Maranhão, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul exigem mecanismos prévios de consultas e/ou a suas populações antes da formalização de regiões metropolitanas. Seguindo esse mesmo espírito, os Estados do Amazonas, de Goiás e do Rio de Janeiro, expressam a necessidade de garantir a autonomia (leia-se financeira, política e administrativa) dos municípios que integrem as referidas regiões”.

Além disso, muitas das novas regiões metropolitanas de âmbito estadual surgidas após a constituição de 1988, não respeitam os critérios específicos da formação de uma metrópole. Esses critérios seriam, segundo Davidovich (2004): a magnitude da população aglomerada, o grau de densidade demográfica, a extensão da área urbanizada envolvendo o território de mais de um município, ou seja, o processo de conurbação, além da integração econômica e social deste agregado.

Dessa forma, passa a haver uma grande diferença entre as regiões metropolitanas criadas sob a esfera federal e as novas regiões metropolitanas estipuladas pelos governos estaduais a partir da constituição de 1988. Assim, por exemplo, enquanto a região metropolitana do Vale do Aço, em Minas Gerais, apresentava uma população de 400 mil habitantes no ano 2000, no outro extremo, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo registravam população superior a 10 milhões de pessoas no mesmo ano. A maior parte das regiões metropolitanas recentes acusa menos de 1 milhão de habitantes: Vale do Aço, já citada, Florianópolis, Vale do Itajaí e Foz do Rio Itajaí, Norte e Nordeste Catarinense. Nelas prevalecem baixas densidades demográficas, inclusive nos principais municípios: Maringá, Londrina e Blumenau (Vale do Itajaí) contam com menos de 500 habitantes por quilômetro quadrado (DAVIDOVICH, 2004).

Motivações diversas têm sido invocadas para “explicar” a multiplicação de regiões metropolitanas recentes. Sua criação é associada, de acordo com Davidovich (2004), ao fortalecimento e à afirmação de status do Executivo estadual e também às vantagens de escala para a captação privilegiada de recursos da União, como os pertinentes ao seguro-desemprego e à habitação. Essas vantagens de escala são igualmente consideradas quanto ao equacionamento de serviços comuns (a exemplo dos transportes em Blumenau), para assegurar bases de competitividade acionadas por empresários locais (Londrina), para a integração de uma produção industrial que visa à exportação (Vale do Aço, Baixada Santista) e assim por diante.

Segundo Moura (2005), o Brasil encerrou o ano de 2003 com 26 unidades metropolitanas oficialmente instituídas, agregando um conjunto de 439 municípios. Observa-se que estão concentradas em alguns estados do Sul (particularmente em Santa Catarina, com 6 unidades e Paraná, com 3 das 10 regiões metropolitanas sulinas) e do sudeste (onde São Paulo e Minas Gerais possuíam, respectivamente, 3 e 2 unidades, dentre as 8 instituídas); no Nordeste, 3 estados mantiveram as regiões metropolitanas institucionalizadas desde a década de 1970 e outros 3 institucionalizaram já com base na constituição de 1988, através de leis estaduais; no Norte, apenas Belém manteve a unidade já existente; e no Centro-Oeste, além da institucionalização da Região Metropolitana de Goiânia, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE de Brasília) – instituída por Lei Complementar em 1988, pelo fato de agrupar municípios de mais de uma unidade da federação. (Quadro 1.1).

Também é importante citar que o tema “metrópole” não foi incluído na pauta de todas as constituições estaduais, ficando omissos nos estados do Acre, de Roraima, do Tocantins, do Rio Grande do Norte, de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Quadro 1.1 – Unidades Regionais Institucionalizadas – Brasil - 2003

UNIDADE INSTITUCIONALIZADA	REGIÃO	UF	LEI DE CRIAÇÃO ¹	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ²
Região Metropolitana (RM) instituída por lei federal				
Belém	Norte	PA	14/1973	5
Belo Horizonte	Sudeste	MG	14/1973	34
Curitiba	Sul	PR	14/1973	26
Fortaleza	Nordeste	CE	14/1973	13
Porto Alegre	Sul	RS	14/1973	31
Recife	Nordeste	PE	14/1973	14
Salvador	Nordeste	BA	14/1973	10
São Paulo	Sudeste	SP	14/1973	39
Rio de Janeiro	Sudeste	RJ	20/1974	17
Região Metropolitana (RM) instituída por lei estadual				
Baixada Santista	Sudeste	SP	815/1996	9
Campinas	Sudeste	SP	870/2000	19
Carbonífera	Sul	SC	221/2002	7
Florianópolis	Sul	SC	162/1998	9
Foz do Itajaí	Sul	SC	221/2002	5
Goiânia	Centro-Oeste	GO	27/1999	11
João Pessoa	Nordeste	PB	59/2003	9
Londrina	Sul	PR	81/1998	8
Maceió	Nordeste	AL	18/1998	11
Maringá	Sul	PR	83/1998	9
Natal	Nordeste	RN	152/1997	8
Norte/Nordeste Catarinense	Sul	SC	162/1998	2
Tubarão	Sul	SC	221/2002	3
Vale do Aço	Sudeste	MG	51/1998	4
Vale do Itajaí	Sul	SC	162/1998	5
Grande São Luís	Nordeste	MA	38/1998	4
Grande Vitória	Sudeste	ES	58/1995	7
Região Integrada de Desenvolvimento (Ride)				
Brasília	Centro-Oeste	DF/GO/MG	94/1998	22
Grande Teresina	Nordeste	PI/MA	112/2001	13
Juazeiro/Petrolina	Nordeste	BA/PE	113/2001	8
Área de Expansão Metropolitana (AEM), Colar Metropolitano (CM)				
AEM da RM Carbonífera	Sul	SC	221/2002	3
AEM da RM de Florianópolis	Sul	SC	162/1998	13
AEM da RM Foz do Itajaí	Sul	SC	221/2002	4
AEM da RM Norte/Nord. Catarinense	Sul	SC	162/1998	18
AEM da RM Tubarão	Sul	SC	221/2002	15
AEM da RM Vale do Itajaí	Sul	SC	162/1998	11
CM da RM de Belo Horizonte	Sudeste	MG	56/2000	14
CM da RM do Vale do Aço	Sudeste	MG	51/98	22
Aglomeraciones Urbanas				
Nordeste Riograndense	Sul	RS	10.335/94	10
Pelotas	Sul	RS	9.184/90	5
TOTAL RMS ³	26			419
TOTAL RIDES	3			43
TOTAL AGLOMERAÇÕES URBANAS	2			15

FONTES: Legislações específicas

(1) Refere-se à principal legislação, no caso de unidades cuja composição foi alterada por mais de uma lei.

(2) Considera as alterações sofridas pela composição original, até outubro de 2003.

(3) Inclui respectivas áreas de expansão ou colar metropolitano.

Considerando a ausência de sistematização nos critérios para a institucionalização das regiões metropolitanas a partir da constituição de 1988, as unidades existentes serão classificadas com base em estudo coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o IBGE e o Instituto de Economia da UNICAMP (IPEA/IBGE/NESUR, 1999)¹¹, para classificação dos centros na rede urbana do Brasil e identificação das espacialidades de aglomeração¹², distinguindo as de caráter metropolitano e não-metropolitano.

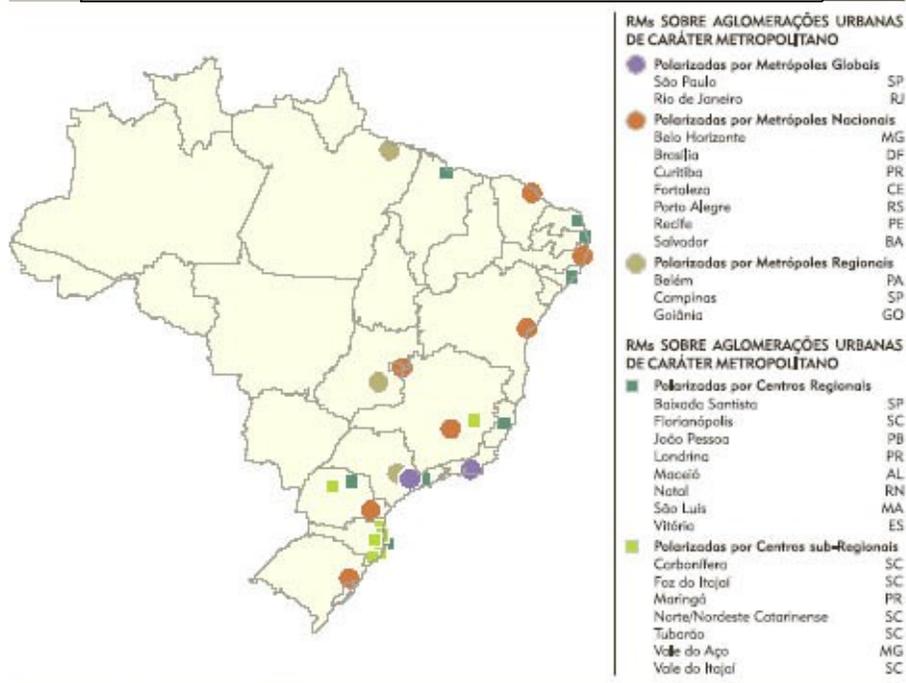
Segundo Castello Branco (2003, p.79), na elaboração deste quadro (mapa 1.7) utilizou-se como insumos básicos: estudos das transformações da economia nas cinco regiões do país; a classificação das regiões de influência das cidades (CARNEIRO e Gonçalves, 1993); a classificação das aglomerações urbanas para as pesquisas estatísticas (CASTELLO BRANCO, 1998); e a “Tipologia dos municípios brasileiros 1991 – 1996” (CAVALCANTI, 1998).

Tais parâmetros levaram à obrigatória distinção de dois conjuntos de regiões metropolitanas: um primeiro, formado pelas unidades institucionalizadas sobre aglomerações urbanas de caráter metropolitano, havendo àquelas polarizadas por Metrôpoles Globais, àquelas polarizadas por Metrôpoles Nacionais e por metrôpoles regionais. O segundo conjunto é formado pelas unidades institucionalizadas sobre aglomerações urbanas de caráter não-metropolitano, havendo àquelas polarizadas por Centros Regionais e outras polarizadas por Centros sub-Regionais.

¹¹ Alguns autores possuem ressalvas em relação a esse trabalho, no que tange aos aspectos conceituais e metodológicos. Souza (2003, p.55-56), por exemplo, questiona a elevação de antigas metrôpoles regionais, como Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte e Porto Alegre à categoria de metrôpole nacional e a atribuição do título de “metrôpoles globais” (às vezes chamadas, no próprio estudo de “metrôpoles mundiais”) às duas metrôpoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro.

¹² Aglomerações urbanas polarizadas pelos estratos superiores de centros urbanos, identificados com base em indicadores de tipologia de tamanho e tipologia funcional dos centros, considerando seu nível de centralidade (IBGE, 2000), proporção da PEA urbana, tamanho e crescimento da população e densidade demográfica, nos períodos 1980-1991-1996 (MOURA, DELGADO, DESCHAMPS e CARDOSO, 2003).

Mana 1.7 – Regiões Metropolitanas Institucionalizadas



As regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles consideradas “globais”, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, instituídas por lei federal, juntas, conjugam 56 municípios e 28,6 milhões de habitantes, correspondendo a 17% da população do Brasil em 2000.

As regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles consideradas “nacionais”, correspondem às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, instituídas por lei federal em 1973, e a RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento) de Brasília, institucionalizada no final da década de 1990. Agregam 23,1 milhões de habitantes (13,6% da população do Brasil em 2000) espalhados por 150 municípios.

As regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles consideradas “regionais”, correspondem às regiões metropolitanas de Belém, instituída por lei federal em 1973, e as regiões metropolitanas de Campinas e Goiânia, instituídas por legislações estaduais. Possuem conjuntamente 5,8 milhões de habitantes em 2000 (3,4% da população do Brasil) em 35 municípios.

As regiões metropolitanas polarizadas por “centros regionais”, correspondem às regiões metropolitanas da Baixada Santista, Grande Vitória, Grande São Luís, Natal, Maceió, João Pessoa, Florianópolis e Londrina, todas institucionalizadas por legislações estaduais e exercendo a função de capitais dos respectivos estados, exceto a da Baixada Santista, situada no estado de São Paulo e a de Londrina, no norte do Paraná. Em um conjunto de 65 municípios, detêm 8,4 milhões de habitantes ou 5% da população do Brasil em 2000.

As regiões metropolitanas polarizadas por “centros sub-regionais” correspondem às regiões metropolitanas de Maringá, Norte/Nordeste Catarinense (polarizada por Joinville), Vale do Itajaí (polarizada por Blumenau), Vale do Aço (polarizada por Ipatinga), instituídas por leis estaduais nos anos 90, além das regiões metropolitanas Carbonífera (polarizada por Criciúma), da Foz do Rio Itajaí (polarizada por Itajaí) e de Tubarão (único pólo que não se enquadra nas categorias de centro regional ou sub-regional), instituídas por lei estadual em 2002. Possuem 2,5 milhões de habitantes (1,4% da população do Brasil em 2000), divididos em 35 municípios.

CAPÍTULO 2

A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E OS SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO

O capítulo anterior buscou estudar a consolidação das metrópoles no Brasil e a subsequente formação das regiões metropolitanas, em função das mudanças estruturais por que passava o país, a partir de meados da década de 1950, como a criação de uma rede urbana a nível nacional, a industrialização, o crescimento populacional e a urbanização.

Nesse período, as metrópoles brasileiras, principalmente São Paulo e o Rio de Janeiro, exercem uma grande atratividade e passaram a apresentar elevadas taxas de crescimento populacional. Porém, apenas uma minoria conseguiu se integrar, de fato, nas atividades do setor moderno. Nesse sentido, de acordo com Rocha (2000), ao forte crescimento populacional, também correspondeu o empobrecimento relativo, uma vez que parte dos grandes contingentes de migrantes afluindo às metrópoles era formado por pobres rurais, os quais se transformaram em pobres metropolitanos.

O objetivo desse capítulo é o de observar as novas funções econômicas das grandes metrópoles brasileiras, verificada a partir da organização de uma nova divisão do trabalho que confere às grandes metrópoles um grave processo de desindustrialização e terceirização da economia. O estudo dessa nova dinâmica metropolitana não poderia vir dissociada do entendimento da reestruturação econômica por que passou o país nas últimas décadas do século XX.

Dessa forma, analisaremos a consolidação de uma nova geografia industrial e as suas conseqüências no espaço, como o aparecimento dos Países Recém Industrializados (PRIs), o declínio de antigos centros industriais e o aparecimento de novos centros e a nova forma de inserção das metrópoles dentro dessa conjuntura.

2.1 A REESTRUTURAÇÃO RECENTE DO SISTEMA ECONÔMICO MUNDIAL – ANTECEDENTES: O FORDISMO E O KEYNESIANISMO

O modelo de desenvolvimento dominante do pós-guerra e que se irradiou a partir dos Estados Unidos é, desde Gramsci, chamado do fordismo. Este modelo de desenvolvimento apresentava como regime de acumulação, o sistema de produção fordista baseado no seu modelo de organização do trabalho, o taylorismo. Já o seu modo de regulação é caracterizado pelo Welfare State.

O fordismo se desenvolveu na maior parte dos países da OCDE¹³ (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) após a Segunda Guerra Mundial. O regime de acumulação característico do fordismo é o intensivo, ou seja, centrado no crescimento do consumo de massa. Posteriormente difundido pelo mundo, a aplicação inicial da ideia do consumo de massa refere-se ao empresário americano Henry Ford (1863 - 1947). Ford acreditava que um sistema de produção em massa geraria o consumo de massa (HARVEY, 1989). A proposta de trabalho de Ford consistia em uma jornada de trabalho de oito horas ao valor de cinco dólares por hora. Desta forma, ele acreditava que os trabalhadores, tendo uma renda maior e mais tempo livre, tenderiam a consumir os produtos que ajudavam a produzir.

Buscando reduzir as horas de trabalho e, ao mesmo tempo, garantir o aumento do valor da remuneração por hora trabalhada, sem a diminuição dos lucros para a sua empresa, Ford propunha o aumento da produtividade baseado nas ideias de Taylor. Este, após vários estudos científicos relacionados ao tempo gasto em execuções de tarefas, concluiu que se o trabalho fosse dividido em pequenas tarefas em que cada trabalhador fosse responsável por uma delas, o tempo gasto na execução total do trabalho seria reduzido consideravelmente.

¹³ Organização criada para fomentar o comércio e a cooperação econômica entre os países-membros, na sua grande maioria potências econômicas.

Como regime de acumulação, o fordismo se situa como uma evolução do taylorismo e se designa como um princípio geral de organização da produção, compreendendo o paradigma tecnológico, forma de organização do trabalho e estilo de gestão. Nesse plano, de acordo com Rocha (2003), observam-se como características marcantes do fordismo:

- Profunda divisão e especialização do trabalho, envolvendo fortes restrições à autonomia e iniciativa dos trabalhadores nas unidades produtivas;
- Grau elevado de padronização, tanto dos produtos finais quanto das peças componentes;
- Grande importância das economias de escala de modo geral, em especial em alguns setores estratégicos da estrutura produtiva, como fator de redução dos custos de produção;
- Forte tendência à verticalização da produção por meio da internalização da produção dos insumos;
- Importância dos estoques tanto finais quanto intermediários;
- Utilização intensiva dos recursos energéticos relativamente abundantes e baratos;
- Abordagem pouco voltada para a qualidade do produto, embora essa característica não fosse de todo negligenciada.

No entanto, segundo Rocha (2003), a principal evolução do fordismo em relação ao taylorismo é a linha de montagem, caracterizado como sistema de produção industrial no qual o produto passa por uma linha de operários que realizam as diversas etapas necessárias para a montagem do produto.

Como modelo de desenvolvimento, o fordismo se tornará dominante apenas a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, como regime de acumulação relacionado ao taylorismo, o fordismo já se encontrava difundido na década de vinte. Segundo Rocha (2003), os anos vinte assistiram à consolidação do taylorismo nos Estados Unidos e na Europa. No ambiente fecundo do pós-guerra, a preocupação com a organização

do trabalho ganha relevância pelo retorno dos contingentes militares, que aumentavam a mão-de-obra disponível, e pela difusão do taylorismo em vários setores.

No entanto, ainda nesse período inicial da segunda revolução industrial, a correspondência entre a estrutura dos salários, o padrão de consumo e a estrutura produtiva ainda não se encontrava adequadamente regulada, ou seja, mantinham-se ainda ciclos curtos e instáveis de crescimento, sem a plena definição de um novo padrão de desenvolvimento capitalista (MATTOSO, 1995).

Lipietz (1988) diferencia as pequenas crises ... “que apenas sancionam um desajuste latente entre os comportamentos, as antecipações individuais, e as possibilidades ou exigências do regime de acumulação, e que restabelecem em tempo a unidade do circuito ..., das grandes crises, que se distinguem como ... um marco de inadequação do modo de regulação e do regime de acumulação, seja porque um novo regime se encontre limitado pelas formas de regulação caducas, seja porque o próprio regime de acumulação tenha esgotado suas possibilidades dentro do modo de regulação vigente”.

De acordo com Rocha (2003), a grande crise dos anos trinta se explica pelo descompasso entre o novo paradigma tecnológico e os instrumentos de regulação arcaicos, que se refletiam e se adequavam à realidade anterior. Dessa forma, os ganhos de produtividade sem precedentes, observados com a utilização da administração científica, acabaram gerando uma superprodução que não encontrava correspondência nos níveis de demanda. Portanto, poderíamos caracterizá-la como uma crise do modo de regulação concorrencial (ROCHA, 2003).

Os Estados Unidos, frente ao agravamento da crise, lançaram um ambicioso plano de reordenamento econômico, o New Deal, que objetivava superá-la, e Keynes¹⁴ foi o primeiro a sugerir mudanças de um modo de regulação concorrencial para um modo de regulação monopolista (ROCHA, 2003). A eminência de ruptura do tecido social fez com que as idéias de Keynes fossem mais facilmente aceitas.

¹⁴ John Maynard Keynes (1883 – 1946), economista inglês, foi um dos principais orquestradores da criação do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial e escreveu em 1936 o livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

O keynesianismo se caracteriza pela ampliação da intervenção do Estado na economia por meio do aumento de seus investimentos, objetivando um aumento da demanda geral. Os salários desempenham papel fundamental nesse contexto, pois sua importância transcende o aspecto de custo da produção, assumindo o caráter de fator incentivador do crescimento geral da economia. Salários maiores geram demanda maior e consumo crescente, que vão desembocar em aumento de lucros, investimentos e empregos (ROCHA, 2003).

O modelo de desenvolvimento fordista finalmente se consolida num contexto em que a produção em massa é garantida por um mercado ávido por consumir bens manufaturados. As indústrias de grande porte são uma das características desse processo, na medida em que refletem uma política de sucesso empresarial calcada na ampliação da produção (CHANDLER, 1976).

O modo de regulação monopolista se encaixa no regime de acumulação intensivo típico do fordismo. Essa acomodação provocou significativa mudança no padrão de vida dos assalariados, garantido pela intervenção do Welfare State ou Estado-Providência (ROCHA, 2003). Segundo Heloani (1994), o “Estado-Providência” complementaria o modelo fordista como instrumento que alargaria e garantiria a continuidade do consumo sob várias formas: seguro-desemprego, assistência médica, educação, melhorias urbanas etc.

Sob o arbítrio do Estado, capital e trabalho fizeram um pacto social: os trabalhadores aceitavam a rotinização e simplificação das tarefas em troca da garantia de emprego e melhorias nas condições de vida; o capital aceitava essas melhorias desde que houvesse aumento dos níveis de produtividade e o Estado garantiria o crescimento econômico e as condições sociais dos trabalhadores através de investimentos e da montagem de um aparato de promoção do bem-estar.

Entretanto, é importante notar que a expansão capitalista desse período deu-se dentro de condições muito específicas do pós-guerra, tanto do ponto de vista político-econômico, quanto do ponto de vista geopolítico. Essas condições estavam relacionadas com o medo da expansão comunista, a regulação político-econômica, alianças político-militares, maciços investimentos americanos na reconstrução da economia mundial, utilizaç

ção do dólar como padrão monetário internacional. Assim sendo, o modelo de desenvolvimento do fordismo esteve relacionado tanto ao keynesianismo quanto às condições geopolíticas desta época.

2.2 A RUPTURA DO MODELO FORDISTA-KEYNESIANO

Os “anos dourados” do fordismo, compreendidos entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos setenta, propiciaram aos países centrais um crescimento econômico excepcionalmente alto, regular e duradouro. Entretanto, já em fins dos anos sessenta, este modelo de desenvolvimento começa a apresentar sinais de desgaste, evidenciados por uma desaceleração geral dos ganhos de produtividade, que afeta até os ramos mais tipicamente fordistas, como a indústria automobilística (BOYER, 1979).

Segundo Rocha (2003), a insatisfação social com o fordismo foi a primeira advertência sobre os limites desse modelo. Tornava-se cada vez mais difícil, com o aumento generalizado dos níveis de instrução e politização das camadas populares, recrutar mão-de-obra que aceitasse sem questionamento o tipo de trabalho desqualificado presente nas indústrias.

O fordismo é minado também em seu aspecto mais macroeconômico, pois, enquanto os mercados eram regidos globalmente pela demanda até os anos sessenta, os produtos eram facilmente comercializados para um mercado ainda carente de bens industrializados; nos anos setenta a situação se inverte e os mercados tornam-se globalmente regidos pela oferta, na medida em que as capacidades instaladas são superiores à demanda (ROCHA, 2003).

Nessa época, a reconstrução da Europa e do Japão já estava concluída, o que propiciou um aumento da competitividade entre empresas americanas, japonesas e

européias. A consequente queda da lucratividade e da produtividade das empresas, acaba por levar a uma mudança nas relações trabalhistas no sentido de uma maior flexibilização do salário e do emprego, pois a redução dos custos se coloca como uma das saídas para a sobrevivência das empresas. Harvey (1989) argumenta que no Reino Unido entre 1981 e 1985, o número de pessoas com empregos flexíveis aumentou em 16% enquanto o número de empregos fixos diminuiu em 6%. A forma de produção também foi alterada. A produção de massa, típica do fordismo, foi substituída pela adoção da produção just in time, que busca reduzir o estoque e produzir uma maior variedade de bens em pequena quantidade como forma de dar uma resposta rápida as exigências do mercado.

A outra saída encontrada pelo capitalismo para manter a lucratividade do período anterior, foi o aumento da internacionalização do capital produtivo. Este processo foi possível em função de uma grande reserva de mão-de-obra nos países periféricos disposta a trabalhar por salários menores do que aqueles oferecidos nos países centrais, bem como a ausência de uma legislação trabalhista e ambiental mais eficiente. Estes fatores favoreceram uma acumulação maior de capital nesses países.

A melhoria das técnicas, a partir da terceira revolução industrial (satélites de telecomunicações, computadores, sistemas automatizados, tecnologia de informação) vieram a dar suporte físico para a dispersão industrial. Segundo Hoogvelt (1997), a fusão da tecnologia do computador com as telecomunicações torna possível para as empresas realocar uma variedade cada vez maior de operações e funções para qualquer lugar onde mão-de-obra, instalações e infra-estrutura a preços competitivos forem disponíveis.

Em função das inovações tecnológicas, foi possível o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, onde a produção passou a ser executada em várias unidades produtivas espalhadas por diversos países do mundo. A saída de várias indústrias dos países desenvolvidos buscando reduzir os seus custos de produção, levou a uma diminuição da base fiscal nos países do capitalismo avançado, ocasionando um déficit crescente em suas contas e solapando a ideia do Estado de Bem-Estar social e da administração keynesiana.

O ideal keynesiano do Estado como promotor do desenvolvimento econômico, começaram a ser questionadas em função dos seus custos elevados e das crises fiscal e inflacionária que passaram a se tornar crônicas a partir da década de setenta. Pouco a pouco, o monetarismo, que pregava a austeridade fiscal e a redução de gastos e as correntes neoliberais, que pregavam a desregulamentação da economia e do mercado de trabalho para atrair mais investimentos e diminuir as taxas de desemprego, foram se impondo enquanto ideário político-econômico.

A chegada ao poder de Margareth Thatcher no Reino Unido em 1979, de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980, veio marcar uma alteração no paradigma político-econômico estabelecido, representando a ruptura como fordismo/ taylorismo e o fim do Estado de bem-estar social. O modo de regulação do novo paradigma político-econômico se baseou na implantação do Estado neoliberal e da administração monetarista.

A desregulamentação econômica promovida por esse novo paradigma político-econômico ocasionou a desregulamentação do sistema financeiro internacional. Em virtude da redução dos investimentos dos capitais produtivos, buscou-se facilitar a entrada dos investimentos financeiros globais. A integração econômica via mercado financeiro só foi possível a partir do desenvolvimento tecnológico, que permitiu o funcionamento vinte e quatro horas por dia e em tempo real em qualquer lugar do mundo.

Essa desregulamentação econômica global, associada à evolução das técnicas, fez com que as negociações no mercado financeiro global superassem, em valor monetário, o comércio internacional (importações e exportações). Em função desta grande preponderância, Chesnais (1998) denominou esse estágio do sistema capitalista de regime de acumulação mundializada sob dominância financeira, fruto do liberalismo e da desregulamentação dos movimentos de capitais, dos investimentos estrangeiros diretos e do comércio internacional.

2.3 OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NO ESPAÇO

O sistema capitalista, por ser extremamente dinâmico, apresenta alterações estruturais que se refletem na produção e reorganização constante do espaço. De acordo com Sassen (1998), existe há vários séculos uma economia mundial, mas ela tem sido repetidamente reconstituída ao longo do tempo. Um ponto de partida é o fato de que, em cada período histórico, a economia mundial consistiu em uma combinação distinta de áreas geográficas, industriais e arranjos institucionais.

A mudança do paradigma de desenvolvimento econômico levou à constituição de uma nova divisão internacional do trabalho, em que uma parte das indústrias dos países centrais se transferiu para os países periféricos buscando reduzir os seus custos de produção. Dessa forma, a partir do grande desenvolvimento industrial de alguns países periféricos como o Brasil, o México, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, Hong Kong, Malásia, constituiu-se o grupo de Países Recém Industrializados (PRIs). (tabela 2.1)

Tabela 2.1

Evolução da participação de produtos manufaturados no PIB e exportações de PRIs selecionados (%).

	PIB				Exportações			
	1960	1970	1980	1988	1960	1970	1980	1988
Brasil	21,6	29,4	36,4	30,9	-	14,2	38,7	47,8
Coréia	9,9	15,7	29,7	35,8	-	76,8	89,9	93,1
Malásia	8,8	11,9	20,6	-	-	7,4	19,0	45,2
México	22,6	26,3	22,1	29,6	-	32,5	14,6	55,8
Cingapura	9,2	20,0	29,1	32,4	-	30,5	54,4	74,3

Fonte : Evolução da participação de produtos manufaturados no PIB e exportações de PRIs selecionados. Fonte: World Bank, 1976; 1991.

Entretanto, é importante ressaltar que a internacionalização do capital produtivo ocorre desde o começo do século. Porém, há uma modificação no destino da produção. Se anteriormente a produção se destinava ao mercado local, a partir da década de sessenta, a produção na periferia se destinaria aos países do centro. De acordo com Kucinski (1996) o alcance da nova divisão internacional do trabalho pode ser medido pelo fato de que, em 1960, praticamente não havia produção industrial na periferia destinada aos países industrializados do centro. Dez anos depois, havia fábricas em 39 países produzindo para países do centro.

Com a ascensão de um novo modelo de desenvolvimento capitalista e a alteração da geografia industrial mundial, houve o declínio industrial dos países do centro e a rápida industrialização de alguns países periféricos. Essas alterações no campo produtivo apresentam uma grande relevância na escala regional, pois, de acordo com Soja (1993), está havendo uma “inversão do papel das regiões”, já que regiões centrais antes altamente industrializadas e prósperas - segmentos do cinturão manufatureiro norte-americano, o nordeste da Inglaterra e do País de Gales, o norte da França, a Valônia e o Ruhr - têm experimentado um declínio e uma desindustrialização econômicos acelerados, enquanto muitas regiões periféricas pobres (inclusive alguns exemplos clássicos de subdesenvolvimento regional) converteram-se em novos centros de crescimento industrial e expansão econômica.

As alterações observadas na escala regional se relacionam diretamente com a tentativa de se reestabelecer uma taxa elevada de lucratividade por parte do capital. Dessa forma, em função da saída das indústrias dos seus locais de produção tradicionais, surgem “guerras regionais por empregos e dólares” (GOODMAN, 1979), ou seja, as regiões buscam atrair as indústrias mediante a oferta de benefícios. Nesse sentido, a estratégia do capital consiste em buscar regiões onde o custo de produção seja cada vez mais baixo, de modo a manter seus produtos com preços competitivos nos mercados dos países centrais. Assim, de acordo com Soja (1993), a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial não eliminou a exploração do desenvolvimento geograficamente desigual como fonte de manutenção dos superlucros.

Outra consequência do novo paradigma político-econômico, tem sido a reestruturação urbana que ocorre entre as antigas metrópoles e os novos espaços industriais. As metrópoles, antigos centros industriais, têm sofrido um processo de perda das atividades industriais em função da facilidade de deslocamento, fruto do novo paradigma tecnológico, assim como o surgimento de deseconomias de aglomeração como mão-de-obra cara, impostos, preço da terra elevado, tráfego congestionado, violência urbana.

No seu estudo sobre Los Angeles, Soja (1993) explica as alterações oriundas da reestruturação no espaço urbano através dos termos desindustrialização e reindustrialização. Ou seja, cria-se uma nova geografia industrial marcadamente diferente daquela observada no modelo de desenvolvimento anterior, onde as metrópoles (no caso Los Angeles) se encontram em uma mescla complexa de declínio industrial seletivo e rápida expansão industrial.

De acordo com Soja (1993), os setores mais afetados pela desindustrialização seletiva, como o setor automobilístico e o de fabricação de pneus, eram aqueles que apresentavam mão-de-obra organizada e continha uma proporção incomumente elevada de operários bem-remunerados das minorias e do sexo feminino. Assim, a desindustrialização e o novo crescimento industrial associaram-se a expressivos declínios de sindicalização e ao enfraquecimento de muitos dos ganhos contratuais conquistados pela mão-de-obra organizada nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (SOJA, 1993).

Segundo Soja (1993), como ocorreu em períodos similares de crise e reestruturação no passado, as inovações tecnológicas, as estratégias administrativas empresariais e a política estatal passaram a se concentrar, mais diretamente e explicitamente, em dois objetivos cada vez mais vitais e estreitamente relacionados: a reestruturação de crescentes oportunidades de superlucros e o estabelecimento de um controle mais efetivo sobre a força de trabalho.

Como sublinha Boyer (1992), de um ponto de vista mais geral, o problema-chave para as economias capitalistas é o da restauração das condições de valorização sem que sejam solapadas as bases de realização. Nesse sentido, o capital, tendo como principal objetivo a restauração do lucro, questiona o compromisso da relação salarial estabelecido durante o período fordista/ keynesiano. Dentro desta linha de análise, Soja (1993) coloca que a tentativa abrangente de disciplinar o trabalho foi o tema essencial do processo de reestruturação contemporâneo, seja através de ataques diretos às organizações mais poderosas da classe trabalhadora, da crescente concentração e centralização do capital, mobilidade intensificada do capital para estabelecer uma ameaça constante de fechamento e transferência de local, indução da inovação tecnológica para reduzir custos e criar instrumentos aperfeiçoados de controle da mão-de-obra e da produtividade, assim como subsídios crescentes às grandes empresas pelo governo federal e pelos governos locais empenhados em atrair novos empregos, tudo envolto em programas ideológicos destinados a justificar o sacrifício e a austeridade de alguns (ostensivamente em nome do bem maior), ao mesmo tempo em que outros são alimentados à força com a valorosa esperança de que o excedente, de algum modo, escoará para as subclasses que estão à espera dele.

Entretanto, dentro deste cenário de reestruturação urbana, as metrópoles tendem a alterar a sua função no cenário mundial. Se por um lado a fuga das indústrias leva a uma perda da base industrial, por outro ocorre uma rápida expansão dos setores de alta tecnologia e de serviços. Como resultado, ocorre uma reciclagem ocupacional, com a diminuição do emprego industrial e o aumento do emprego no setor de serviços. Essa modificação na estrutura empregatícia tem acentuado a polarização no mercado de trabalho. Segundo Soja (1993), o segmento médio dos operários qualificados, sindicalizados e bem remunerados vem encolhendo, com uma pequena parcela de seus trabalhadores ascendendo

em direção a uma tecnocracia ampliada de colarinhos-brancos. Mas, uma proporção muito maior têm escoando para baixo, para um reservatório mal qualificado e mal pago de trabalhadores da produção de serviços, inflacionado pela imigração maciça e pelos empregados de turno parcial e do sexo feminino.

Essa reorganização na estrutura organizacional varia de intensidade de acordo com a importância das cidades, sendo mais intensa nas cidades globais. Analisando a dinâmica ocupacional das três maiores cidades globais (Londres, Nova Iorque e Tóquio), observa-se uma redução dos empregos industriais e o crescimento do setor de serviços.

A perda de empregos industriais vem provocando uma alteração na ocupação do solo urbano, com a saída da população branca dos antigos bairros industriais e a sua substituição pelas minorias raciais e imigrantes. A concentração dessa população pobre, marginalizada, tem transformado esses antigos bairros industriais ocupados anteriormente por brancos em guetos raciais. Segundo Savitch (1988), em Nova Iorque, ocorre a concentração da elite em Manhattan, onde 70% do total de sua população empregada trabalha em ocupações técnico-administrativas, e o abandono de antigos bairros operários pela população branca (o Bronx perdeu 50% de sua população branca e o Kings mais de 25% entre as décadas de 1960 e 1970). Los Angeles, por exemplo, deixou de ser uma cidade estritamente de população branca para se tornar uma metrópole multirracial, com 30% da população total de estrangeiros e redução da participação da população branca de 80% para menos de 50% do total entre as décadas de 1960 e 1990 (SOJA, 1993). Em Paris, os trabalhadores argelinos, tunisianos e marroquinos passaram de 6 para 12% do total no mesmo período, enquanto em Londres a força de trabalho de asiáticos e afro-caribenhos dobrou entre 1971 e 1981 (SAVITCH, 1988).

A chegada dessa mão-de-obra imigrante tem ocupado grande parte das ocupações de menor remuneração, por muitas vezes sendo explorado e submetido a condições precárias de trabalho. A modificação da estrutura ocupacional das grandes cidades, seja em função das alterações no campo produtivo, seja em função dessa nova dinâmica racial, têm contribuído para piorar a distribuição de renda e alterar a pirâmide social, que passa a se caracterizar como um “pino de boliche”, segundo Soja (1993).

O pequeno ápice corresponde ao que Friedmann e Wolff (1982) classificaram como a “elite transnacional”, com educação superior, alta renda, acesso às informações e

que se encontram em atividades ligadas aos serviços altamente qualificados, relacionados ao comando, administração, gerenciamento e apoio dos serviços corporativos, incluindo os setores administrativo, bancário, financeiro, jurídico, contábil, telecomunicativo, computacional, consultoria técnica, educação superior, pesquisa e desenvolvimento (P&D). São os yuppies, dinks¹⁵ e todos os nomes que a definem.

Na camada intermediária, aparece uma classe média espremida, resultado da perda dos empregos industriais e voltada à prestação de serviços, com mobilidade, acesso às informações e renda variada de acordo com o serviço prestado. Na parte inferior, surge um grande contingente de pobres, engrossada pelo empobrecimento de uma parte da classe média e pela chegada de um numeroso grupo de imigrantes ocupados em atividades de baixa qualificação e baixa remuneração.

O empobrecimento relativo de uma grande parte da população das grandes cidades dos países centrais, leva a situações de fragmentação e segregação sociais característicos dos países periféricos. O intensificação das desigualdades verificadas no interior das próprias cidades dos países de economia avançada representam a transformação da geografia do centro e da periferia. A decadência econômica de alguns bairros ou regiões, o surgimento de guetos com minorias étnico/raciais representam a “periferização” de algumas áreas do centro do capitalismo.

De acordo com Sassen (1998), o crescimento das desigualdades nas grandes cidades são fruto da combinação de forças econômicas, políticas e técnicas, que contribuíram para o declínio da produção em massa e acarretou um declínio do quadro institucional mais amplo que moldou as relações de emprego. Dessa forma, se enquanto no período anterior, em função da crescente sindicalização no setor manufatureiro e da forte presença do Estado na economia, houve uma redução no número de pobres e o surgimento de uma vigorosa classe média nos grandes centros urbanos; o crescimento do setor de prestação de serviços, a redução da influência dos sindicatos, a perda de várias proteções contratuais e o crescimento dos empregos informais, permitiram uma acentuação da polarização social, com o aumento do número de pobres e uma redução da classe média.

¹⁵ Yuppies e dinks foram termos que surgiram em meados da década de 80 e 90. Eles significam respectivamente jovens profissionais urbanos (young urban professionals) e casal com renda dobrada e sem crianças (double income no kids).

Nesse sentido, Sassen (1998) coloca que a atual dinâmica de crescimento econômico contribui mais para a desigualdade do que para a expansão da classe média, conforme ocorreu nos Estados Unidos e no Reino Unido nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, e no Japão ao longo dos anos setenta. Sendo assim, as condições que contribuíram para a expansão da classe média, ou seja, a produção em massa e a intervenção do Estado, foram postas de lado por novas formas de desenvolvimento que acentuam a desigualdade social nas grandes cidades.

Referindo-se à Nova York, Tabb (1990) comenta que “a multiplicação dos sem-teto é um processo social cuja origem, evidentemente, está no mercado de trabalho e no mercado imobiliário. É a ponta mais visível do iceberg de um processo de empobrecimento”. Ou seja, o autor admite que a metrópole mundial, caracterizada pela concentração das atividades dinâmicas e de controle do capital, convive com a expansão dos excluídos, que se manifesta no número crescente dos “sem-teto” e dos desempregados e subempregados (tabela 2.2).

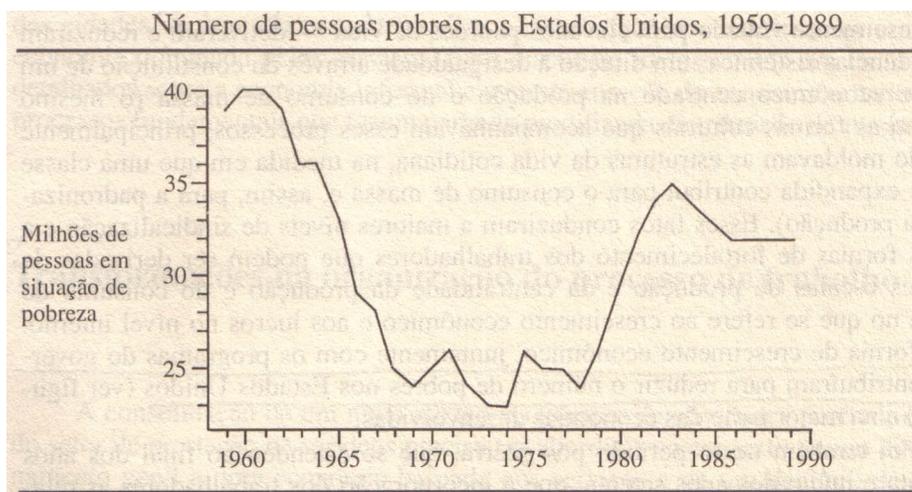


Gráfico 2.1 – Fonte: Bureau of the Census, Money Income and Poverty Status in the United States, 198(Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1989), Series P-60, N° 168, tabela 19.

A reorganização setorial da mão-de-obra e as crescentes assimetrias na estrutura social tiveram um paralelo na reestruturação espacial verificada em função das alterações no campo produtivo. A nova geografia industrial implicou em uma continuação das

tendências à desaglomeração e ocasionou um processo espreado e polinuclear de descentralização produtiva e da população. A transferência das indústrias das metrópoles para áreas adjacentes a elas causa o surgimento das macrometrópoles ou “campo urbano” (FRIEDMANN e WOLFF, 1982), que se caracterizam por ocupar uma área muito maior, incorporando muito mais cidades do que as metrópoles e constituindo uma grande quantidade de núcleos urbanos espreados ao seu redor e mantendo uma certa ambigüidade entre cidade e campo. De acordo com Soja (1993), mais do que nunca, na história norte-americana recente, a população e a indústria têm-se deslocado para cidades menores e áreas rurais, evocando a “grande reviravolta não-metropolitana”, outro dos traços característicos atribuídos ao processo contemporâneo de reestruturação.

Como conseqüência, as metrópoles, que antes exerciam uma grande atratividade, têm sofrido um processo de redução da atração populacional, pois a pulverização das indústrias para outros locais vem alterando as rotas migratórias já que as metrópoles não significam mais, em muitos casos, uma oportunidade certa de ocupação remunerada.

As grandes metrópoles mundiais situadas nos países centrais, a partir da década de 1960, passaram a apresentar uma taxa de crescimento populacional muito inferior àquela verificada em anos anteriores. A Região Metropolitana de Nova Iorque, maior metrópole do mundo na década de 1950, perdeu sua hegemonia mundial em função da redução drástica de sua taxa de crescimento anual (para aproximadamente 0,3% a.a.) entre as décadas de 1960 e 1980, enquanto a grande Londres, maior cidade do mundo no final do século XIX, perdeu aproximadamente 1 milhão de habitantes entre 1968 e 1981, passando de 7,7 para 6,7 milhões de habitantes (SAVITCH, 1988).

Savitch (1988) argumenta que existe uma relação direta entre a dinâmica de crescimento/declínio das atividades industriais e a relação do crescimento/perda de população. Dessa forma, a redução da atratividade de população por parte das grandes metrópoles é fruto da transferência das atividades produtivas para o novo espaço urbano-industrial. Isso leva a uma alteração na dinâmica do crescimento populacional regional, com o aumento do crescimento das cidades que compõe a macrometrópole e o decréscimo ou estabilização da metrópole consolidada.

De acordo com as cidades de Londres, Paris e Nova Iorque, houve um crescimento tanto de empregos como de população no 2º anel (zona periférica) em

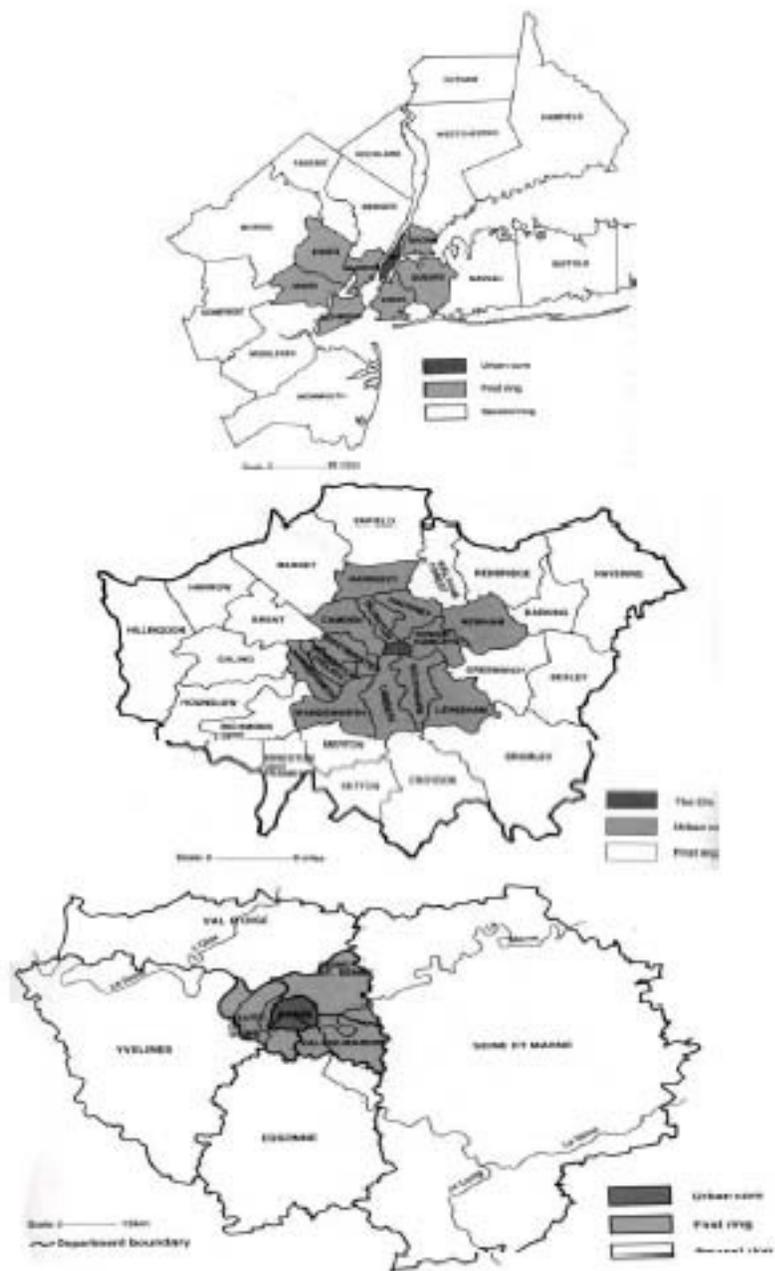
detrimento ao centro urbano (zona central) e ao 1º anel (zona intermediária). Segundo a divisão¹⁶ feita por Savitch (1988), a zona periférica corresponde à região definida por macrometrópole, pois dista entre 60 e 120 km do centro, possui menores densidades e abundância de espaço vazio e, por vezes, áreas rurais. Já o centro urbano é a parte central mais densa das cidades com preponderância de comércio, serviços e habitação, com raio variando entre 8 e 10 km. Já o primeiro anel (intermediário) é aquele adjacente ao centro, menos povoado e com habitações unifamiliares, alcançando entre 30 e 60km do centro (tabela 2.3).

¹⁶ Savitch (1988) se baseou nas divisões político-administrativas oficiais das três cidades para definir os anéis. O centro urbano de Nova Iorque é Manhattan; os 13 boroughs da Inner London; os 20 arrondissement da Ville de Paris. O 1º anel consiste nos condados de Bronx, Kings, Queens, Richmond, Hudson, Union e Essex em Nova Iorque e Nova Jérsei; os 18 boroughs da Outer London; os departamentos de Haute de Seine, Val de Marne, Seine-St. Denis em Paris. O 2º anel consiste nos condados de Nassau, Suffolk, Westchester, Putnam, Rockland, Bergen, Passaic, Morris, Monmouth, Somerset, Middlesex e Fairfield em Nova Iorque, Nova Jérsei e Connecticut; o Outer Metropolitan Área em Londres; e os departamentos de Val D' Oise, Yvelines, Essone e Seine et Marne em Paris.

Evolução da distribuição da população e do emprego em % do total									
Nova Iorque	Centro			1º anel			2º anel		
	1960	1980	80/60	1960	1980	80/60	1960	1980	80/60
	População	10,8	8,6	-2,2	51,4	45,4	-6,0	37,8	46,0
Empregos	37,0	33,2	-3,8	32,0	26,9	-5,2	31,0	40,0	9,0
Londres	Centro			1º anel			2º anel		
	1971	1981	81/71	1971	1981	81/71	1971	1981	81/71
	População	8,9	7,5	-1,4	33,5	29,7	-3,8	57,6	62,8
Empregos	8,7	7,0	-1,7	37,8	33,8	-4,0	53,5	59,2	5,7
Paris	Centro			1º anel			2º anel		
	1962	1982	82/62	1962	1982	82/62	1962	1982	82/62
	População	33,0	21,6	-11,4	40,6	38,8	-1,8	26,4	39,6
Empregos	46,3	39,0	-7,3	34,0	34,9	0,9	19,7	26,2	6,4

Tabela 2.2: Evolução da distribuição de população e emprego por anel em Nova Iorque, Londres e Paris. Fonte: Savitch, 1988.

Mapa 2.1 - Zonas Centrais, Intermediárias e Periféricas das Macrometrópoles de Nova Iorque, Londres e Paris.



Fonte: SAVITCH, 1988.

ue,

Neste sentido, é importante caracterizar as alterações observadas nas metrópoles a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial. Se durante o modelo de desenvolvimento do fordismo as metrópoles se consagraram como o “locus” da produção industrial, havendo uma concentração produtiva e populacional; posteriormente à reestruturação capitalista, ocorre uma nova divisão do trabalho e as metrópoles modificam a sua função, diminuindo a sua importância na produção industrial e aumentando a sua participação no setor de serviços.

Entretanto, essa alteração na função econômica das metrópoles ocasionou uma reorganização espacial interna, verificada com a decadência dos antigos bairros industriais e o aumento da polarização social, uma vez que a maioria dos novos empregos oferecidos no setor de serviços oferece uma remuneração inferior àquela dos ramos industriais. Sendo assim, as metrópoles reduzem a sua atratividade econômica e, portanto, sua população tende a apresentar um crescimento mais baixo em relação às pequenas e médias cidades.

CAPÍTULO 3

A REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL E OS SEUS IMPACTOS NOS ESPAÇOS METRÓPOLITANOS

A modernização do território brasileiro, verificada com mais intensidade a partir da década de 1950, concentrou a produção industrial e a população nas metrópoles, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Santos (1979), a macroorganização do espaço, que beneficia as metrópoles, ocorre pela ação do Estado privilegiando os interesses dos monopólios e das firmas multinacionais. Ou seja, a integração do país, que tem a sua origem na industrialização orientada para as necessidades nacionais, estabelece relações comerciais entre as metrópoles, produtoras de produtos manufaturados e o resto do país, que se torna um fornecedor de produtos alimentares, matérias-primas, capitais e homens para elas. Dessa forma, os monopólios e as firmas multinacionais se sentem atraídos a produzir no país pois se beneficiam, além da infraestrutura já instalada (principalmente a rodo - ferroviária e energética), da redução dos gastos com o transporte e da grande oferta de mão-de-obra barata, oriunda de várias partes do país.

É importante salientar o impacto desse processo nos movimentos migratórios. Do crescimento da população total do Brasil, parcela considerável vai instalar-se nas regiões metropolitanas, e essa parcela é crescente desde 1950. Se entre a década de 1940-1950 a população que se instala nas regiões metropolitanas era de 3.052.907 habitantes, entre as décadas de 1970-1980 essa população alcança 11.259.743 habitantes.

Tabela 3.1

	População que se instala nas regiões metropolitanas	% do aumento da população nacional que se instala nas regiões metropolitanas
1940 - 1950	3.052.907	28,75
1950 - 1960	5.952.919	32,62
1960 - 1970	8.596.874	37,46
1970 - 1980	11.259.743	43,47

Fonte: SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira (1993)

A concentração industrial e populacional nas metrópoles teve o seu ápice no ciclo econômico que ficou conhecido como “Nacional Desenvolvimentismo” (1955-1975), modelo de industrialização baseado no planejamento estatal e no favorecimento ao capital monopolista através de empréstimos internacionais e dos IEDs – Investimentos Externos Diretos (BECKER e EGLER, 1992).

Com esse modelo, consolidou-se o “tripé econômico” que existiu até a década de 1990, onde o capital nacional público ficou responsável pelos bens de produção e pela instalação de infra-estrutura e o capital privado nacional ficou responsável pela produção de bens de consumo não-duráveis. Já o capital privado estrangeiro, era responsável pela produção de bens de capital e de consumo duráveis.

3.1 A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Devido à falta de locais adequados que apresentassem os atributos necessários para a instalação das atividades modernas, a indústria impôs uma lógica concentradora como condição básica para a produção e reprodução do capital, principalmente nas grandes metrópoles da Região Sudeste.

Entretanto, em decorrência da mudança da conjuntura internacional, a partir da década de 1970, foi necessário modificar a geografia industrial no Brasil, buscando a desconcentração como forma de garantir a rentabilidade necessária para o capital. Nesse sentido, a ação do Estado buscou “modernizar” ou seja, implementar a infra-estrutura

necessária para que as indústrias pudessem produzir em outros locais e, assim, reduzir os seus custos de produção.

Esse processo de desconcentração industrial, apresentará duas fases bem nítidas: a primeira, corresponde à forte ação do Estado brasileiro através da criação de vários projetos industriais no interior do país, mediante o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Já a segunda fase ocorre posteriormente à crise fiscal do Estado. Nesse sentido, o processo de desconcentração industrial foi fruto da ação do mercado, através das “guerras fiscais” entre os estados brasileiros.

3.1.1 O II PND E O INÍCIO DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

O aumento abusivo do preço do petróleo, após a crise de 1973, e, por consequência, o aumento do preço dos bens de produção e de insumos básicos importados, ocasionaram uma crise no balanço de pagamentos, forçando o governo a rever sua política de desenvolvimento (BECKER e EGLER, 1992). Com a capacidade de importar máquinas, equipamentos e petróleo comprometida, o governo redirecionou o eixo de crescimento da economia, privilegiando os estágios finais da industrialização: os bens intermediários, de consumo durável e de capital¹⁷, em detrimento dos bens de consumo não durável.

De acordo com Nobre (2000), o II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979 foi o principal instrumento de política governamental que traçou as metas básicas para o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, procurando inserir o país como uma potência emergente dentro do sistema econômico mundial. O plano propunha o desenvolvimento de uma economia moderna baseada no crescimento da indústria de bens de capitais e na implantação de infra-estrutura básica como energia, transportes e comunicações.

Para minimizar o efeito da crise do petróleo no balanço de pagamentos, o plano propunha grandes projetos de exploração de matéria-prima exportável (aço, manganês, ferro

¹⁷ Bens de capital e consumo durável – Mecânica, material elétrico e comunicação, material de transporte; Bens Intermediários – Minerais não-metálicos, metalurgia, papel e papelão, química, borracha, material plástico.

e bauxita), um programa energético baseado na implantação do Pró-Álcool, assim como o desenvolvimento da exploração de petróleo e refino petroquímico nacionais para diminuir a dependência de insumos energéticos importados (NOBRE, 2000).

Entre as suas principais medidas, estão vários grandes projetos, tais como:

1-Exploração de minérios: como o de ferro em Carajás e bauxita em Trombetas, ambos no Pará, cobre em Caraíba, na Bahia, fosfatos em Patos, Minas Gerais e carvão no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

2- Implantação de novos complexos industriais: como as siderúrgicas de Itaquí no Maranhão, Tubarão no Espírito Santo, Açominas em Minas Gerais, petroquímica de Camaçari na Bahia, Paulínia em São Paulo, cloroquímica de Maceió em Alagoas, novas fábricas de cimento, papel e celulose na Bahia e no Espírito Santo, de automóveis Fiat em Betim, Minas Gerais, além de reforçar a posição do Rio de Janeiro através de incentivos a CSN e da exploração de alumínio pela Vale do Rio Doce, juntamente com a implantação da usina nuclear de Angra dos Reis.

Na verdade, segundo Nobre (2000), o II PND seguia os princípios do nacional-desenvolvimentismo, contudo buscava notadamente uma desconcentração das atividades produtivas do país, seguindo os princípios “ricardianos” de enfatizar vantagens comparativas e especializações regionais. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento urbano desse período preconizavam:

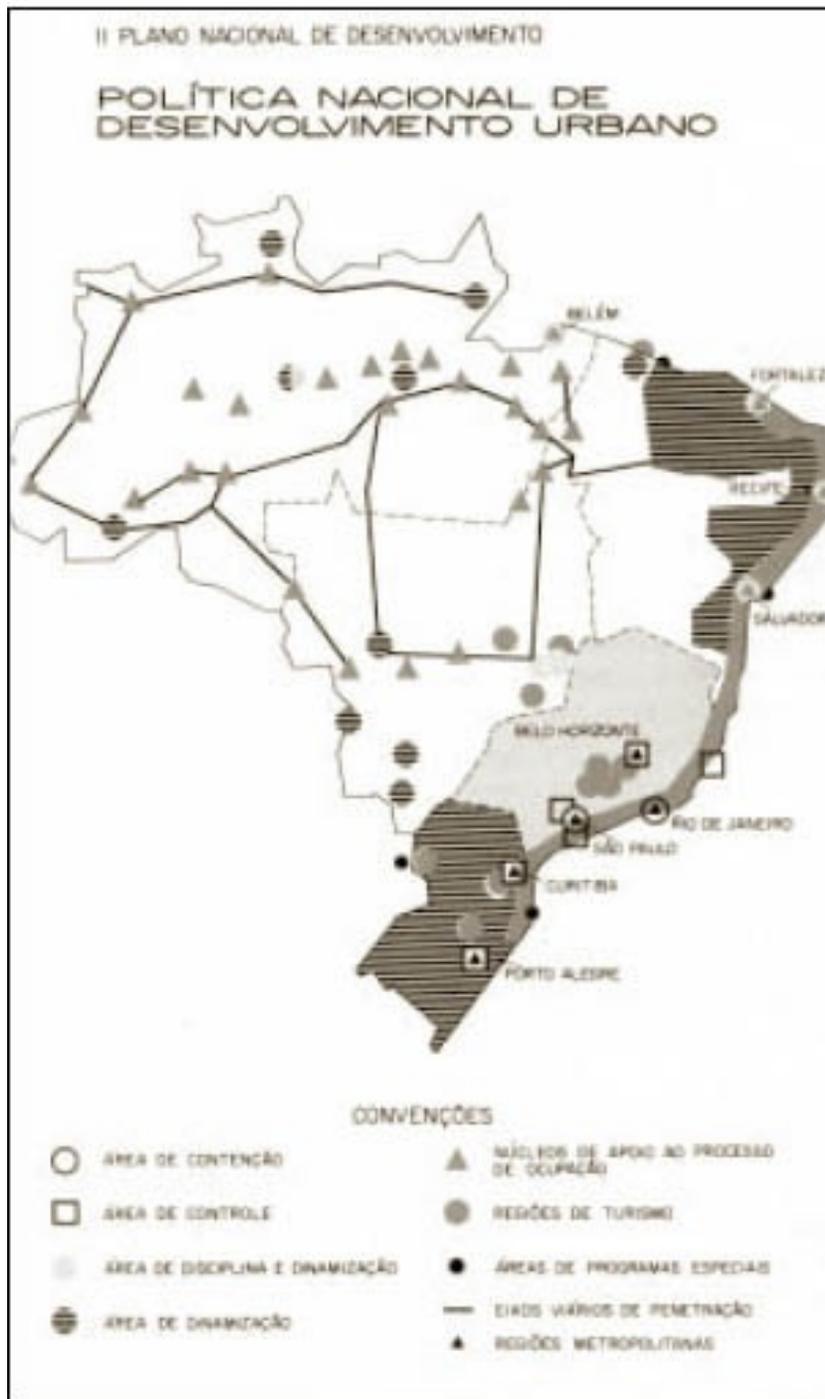
“a definição de orientação e estabelecimento de mecanismos operativos para que a estrutura urbana acompanhe a estratégia do desenvolvimento e a ocupação da política do espaço interior” (ZAHN, 1983, p.220).

As políticas definidas no II PND alicerçaram-se na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano elaborada em 1973 por Francisconi e Souza, na qual o principal objetivo era estabelecer uma política globalista¹⁸ de desenvolvimento urbano (CASTELLO BRANCO, 2003, p.68). A partir da análise do quadro urbano, foram definidas quatro áreas de intervenção: Área ou Subsistema de Contenção (localizada no eixo Rio - São Paulo).

¹⁸ A elaboração desta política baseou-se no estudo realizado por Faissol (1973) (SOUZA, 1994, p.130).

Áreas ou Subsistemas de Disciplina e Controle (centrada em duas áreas: a primeira localizada em Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Santos e Brasília e a segunda nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste: Recife, Salvador, Fortaleza e Belém. Áreas ou Subsistemas de Dinamização (áreas estratégicas focadas nas áreas que recebem impacto do desenvolvimento do Sudeste e do Sul e nas metrópoles regionais do Nordeste e cidades médias localizadas no Centro-Oeste e no Sul do país). E as áreas ou subsistemas de Promoção (constituídas por cinco áreas: as periféricas com problemas de desenvolvimento, as periféricas com fraca urbanização, as vinculadas a grandes investimentos públicos, as turísticas e as estagnadas ou decadentes) (SOUZA, 1999).

Mapa 3.1



Fonte: SOUZA, M. A.A. de "O II PND e a política urbana brasileira" in: O Processo de Urbanização do Brasil.

Com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos no II PND, em 1979 criou-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU – para orientar a política nacional de desenvolvimento urbano. Estas políticas, ao adotarem a visão de pólos de desenvolvimento, induziram o crescimento de centros regionais, transformando-os em metrópoles regionais (é o caso, por exemplo de Manaus) (CASTELLO BRANCO, 2003, p.68).

3.1.2 A CRISE FISCAL DO ESTADO E A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL VIA AÇÃO DOS AGENTES PRIVADOS

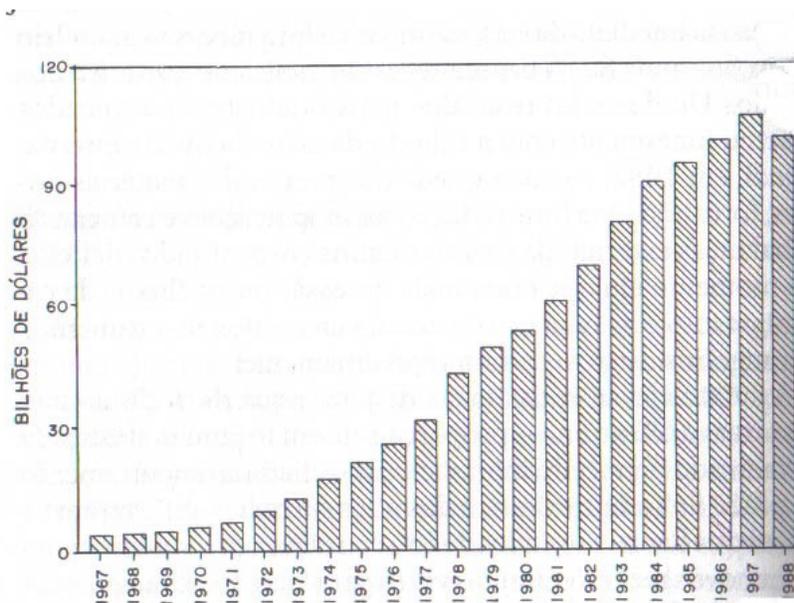
A década de 1980 marca o colapso do modo de desenvolvimento centrado no Estado-nação. De acordo com Novy (2002), a virada monetarista sob os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan provocou em 1980 uma recessão mundial que destruiu o antigo campo de acumulação. No Brasil, a recessão começou com a forte queda da renda nacional em 1981 (-4,3%).

A crise econômica da década de 1980 é a própria crise do Estado. Atrelando o desenvolvimento nacional ao financiamento externo, a crise econômica internacional dos anos 80 interrompe o fluxo de capitais para os países da periferia e aumenta o endividamento brasileiro. De acordo com Becker e Egler (1992), a súbita elevação das taxas de juros, que de 1-2% ao ano passaram a 6% ao ano – proporção até então jamais alcançada no mercado financeiro internacional – aliada ao encurtamento do prazo dos empréstimos e dos altos spreads, submeteram os países que se haviam endividado a condições draconianas para obter novos recursos, muitas vezes para fazer frente ao próprio serviço da dívida. Dessa forma, segundo esses autores, a dívida externa ganha autonomia e transforma os países periféricos, principalmente da América Latina, em exportadores líquidos de capital.

Neste processo, o Brasil tornou-se um dos maiores devedores mundiais em termos absolutos. Seu passivo com os credores externos saltou de US\$ 40 bilhões em 1979,

para US\$ 112 bilhões em 1986 e os recursos remetidos ao exterior para pagamento do serviço da dívida atingiram cerca de 5% do PIB (BECKER e EGLER, 1992). (gráfico 3.1)

Gráfico 3.1 – A escalada da dívida brasileira – 1967 - 1988



Fonte: Dados Básicos do Banco Central do Brasil.

Dessa forma, a crise fiscal do Estado brasileiro se refletiu no crescente endividamento do setor público, que atinge, durante a década de 1980, mais de 50% do PIB. Assim, o modelo de desenvolvimento centrado na presença estatal chega ao seu final, na medida em que o crescente endividamento inviabilizou os investimentos e, portanto, qualquer medida de política econômica a longo prazo. Nesse sentido, segundo Novy (2002), a crise fiscal levou a uma forte redução nos investimentos estatais e, com isso, a uma redução dos índices de investimento¹⁹. Segundo esse autor, os investidores privados também se mantiveram reticentes e desviaram, em virtude da insegurança e das opções lucrativas, para aplicações em capital financeiro.

¹⁹ Ao passo que a quota de investimentos em 1980 ainda estava em 23%, ela caiu depois continuamente até 14% (NOVY, 2002).

Entretanto, durante a década de 1980, a transição do modelo de acumulação industrial para o modelo de acumulação rentista não havia se consolidado. Segundo alguns autores, a crise dos anos 80 se torna mais profunda a partir da insistência de um modelo que já se encontrava superado. Para Fiori (1995), a crise econômica desta década se acentua uma vez que o modo de regulação centrado no Estado se encontrava relacionado com o regime de acumulação já superado. Nesse sentido, as políticas ditas heterodoxas foram tentativas heróicas de revigorar formas institucionais irremediavelmente incapazes de funcionar, originárias de um modo de desenvolvimento já superado. Assim, a grande crise dos anos 80 tem duas dimensões: o esgotamento do regime de acumulação intensivo, cuja versão no Cone Sul foi a industrialização por substituição de importações e a crise do modo de regulação monopolista, cujo arranjo institucional foi o modelo desenvolvimentista (FARIA, 1995).

A gravidade da situação econômica brasileira tornou-se argumento para um forte discurso reformista do país ao final da década de 1980. Em função disso, a primeira eleição direta para Presidente da República em 1989 apresentou dois candidatos – Fernando Collor e Luis Inácio Lula da Silva – que falavam explicitamente em mudanças, embora com projetos absolutamente diferentes. Aparentemente, de acordo com Pochmann (2006), foi mais sedutora a promessa de “modernização” do país que misturou, nebulosamente, no discurso e no ideário, crescimento e atualização do consumo.

Nesse sentido, desde 1990, a economia brasileira foi sacudida por políticas macroeconômicas de cunho neoliberal. Esse pensamento, balizado na implantação de medidas econômicas, segundo Cano (1993), pode ser sintetizado através:

- Necessidade de forte ajuste macroeconômico ortodoxo para eliminar o déficit público, promover o “enxugamento” nas funções do Estado e reorientar o pagamento de dívidas externas através de acordos internacionais referendados pelo FMI e pelo BIRD.
- Desregulamentação das relações trabalho-capital, eliminando direitos sociais dos trabalhadores e flexibilizando as regras de política salarial.

- Redução ou fim das barreiras tarifárias e conseqüentemente liberalização do comércio exterior, para que possa haver uma “livre” competição entre as estruturas produtivas interna e internacional.
- Desregulamentação da economia, com a privatização fazendo parte do enxugamento do Estado.
- Liberalização dos fluxos internacionais de capitais.

Essas mudanças foram apresentadas à sociedade como elementos fundamentais para a estruturação de um novo modelo de desenvolvimento para o país. E, indo em sentido contrário à história construída desde 1930, que sempre destacou o Estado como o mecanismo articulador de uma estrutura produtiva primordialmente voltada para o mercado interno, consolidou-se a valorização dos mercados como mecanismo organizador da produção nacional e catalizador da integração à nova economia mundial, responsável pela difusão dos recursos ideológicos e materiais, bem como das inovações técnicas e organizacionais capazes de viabilizar um novo avanço da acumulação (CAIADO, RIBEIRO e AMORIM, 2004).

Dessa forma, a década de 1990 se caracteriza por uma mudança no modelo de desenvolvimento do país. A forma do Estado, em larga medida, está no centro das mudanças do modo de regulação. O sentido geral, segundo Faria (1995), foi o desmonte do Estado desenvolvimentista e a sua substituição por um arranjo, ainda pouco definido, de corte liberal. Para tanto, segundo esse autor, o setor produtivo e de infra-estrutura estatal foi vendido para as privatizações (tabela 3.2); o crédito público foi drasticamente reduzido, restando quase que apenas os instrumentos monetários e fiscais, de alcance limitado em razão da condução ortodoxa da política econômica; as políticas industrial, agrícola e de comércio exterior reduzidas a no máximo ações restritivas e pontuais; além de se instituir um encilhamento fiscal sem precedentes com redução das despesas de investimento e com

os serviços propriamente ditos, esforço a fazer frente aos custos financeiros do endividamento público.

Segundo Novy (2002), a desestatização da década de 1990 foi essencialmente fundamentada com argumentos ideológicos. O Estado deveria separar-se do controle de ramos não-essenciais como a produção de aço, a petroquímica e a mineração, antes tidos como estratégicos, para poder voltar-se às suas tarefas mais precípuas nas áreas de educação e saúde. Mas, ao mesmo tempo, a privatização deveria contribuir para o saneamento do orçamento público. Entretanto, apesar do Programa Nacional de Desestatização ter arrecadado praticamente R\$ 85 bilhões de reais (TABELA 3.2), incluindo receita de vendas e dívidas transferidas, o endividamento total do país aumentou substancialmente.

Tabela 3.2 Programa Nacional de Desestatização 1991-1998 em milhões de US\$

Setor	nº de empresas	Receita de vendas	Dívidas transferidas	Total
Aço	8	5.562	2.626	8.188
Petroquímica	27	2.135	1.003	3.701
Elétrico	3	3.828	1.670	5.498
Ferrovias	6	1.491	-	1.491
Mineração	2	3.305	3.559	6.864
Telecomunicações	22	26.557	2.125	28.682
Outras	16	1.401	343	1.744
Minoria	-	1.039	-	1.039
UNIÃO	83	45.81	11.326	57.207
ESTADO	21	22.367	5.223	27.590
TOTAL	111	68.248	16.549	84.797

Fonte: www.bndes.gov.br/pndnew/sectors.htm, www.fazenda.gov.br

O elevado endividamento verificado na década de 1990 foi conseqüência da política de contenção da inflação, conjugada através da valorização do real, da radical abertura comercial e da elevação da taxa de juros. Verifica-se, através da tabela 3.3, que apesar da dívida externa ter crescido pouco, desde a adoção do Plano Real, a dívida interna e mobiliária cresceram velozmente no período, contribuindo para o aumento total da dívida e, conseqüentemente, para a redução dos investimentos estatais.

Tabela 3.3

Dívida pública do Brasil, 1994 - 2002 - porcentagem do PIB			
	jun/94	jun/02	Varição
Dívida Total	31,2	58,6	87,82%
Dívida Externa	10	12,4	24,00%
Dívida Interna	21,2	46,2	117,92%
Dívida Mobiliária	12,6	51,1	305,56%

Fonte: Carta Capital, a partir de dados do Banco Central do Brasil

O vendaval que varreu as formas institucionais de regulação, acompanhou o movimento de mudança do regime de acumulação. Face às dificuldades para a continuidade da acumulação intensiva, ocorre o surgimento da hegemonia financeira, onde a sociedade industrial se transforma numa sociedade de serviços creditícios, centrada no domínio das instituições do dinheiro. Desse modo, institui-se o modelo de acumulação rentista (MOREIRA, 2003c). Um modo de acumulação financeiro se abanca, internacionaliza e globaliza o mercado e o espaço nacional, por conta do qual a bolsa e o crédito se abrem para a financeirização e a securitização do sistema (BRAGA, 1998; Moreira, 1999c).

A partir da crise fiscal do Estado brasileiro na década de 1980, as políticas de desconcentração da produção industrial deixaram de estar fundamentadas na presença estatal e ficaram ancoradas na atuação das forças do mercado. Principalmente na década de 1990, devido à abertura econômica do país, foram intensas as guerras fiscais entre estados buscando atrair investimentos produtivos.

Dessa forma, na esteira de uma política destemperada de corte neoliberal, as grandes metrópoles viram suas indústrias, aos poucos, fecharem suas portas, reestruturarem seus quadros de pessoal com demissões ou, as mais interessantes, serem vendidas ao capital estrangeiro. Este, por sua vez, diminuiu seu quadro de funcionários e, muitas vezes, trouxe de fora equipamentos, peças e componentes antes produzidos por empresas brasileiras. Outras empresas ainda, diante dos custos das metrópoles, fecharam suas plantas nas grandes cidades e deslocaram-se em direção ao interior ou atrás de isenções fiscais²⁰ (CAIADO, 2002). Entretanto, o grande problema da ausência de uma política industrial, é que a guerra

fiscal contribui para que o Estado não apenas conceda subsídios no presente, mas abra mão de receitas também no futuro.²¹

Diante disso, as taxas de desemprego das grandes cidades brasileiras alcançaram patamares inigualáveis ao longo da história. Assim, enquanto o Brasil, em 1980, ocupava a nona posição de país com o maior número de desempregados, no ano de 2000, alcançou a triste segunda posição (POCHMANN, 2006). Dessa forma, face ao crescimento do desemprego urbano, a década de 1990 vai assistir também à proliferação do setor informal nas grandes cidades brasileiras (tabela 3.4).

Tabela 3.4 – Brasil – estrutura do emprego urbano, 1990 - 1998

Tabela 3.3 - Brasil - estrutura do emprego urbano, 1990 - 1998

	Setor Informal				Setor Formal		
	TOTAL	Trabalhador independente	Serviço doméstico	Micro empresa	TOTAL	Setor público	Peq., médias e gde. empresas
1990	40,6	20,3	6,9	13,5	59,4	11,0	48,4
1998	46,7	23,2	9,5	14,0	53,3	9,3	44,0

Fonte: OIT [2001]. Anexo estatístico

Diante deste cenário, ocorre no Brasil uma interiorização do emprego industrial, na medida em que as empresas buscam reduzir os custos de produção face à nova inserção brasileira na economia mundial. Entretanto, devido à falta de infra-estrutura adequada, mão-de-obra especializada, mercado consumidor, um limitado número de novos pólos de crescimento ou regiões têm capturado a maior parte dos investimentos. Campolina Diniz

Muitos governos estaduais concederam isenções fiscais ou créditos fortemente subsidiados. Um único projeto, o da fábrica da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, que deverá criar 2.000 empregos diretos e 5.000 empregos indiretos, foi financiado pelo BNDES com R\$325 milhões – em comparação com investimentos totais no valor de R\$1,1 bilhões. As condições de financiamento não foram publicadas. A fábrica da Renault no Paraná, recebeu do governo estadual subsídios no valor de US\$1,5 bilhões, as montadoras da GM e da Ford no Rio Grande do Sul deverão receber redondamente US\$4 bilhões (NOVY, 1998).

²¹ O Estado do Paraná subsidiou a fábrica da Renault em São José dos Pinhais com R\$ 300 milhões, somados aos investimentos do grupo francês, no valor de R\$ 700 milhões; e o município isenta o grupo por dez anos dos impostos locais. Essa substituição destrutiva da falta de uma política industrial nacional custou aos estados nos primeiros três anos do Plano Real no mínimo 9 bilhões de reais (Folha de São Paulo, 14 de setembro de 1997).

(1993), identificou esse novo movimento como o “novo polígono de aglomeração industrial” definido por Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos – Belo Horizonte.

Diniz (1993) faz uma breve análise do processo de desconcentração industrial verificado no Brasil nas últimas décadas:

“Neste sentido, o processo de desconcentração observado a partir do final da década de 1960 foi operado em uma economia fechada, com forte participação dos investimentos estatais diretos e dentro do mesmo padrão tecnológico anterior, com grande peso dos bens intermediários e insumos básicos. No entanto, as mudanças tecnológicas, estruturais e políticas recentes apontam no sentido de uma reconcentração na área mais desenvolvida do país, por nós caracterizada como o polígono e seu entorno é definido por Belo Horizonte – Uberlândia – Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos – Belo Horizonte, excluída a área metropolitana de São Paulo”.

De acordo com Moreira (2004), a região do polígono, excluída a área metropolitana de São Paulo, ampliou sua participação na produção industrial do país de 32% para 52%, entre 1970 e 1999. Esse fato indica a tendência de combater a reversão da polarização da área metropolitana com o crescimento industrial do seu interior, coerentemente com a expansão econômica e demográfica das cidades médias brasileiras (ANDRADE E SERRA, 1998). (DINIZ, 2002: 88-89).

Nesse sentido é importante frisar que o processo de realocação industrial, iniciado no Brasil em meados da década de 1970, ocorre conjuntamente com uma situação de elevado desemprego, baixo crescimento econômico, redução dos investimentos estatais e privados, além de um crescente endividamento público.

3.2 A TERCIARIZAÇÃO DA ECONOMIA METROPOLITANA E A SEGMENTAÇÃO SOCIAL

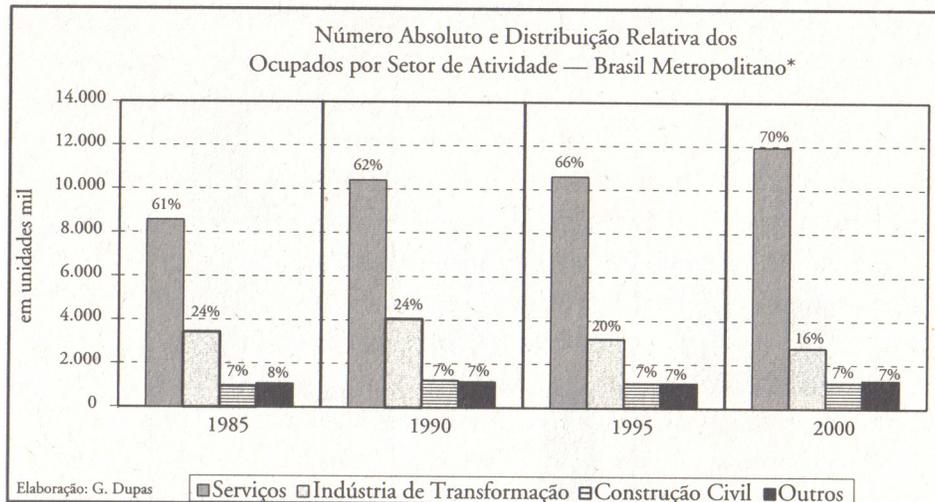
Como visto anteriormente, a partir da década de 1970 inicia-se um movimento de desconcentração industrial das metrópoles, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, em direção ao interior devido, inicialmente, a forte ação estatal e, posteriormente à crise fiscal do Estado, a ação das forças de mercado.

Enquanto nas últimas décadas a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu, o setor de serviços continuou crescendo acima da média nacional. Em 1980, o setor industrial representava 40% do PIB nacional, enquanto que os serviços detinham 49%. Em 1990, esses números se alteraram para 36 e 53% e em 1995, para 31 e 57% respectivamente (IBGE, 1990; 1995).

A indústria teve de se reestruturar e recuperar a competitividade perdida com racionalização, automação, enxugamento de pessoal e terceirização de tarefas e atividades industriais. Houve uma forte queda dos empregos industriais, com o pessoal ocupado nesse setor declinando em 30% entre 1990 e 1995 (PNUD, 1996). Contudo, enquanto o setor secundário apresentou taxas declinantes de emprego, o setor terciário continuou a aumentar a sua participação, absorvendo parte da mão-de-obra advinda da indústria até recentemente (PNUD, 1996).

Analisando a dinâmica ocupacional nas metrópoles a partir de 1985, observa-se que a grande alteração foi a dramática queda de empregos industriais e o forte crescimento de postos de trabalho nos serviços, setor em que o informal é mais típico. Essa tendência decorre do deslocamento das atividades industriais das regiões metropolitanas para cidades menores, visando reduzir os custos gerais da produção. Em síntese, a evolução da distribuição das pessoas empregadas nas metrópoles sofreu, nesse período, importante transformação com o salto nos serviços e a queda na indústria (gráfico 3.2).

Gráfico 3.2



Fonte: IBGE: (*) Agregação das Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Entretanto, é fundamental salientar que, apesar da saída das indústrias do núcleo metropolitano, isto não significou perda de comando econômico por parte das metrópoles. A desindustrialização é acompanhada por um processo de terceirização bastante rápido, marcado pela dualidade: de um lado, serviços de baixa categoria; de outro lado, uma gama considerável dos chamados serviços de ordem superior. Nesse segundo caso, alinham-se: engenharia, consultoria, planejamento, marketing, informática e serviços financeiros. Na escala nacional, os dados sobre serviços superiores ilustram o poder de comando que as metrópoles ainda exercem.

O que ocorre, é que o desenvolvimento espetacular das técnicas, a crescente financeirização da riqueza e outras características atuais da expansão capitalista, nos marcos da denominada “produção flexível”, viabilizaram a constituição de um espaço mundial de acumulação (SANTOS, 1999; VELTZ, 1996; ALONSO, 2000; DE MATTOS, 2004), baseado na noção de território em rede, radicalmente distinto do anterior, onde cidades, pólos e regiões transformam-se em pontos e nós dos fluxos de uma rede imensa e articulada, que se superpõe às fronteiras entre diversos países, transformando-os em espaços nacionais da economia internacional (CARVALHO, 2006).

Entretanto, as transformações contemporâneas do capitalismo globalizado e as novas demandas da produção flexível, vêm contribuindo para uma profunda reviravolta no mundo do trabalho. Analisada por vários autores, entre eles Castel (1995) e Harvey (1993), essas transformações têm levado a uma desregulamentação, flexibilização e fragmentação do mercado de trabalho, com a descoletivização, reindividualização e precarização dos contratos, a redução de direitos, a expansão da sub-contratação, da ocupação em tempo parcial ou intermitente e de outras formas “atípicas” de emprego, associadas a um extraordinário crescimento do desemprego, enfraquecendo identidades e solidariedades tradicionais e homogêneas de classe e restringindo o poder de reivindicação e representação dos trabalhadores (CARVALHO, 2006).

Dentro desse contexto, a globalização vem contribuindo para revitalizar o papel e o crescimento das grandes aglomerações metropolitanas. Em diferentes escalas, as metrópoles modernas transformaram-se em sítios estratégicos para as operações econômicas globais de seus países, concentrando as funções de mando, as atividades financeiras e serviços especializados como seguros, consultoria, publicidade ou informática, além da produção imobiliária (CARVALHO, 2006). Isto ocorre pois as metrópoles apresentam certas características, como existência ou disponibilidade de sistemas de comunicação capazes de permitir contatos instantâneos com o ambiente global em seu conjunto, oferta diversificada e eficiente de serviços avançados especializados, contingentes amplos e capacitados de recursos humanos, condições para uma comunicação direta (“face to face”) cotidiana entre as pessoas que desenvolvem as tarefas mais modernas e inovadoras, presença de um tecido produtivo amplo e diversificado e mercado capaz de garantir o acesso a uma demanda solvente ampla, diversificada e em expansão (DE MATTOS, 2001).

Nesse sentido, a reorganização setorial da economia, com transposição do peso da participação da indústria para o setor de serviços, encobre a terceirização da indústria, sua desintegração vertical e subcontratações, com separação das atividades das efetivamente produtivas, como forma de beneficiar-se das vantagens comparativas oferecidas pelas diferentes localizações. Ademais, as grandes áreas urbanas cada vez mais se especializam em tarefas e atividades intensivas em conhecimento, viabilizando que a atividade aparentemente dispersa, porém interdependente, mantenha-se sob a direção centralizada, capaz de garantir eficiência e função empresarial (CARACAVA e MÉNDEZ, 2003).

A respeito da manutenção da importância das metrópoles dentro deste novo contexto, Lencioni (2004), em seu estudo sobre o estado de São Paulo comenta:

“O que ocorre, é que o desenvolvimento da indústria e o adensamento das condições gerais de produção voltadas ao capital industrial no interior, não se constituem em processos autônomos; estão fortemente relacionados à expansão territorial da indústria da região metropolitana de São Paulo. (...) Trata-se, na verdade, de um processo de expansão da concentração, de um processo de desconcentração territorial da indústria da região metropolitana, no qual a cidade de São Paulo afirma e desenvolve sua centralidade, se inserindo como um nó da rede mundial de cidades globais”.

Ou seja, apesar de ter havido a desconcentração industrial, a metrópole mantém a sua importância, na medida em que desempenha a função de centro gestor do capital industrial não só em relação a essas empresas, mas em relação ao capital em geral. Nesse sentido, o que movimenta a economia metropolitana são os negócios que ali se realizam e a expressiva concentração de trabalho imaterial.

Essa nova configuração espacial faz com que as grandes metrópoles provoquem a formação de complexos urbanos no seu entorno, como se percebe em São Paulo, cuja região metropolitana engloba outras áreas metropolitanas ou aglomerações urbanas na sua lógica de reprodução econômica. Dentro desta análise, Lencioni (2003, p. 7 e 3) comenta:

“Produto da dispersão territorial da indústria, esse complexo industrial metropolitano reafirma a primazia da metrópole voltada, substancialmente, ao atendimento dos ditames da nova lógica do capital que se impõe historicamente, onde se faz presente e cintilante a descontinuidade geográfica na localização industrial assentada na combinação de redes materiais e imateriais. Não só está aí constituído um complexo industrial metropolitano. Está, também, contido, um novo fato urbano de caráter metropolitano de dimensões inéditas. (...) Essa região metropolitana ampliada, incorporando novos espaços ao processo de metropolização e reafirmando a primazia de seu centro pela concentração das

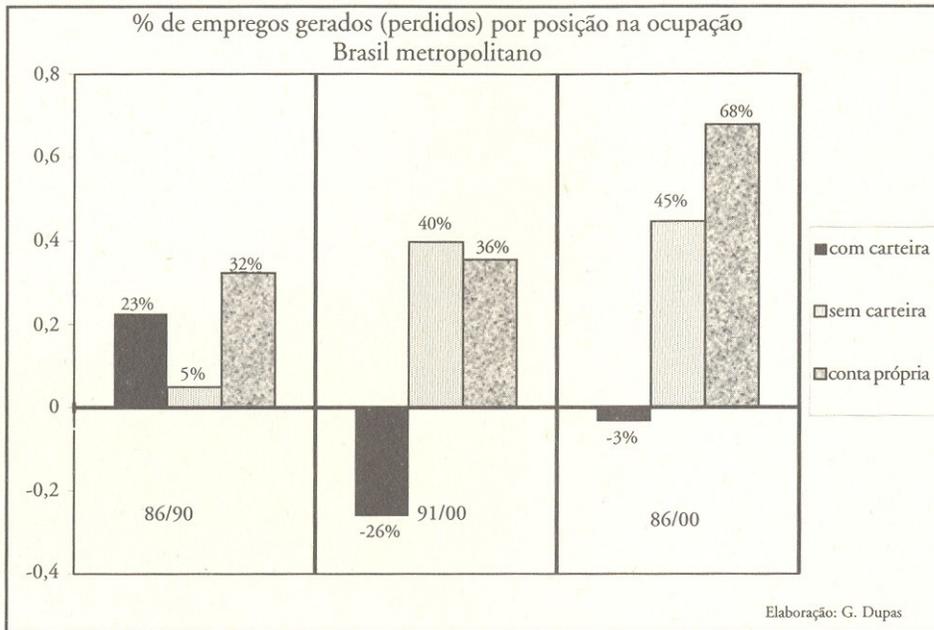
atividades de serviços especializados relacionados, principalmente, à gestão do capital, contém uma densa rede social e territorial, bem como uma intensificação dos fluxos imateriais que permitem sua captura pela rede urbana mundial e, ao mesmo tempo, contribuem para a estruturação dessa rede”.

Assim, segundo Moura (2003), tais metrópoles configuram verdadeiras cidades-regiões e crescem em todo o mundo, exatamente num momento histórico em que se declara que o fim da geografia está próximo e que o planeta está se convertendo em um espaço de fluxos. “De fato, em vez das cidades-regiões estarem se dissolvendo como objetos sociais e geográficos pelo processo de globalização, elas estão se tornando progressivamente centrais à vida moderna” (SCOTT et al., 2001, p.11).

Entretanto, é importante enfatizar que apesar das metrópoles se inserirem perfeitamente nessa nova divisão do trabalho, centralizando as funções de comando e gestão, ocorre também uma grande dispensa de trabalhadores, particularmente os menos qualificados, assim como o crescimento da precarização das relações de trabalho. Analisando os números da geração de empregos por tipo de ocupação nas principais regiões metropolitanas brasileiras, o que se evidencia é a explosão do trabalho informal ou flexível nas metrópoles brasileiras.

Em relação ao número de empregos gerados com carteira assinada, se no período de (1986-1990) houve um crescimento de 23%, no período entre (1991-2000), houve uma redução de 26% nesse tipo de ocupação. Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira assinada vão de um modesto crescimento de 5% entre o período de (1986-1990) para um salto de 40% entre (1991-2000). Este movimento significou, nos últimos anos, de acordo com Dupas (2001), uma perda de 2,0 milhões de postos de trabalho no setor formal e um ganho de outros 2,0 milhões no setor informal, sendo que o chamado “informal por conta própria” teve nível recorde de crescimento nos dois períodos, sempre em aceleração. No total do intervalo analisado, os trabalhadores com carteira assinada perderam 3% dos postos, enquanto os sem carteira ganharam 45% e os por conta própria saltaram 68% acima do nível que apresentava em 1985 (gráfico 3.3).

Gráfico 3.3

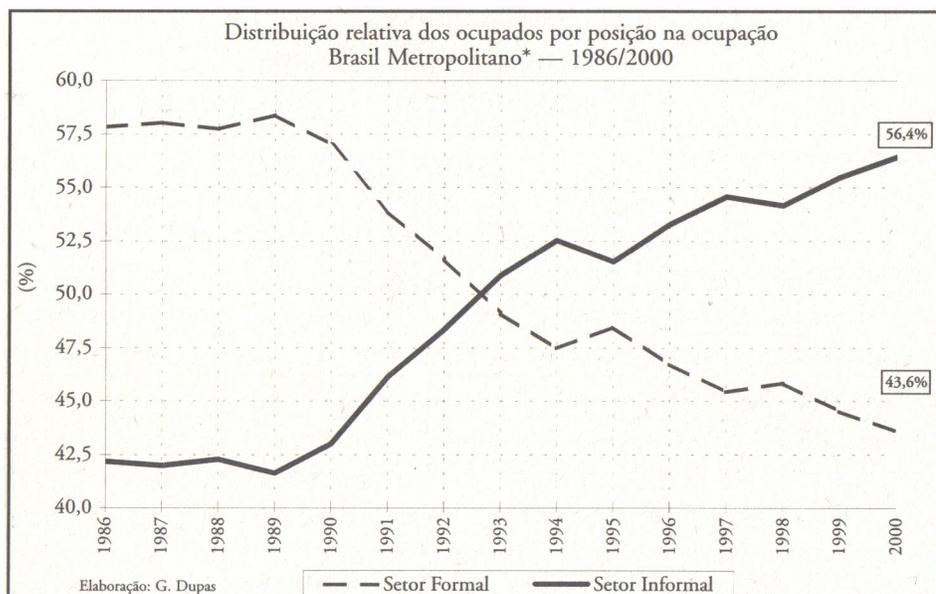


Fonte: IBGE. Agregação das Regiões Metropolitanas Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

O crescimento da ocupação no setor informal vem acompanhado de uma contínua precarização, já que quando os trabalhadores perdem suas funções no setor formal e mergulham no setor informal, sua renda média tem sofrido uma queda expressiva, somada a uma nova e forte insegurança com relação ao futuro e a sua proteção social (DUPAS, 2001).

A análise do gráfico 3.4, que apresenta o rendimento real médio por posição na ocupação, confirma essas importantes informações. Observando o período (1985-2000), o rendimento real médio dos trabalhadores sem carteira assinada manteve-se significativamente inferior (em cerca de 30%) ao rendimento com carteira assinada (incluindo nessa remuneração os ganhos proporcionais de férias e 13º salários). O mesmo acontece com os trabalhadores por conta própria.

Gráfico 3.4



Fonte: IBGE (*) Agregação das Regiões Metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Ao lado da precariedade ocupacional, o desemprego vem assolando as regiões metropolitanas. Conforme o Censo de 2000, a taxa de desemprego alcançava 17,8% da PEA (População Economicamente Ativa) em São Paulo, 18,9% no Rio de Janeiro, 18,6% em Belo Horizonte, 17,3% em Brasília, 14,7% em Curitiba, 17,2% em Fortaleza, 14,9% em Porto Alegre, 23,3% em Recife e 25,23% em Salvador, mostrado porque no conjunto formado pelas regiões metropolitanas globais e nacionais brasileira concentrava-se 40% dos desempregados do país (MOURA et al., 2004). Ademais, segundo Carvalho (2006), o crescimento do desemprego vem sendo agravado pela duração média do tempo de procura de trabalho pelos desempregados e da proporção daqueles há mais de um ano nessa condição. Segundo o DIEESE (2001), a duração média do tempo de procura de trabalho chegava a 11 meses em Belo Horizonte, 15 meses no Distrito Federal, 11 em Porto Alegre, 12 em Salvador e 10 em São Paulo. O percentual de desempregados em busca de trabalho há mais de um ano se elevava a 21% em Belo Horizonte, 31,6% no Distrito Federal, 21,6% em Porto Alegre, 26,5% em Salvador e 21,8% em São Paulo.

De acordo com Carvalho (2006), a ampliação da precarização e do desemprego vem sendo paralela a uma queda dos salários reais e a uma significativa redução dos seus ganhos (tabela 3.5). Com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do ministério do Trabalho, o DIEESE constatou que o número de trabalhadores formais que recebem não mais que dois salários mínimos passou de 68% para 72% entre 2002 e 2004, e que empregados afastados estão sendo substituídos por outros que ganham até 40% menos. Em 2003, mais de um terço da população ocupada em Belém, Fortaleza, Recife e Salvador tinha um rendimento médio mensal até um salário mínimo, conforme informações da PNAD (IBGE, 2004). Em Belo Horizonte, cerca de um quarto dos ocupados encontrava-se nessa classe de renda, e mesmo nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal, a frequência desses trabalhadores não pode ser considerada como desprezível. Já na classe com rendimento médio superior a cinco salários mínimos, encontrava-se menos de um décimo dos trabalhadores nas regiões menos desenvolvidas do Norte e Nordeste do Brasil e entre 12% a 19,4% naquelas mais desenvolvidas do Centro-Sul. A situação do Distrito Federal é atípica e se deve à concentração de funcionários dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em Brasília, com remunerações mais elevadas que a média nacional.

Tabela 3.5

Brasil Regiões Metropolitanas	População ocupada, classes de rendimento médio mensal					
	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
Brasil (1)	19,9	17,8	26,0	13,0	10,2	10,3
Belém	14,1	24,8	27,3	10,3	7,4	7,5
Fortaleza	11,9	28,7	28,8	9,5	8,4	7,4
Recife	12,9	24,9	27,8	10,4	8,5	8,0
Salvador	12,9	26,6	27,7	11,2	8,5	9,3
Belo Horizonte	6,9	17,4	31,7	14,3	11,5	12,0
Rio de Janeiro	3,0	12,1	31,1	18,0	13,8	16,4
São Paulo	2,5	8,2	26,6	20,4	17,2	19,4
Curitiba	3,8	10,5	31,4	19,5	15,2	14,4
Porto Alegre	4,1	10,2	30,7	18,6	14,9	15,4
Distrito Federal	2,6	12,2	26,3	13,9	14,1	26,3

Fonte: IBGE/PNAD, *Síntese de Indicadores Sociais* (2004).

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nessas circunstâncias, tomando-se como indicador de pobreza uma renda mensal familiar per capita inferior a meio salário mínimo, entre 1991 e 2000, aumentou o número absoluto de moradores pobres nas principais regiões metropolitanas no país. De acordo com a PNAD de 2003, os pobres e indigentes constituiriam 30,4% da população de Belém, 36,6% de Fortaleza, 31,8% de Recife e 30,9% de Salvador. Refletindo, mais uma vez as desigualdades regionais, os dados decresciam para 18,7% em Belo Horizonte, 16,5% no Distrito Federal, 13,7% em Curitiba, 11,6% no Rio de Janeiro, 11,5% em São Paulo e 11,2% em Porto Alegre. Considerando-se, porém, o tamanho da população desses centros, tais percentuais representariam aproximadamente cerca de 108.000 famílias no Distrito Federal, 120 mil em Curitiba, 143 mil em Porto Alegre, 171 mil em Belém, 273 mil em Belo Horizonte, 305 mil em Salvador, 337 mil em Fortaleza, 342 mil em Recife, 465 mil no Rio de Janeiro e 639 mil em São Paulo (CARVALHO, 2006).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as metrópoles concentram a riqueza e as atividades associadas às exigências do que De Mattos (2004) denomina como “circuito superior da acumulação” e do processo de globalização da economia nacional, ou seja, os serviços auxiliares à produção ou orientados para o consumo de bens e serviços para as famílias mais ricas; paralelamente, crescem os problemas de precarização ocupacional, aumento do desemprego, do número de moradores pobres, entre outros. Assim, verifica-se

uma dualização do mercado de trabalho nas grandes metrópoles brasileiras, que passa a se caracterizar por empregos altamente qualificados e bem remunerados ligados às atividades modernas, assim como ocupações de qualificação inferior e baixa remuneração, produzindo imagens da cidade, conforme descreve Ribeiro (2000), como “ (...) cidade partida, cidade dual, cidade da exclusão, cidade dos enclaves fortificados, cidade do apartheid social”, traduzindo o futuro das metrópoles em hipóteses de polarização social.

Nesse sentido, ao apresentar o que denominou “cidade informacional”, Castells esclarece que:

“esta nova e cada vez mais polarizada estrutura ocupacional e a desigualdade salarial decorrente da mesma são territorialmente específicas. À medida que o processo de desenvolvimento desigual concentra tanto as atividades dinâmicas como o trabalho menos qualificado nas grandes áreas metropolitanas, essas áreas se transformam na expressão espacial das condições sociais em que, em última instância, se traduzem os efeitos do processo de reestruturação. As tendências à polarização e à segmentação da estrutura social estão subjacentes na ascensão da cidade dual” (CASTELLS, 1989).

Já os autores Borja e Castells, consideram que a dualidade seria um aspecto típico da evolução das grandes cidades no âmbito da globalização:

“ [...] o aspecto relativamente novo é que os processos de exclusão social mais profundos se manifestam em uma dualidade intrametropolitana, sobretudo nas grandes cidades de todos os países; assim, em diferentes espaços do mesmo sistema metropolitano existem, sem se articular e por vezes sem se ver, as funções mais valorizadas e as mais degradadas, os grupos sociais produtores de informação e detentores de riqueza em contraste com os grupos sociais excluídos e as pessoas em condição de marginalidade. Esses processos existem em quase todas as grandes cidades, porque sua lógica está inserida no novo modelo de desenvolvimento técnico-econômico” (BORJA e CASTELLS, 1997).

3.3 A “INVOLUÇÃO METROPOLITANA”

Dentro deste cenário de transformações que vêm estimulando, desde meados da década de 1970, um processo de desconcentração da produção industrial e a terciarização da economia, as grandes metrópoles vêm apresentando uma redução na sua taxa de crescimento populacional.

Nesse sentido, enquanto se observa um declínio²² das taxas de crescimento populacional da maioria das “velhas metrópoles” ou “metrópoles tradicionais”, que são aquelas herdadas da década de 1970, principalmente as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, certas metrópoles regionais, com destaque para Curitiba e prósperas aglomerações, cidades grandes e cidades médias, muito especialmente no sul e no interior do estado de São Paulo, dentro do “polígono de aglomeração industrial” (DINIZ, 1993), se tornam pólos muito importantes para a atração e absorção de migrantes (SOUZA, 2004).

Observa-se, também, uma redução da taxa de crescimento do centro metropolitano e um grande aumento no entorno das regiões metropolitanas, observando a tendência de modificação na localização industrial no país. Dessa forma, de acordo com Geiger (1985, p.2), (...) “entre 1970 e 1980, o Brasil experimentou um crescimento anual da ordem de 2,5%, enquanto a área metropolitana de Curitiba cresceu 5,8% ao ano, a de Belo Horizonte cresceu 4,5% e de São Paulo 4,4%; mas no estado de São Paulo, por exemplo, as taxas mais elevadas de crescimento populacional no decênio pertencem a aglomerações urbanas como Americana (7,4%), Campinas (6,6%), São José dos Campos – Jacareí (6,3%), Jundiaí (5,2), todas localizadas no chamado “entorno” da região metropolitana de São Paulo”.

Este processo ocorre, segundo de Mattos (2004), em função de um significativo aumento do número de funções e atividades que até então tinham estado localizadas em seus

²² As “metrópoles tradicionais” são nove: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Pelo menos até meados da década de 90, Curitiba apresentava-se como uma honrosa exceção entre elas no que diz respeito ao comportamento evolutivo da taxa de incremento médio anual da população: apresentou, entre 1991 e 1996, um ligeiro aumento em sua taxa de crescimento, comparando-se com o período anterior (1990/1991): 2,38% contra 2,29% no município-núcleo e 3,40% contra 3,03% na região metropolitana como um todo (IBGE, 1995; 1997 apud SOUZA, 2004).

centros tradicionais e que se deslocam para novos locais do território metropolitano. Esse processo, segundo o mesmo autor, que afirma a transição de uma estrutura articulada em torno de um centro principal para uma organização policêntrica – que já começara a se esboçar no período industrial-desenvolvimentista-, transforma radicalmente o funcionamento da urbe.

Edward Soja, a partir de seus estudos sobre Los Angeles, assinala que a metrópole contemporânea se estrutura de forma mais “descentralizada” e integra os espaços antes tidos como periféricos, completando “o processo de urbanização periférica iniciada um século atrás”, e enfatiza:

“as dinâmicas do desenvolvimento metropolitano já não são, hoje, tão decididamente monocêntricas, tão determinadas por um modelo singularmente polarizado de forças centrífugas e centrípetas, por um padrão de crescimento urbano que gira em torno definitivo da cidade. A nova metrópole é crescentemente “descentralizada” e cada vez mais um mosaico de desenvolvimento geograficamente desigual...” (SOJA, 1996).

Nesse sentido, verifica-se que em função da reorganização do espaço urbano, a maior parte do crescimento populacional não ocorre mais no pólo metropolitano, mas para um número importante de cidades médias e pequenas dentro de uma ampla região metropolitana a uma distância considerável do núcleo central.

Assim, enquanto nos períodos 1960/1970 e 1970/1980 o crescimento populacional dos pólos metropolitanos se dava em ordens próximas a 5%a.a. e 3,5%a.a., respectivamente, entre 1980/1991 e 1991/2000, eles declinaram substancialmente, com São Paulo e Rio de Janeiro já sinalizando forte inflexão no primeiro período. Na década mais recente, alguns pólos metropolitanos passaram a crescer a taxas que chegam a ser inferiores a 1%a.a., como se constata em Recife e Porto Alegre, além de São Paulo e Rio de Janeiro (MOURA; DELGADO; DESCHAMPS e CARDOSO, 2004).

O desafio, segundo Souza (2004), desde os anos 80, não consiste em conter o crescimento de metrópoles individuais, mas, isso sim, em enfrentar com sucesso os problemas sociais e socioespaciais de metrópoles que, a despeito de uma certa estagnação demográfica, acham-se ainda marcadas por fatores de deseconomias de aglomeração (organização sindical, salários elevados, valores do terreno e impostos elevados, além da crescente violência urbana).

Muito especialmente, as duas maiores metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro, padecem de uma “involução”, para usar a expressão empregada por Milton Santos (1993). Essa “involução metropolitana” significa uma deterioração geral das condições de vida e habitabilidade, e não uma redução do tamanho urbano. As metrópoles não estão vendo a sua população diminuir: o que vem, tendencialmente diminuindo, nas últimas décadas, são as suas taxas de crescimento, o que pelo menos em parte, reflete os graves problemas socioespaciais de que elas têm sido acometidas (SOUZA, 2004).

Dentro dessa perspectiva de transformações mais gerais que vêm estimulando, desde o final dos anos 70, uma interiorização do emprego industrial e da desconcentração da urbanização, o fenômeno da “involução metropolitana” está a contribuir para o surgimento da “desmetropolização relativa”.

Quanto à desmetropolização relativa, essa expressão não implica, como enfatizou Santos (1993), postular uma reversão geral da metropolização no Brasil, assim como tampouco se sugere que as metrópoles, individualmente consideradas, estejam perdendo população em termos absolutos. Na verdade, o que ocorre é que a metropolização passa a associar-se mais à emergência de novas metrópoles²³, e não mais ao crescimento das antigas, que passam a crescer menos (SOUZA, 2004).

De acordo com Santos (1993), os dados do recenseamento geral de 1991 no Brasil, parecem confirmar a tendência ao movimento que os anos 1970 já vinham registrando, com o aumento do número de cidades médias, mas, sobretudo, de grandes cidades médias. Os municípios com população entre 200 mil e 500 mil habitantes passam de

²³ As novas metrópoles são aquelas que, existindo ou não de fato enquanto tal já anteriormente à década de 1990, somente após a transferência de competência para a criação de regiões metropolitanas do nível federal para os estados da Federação, com a Constituição de 1988, foram oficializadas: Campinas, Baixada Santista, Vitória, entre outras (SOUZA, 2004).

33 a 85, aqueles com mais de 500 mil têm seu número aumentado de catorze para 25, enquanto as aglomerações milionárias são doze em 1991 (eram dez em 1980).

Dando prosseguimento à sua análise, Santos (1993) identifica que em 1980, havia apenas quatro cidades com mais de meio milhão de habitantes fora das nove regiões metropolitanas tradicionais, criadas nos anos 70. Em 1991, elas passam a ser nove (Brasília e Manaus, agora com mais de um milhão de habitantes, além de Goiânia, Campinas, São Luiz, Maceió, Natal, Terezina e Campo Grande). Essas cidades somavam 5,1 milhões de habitantes em 1980 e têm 7,4 milhões em 1991, o que representa acréscimo de 44,23%, bem superior ao registrado pelas nove regiões metropolitanas tradicionais, que foi de 22,33% (tabela 3.6).

Tabela 3.6

Aglomerações com mais de 500 mil habitantes				
	1980		1991	
	Nº	População	Nº	População
Regiões Metropolitanas	9	34.507.959	9	42.215.134
Fora das regiões metropolitanas	4	5.150.210	9	7.428.345

Fonte: SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira (1993).

Para Faria (1991), que previa “uma rede urbana densa e variada de aglomerações”, focada em “duas dezenas de centros de grande porte”, a realidade brasileira foi além e consolidou um conjunto de 49 aglomerações urbanas, sendo 12 polarizadas por metrópoles (IPEA, 2002). Santos (1993), reiterava a tendência à aceleração do fenômeno da urbanização e discutia a questão relativa à aceleração do fenômeno da urbanização e discutia a questão relativa à “desmetropolização” em pauta no início dessa década mostrando que, longe de representar uma reprodução do fenômeno da “desurbanização” encontrado em países do primeiro mundo, aqui o que se está verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações, cuja principal característica é o desvanecimento da fronteira entre os municípios.

Nesse sentido, o que se percebe é que o processo de desmetropolização se verifica em paralelo ao aparecimento de novas metrópoles. Ou seja, está havendo uma redistribuição da população urbana na medida em que as grandes cidades vêm reduzindo a sua taxa de crescimento populacional e, concomitantemente, estão surgindo novas cidades de porte metropolitano no país.

Santos (1993) aponta que fenômenos aparentemente contraditórios com metropolização e desmetropolização são, na verdade, complementares, e o que se assiste é o “reforço da metropolização juntamente com uma espécie de desmetropolização”. Conclui, destacando que algumas metrópoles – exemplificadas por São Paulo – colocam-se como “onipresentes”, ou seja, no comando de um mercado centralizado, apoiado em bases informacionais, desorganizando e reorganizando as atividades periféricas em todo território (MOURA, 2003).

Assim, as metrópoles não perdem importância dentro desta nova configuração espacial. Muito ao contrário, elas se tornam mais importantes já que está havendo uma “metropolização expandida” (DE MATTOS, 1998), ou seja, o surgimento de novas metrópoles se encontra subordinado ao movimento de desconcentração industrial, cujas empresas possuem as suas sedes nas metrópoles tradicionais, principalmente a metrópole de São Paulo. Nesse sentido, Ascher (1995) considera que a perda de população das áreas centrais não deveria ser interpretada como um declínio das grandes cidades, mas como produto de uma recomposição funcional e social do espaço urbano.

Entretanto, apesar da manutenção e, muitas vezes, do reforço da importância econômica das metrópoles, verifica-se uma elevação crescente das tensões sociais no tecido metropolitano, oriundo do crescimento da precarização das ocupações e do próprio desemprego, uma vez que houve uma transferência de boa parte dos empregos industriais para cidades do interior, de modo a reduzir os custos de produção. Já os empregos criados no setor de serviços, por sua vez, muitos não são regidos pela CLT, e vêm acompanhados de outras formas de vínculos empregatícios, configurando uma degradação nas condições de trabalho.

Dessa forma, observa-se nas grandes metrópoles brasileiras, não uma crise econômica, mas sim – uma crise social – refletida pelo aumento das desigualdades socioespaciais. Assim, a título de exemplo, verifica-se um contraste assustador entre um

cenário de grandiosidade dos edifícios high-tech e da moderna infra-estrutura urbana relacionada aos serviços altamente sofisticados, ao lado de um cenário no qual emergem precárias áreas de urbanização com moradias encortiçadas ou faveladas.

3.4 ANÁLISE CRÍTICA DOS INDICADORES SOCIAIS DAS REGIÕES METROPOLITANAS NA DÉCADA DE 1990

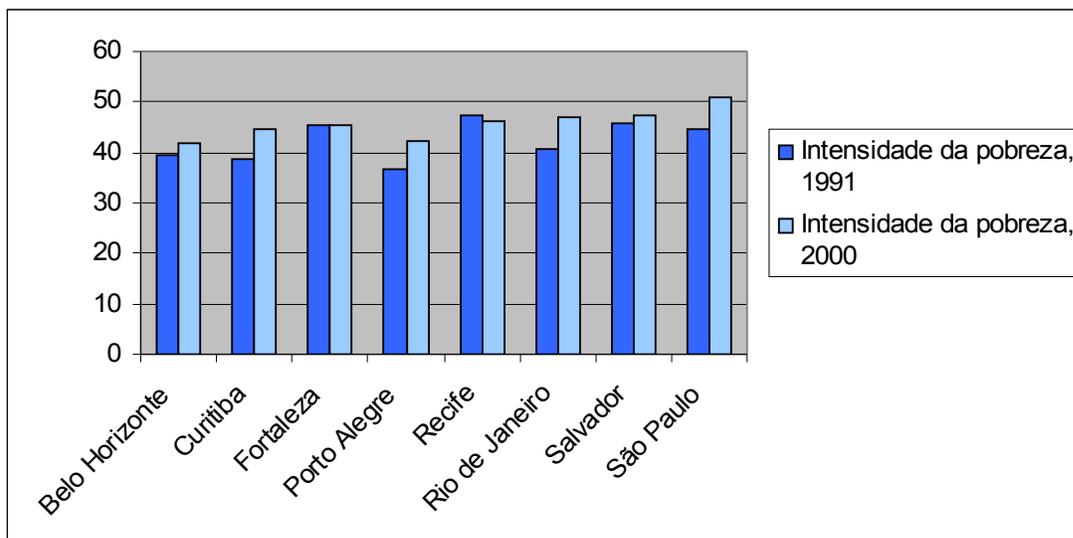
Buscaremos comprovar a hipótese central de nosso trabalho, ou seja, pretendemos demonstrar que as regiões metropolitanas estudadas, tanto aquelas polarizadas por metrópoles globais, como São Paulo e Rio de Janeiro, quanto as regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles nacionais, como Belo Horizonte, Brasília²⁴, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife e Salvador, padecem de uma crise social decorrente da reestruturação econômica pautada pela desindustrialização e pela terciarização de sua economia.

Para comprovar a existência de uma crise social nas regiões metropolitanas brasileiras analisadas durante a década de 1990, utilizaremos os dados secundários disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em seu estudo sobre a análise socioeconômica das metrópoles no período 1991-2000. As regiões metropolitanas globais e nacionais serão analisadas segundo os indicadores de Intensidade de Pobreza, Intensidade de Indigência, Crescimento Populacional, Esperança de Vida, Renda per Capita, Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH –M) e Domicílios Subnormais.

²⁴ Brasília ainda não se constituiu de fato em uma região metropolitana, sendo classificada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como uma RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento), criada em 1998. Porém, pela sua importância e influência de nível nacional, ela será incluída no conjunto das metrópoles nacionais.

Tabela 3.7 - Taxa de pobreza

Região Metropolitana	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000
Belo Horizonte	39,49	41,7
Curitiba	38,51	44,66
Fortaleza	45,44	45,55
Porto Alegre	36,75	42,12
Recife	47,5	46,28
Rio de Janeiro	40,51	46,81
Salvador	45,81	47,31
São Paulo	44,55	50,9



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

De acordo com os dados da tabela 3.7, verificamos que a intensidade de pobreza²⁵ no período compreendido entre 1991 e 2000 aumentou em todas as regiões metropolitanas estudadas menos em Recife, onde houve uma redução de 1,22%. Na região metropolitana de Belo Horizonte houve aumento na intensidade de pobreza de 2,21%; Curitiba de 6,15%; Fortaleza de 0,11%; Porto Alegre de 5,37%; Rio de Janeiro de 6,3%; Salvador de 1,5% e em São Paulo de 6,35%.

²⁵ A intensidade de pobreza é definida a partir da distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza de R\$75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza (www.pnud.org.br).

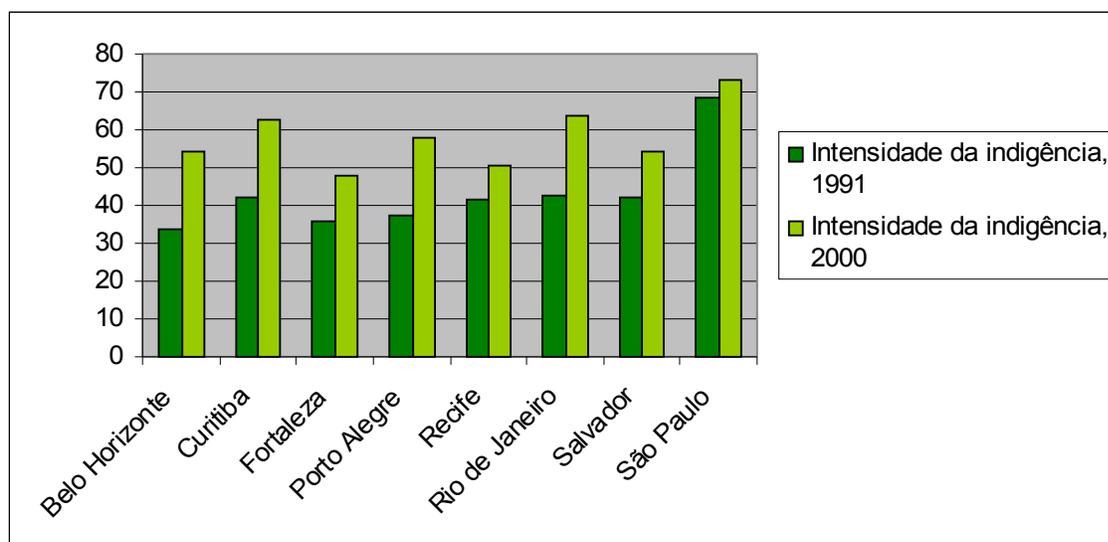
É interessante notar que as regiões metropolitanas que tiveram um crescimento maior na intensidade de pobreza foram aquelas situadas nas regiões Sudeste e Sul, ou seja, na parte mais moderna e industrializada do país. Já as regiões metropolitanas do Nordeste, apesar de já possuírem um grande número de pobres, tiveram um incremento pequeno na intensidade de pobreza. Nesse sentido as regiões metropolitanas do Centro-Sul sentiram mais diretamente os impactos da desconcentração industrial e da precarização das relações de trabalho em função da abertura econômica abrupta na década de 1990.

Tomando-se como referência da situação de pobreza a renda domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, Moura (2004) observa que no período entre 1991/2000, a taxa e o número de pobres diminuiu no Brasil. Entretanto, em relação às regiões metropolitanas, essas unidades aumentaram sua participação no total dos pobres no Brasil, passando de 22,2% do total, em 1991, para 25,8% em 2000, concentrando neste ano, cerca de 14,4 milhões de pessoas em situação de pobreza. Em relação a 1991, houve aumento de 1,4 milhões de pessoas nessa situação nas regiões metropolitanas brasileiras.

Nesse sentido, pode-se caracterizar as regiões metropolitanas brasileiras, principalmente as maiores e mais antigas, como o locus por excelência da crise social do país, na medida em que no período compreendido entre 1991/2000, ao mesmo tempo em que houve uma redução do número de pobres no país como um todo, houve um aumento dos mesmos nos espaços metropolitanos.

Tabela 3.8 - Taxa de Indigência

Região Metropolitana	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000
Belo Horizonte	33,69	54,29
Curitiba	42,02	62,63
Fortaleza	36,04	47,65
Porto Alegre	37,36	57,75
Recife	41,36	50,62
Rio de Janeiro	42,43	63,47
Salvador	42,35	54,21
São Paulo	68,29	73,34



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

A intensidade de indigência²⁶ aumentou substancialmente no período entre 1991/2000 em todas as regiões metropolitanas estudadas. Em Belo Horizonte, houve aumento de 20,6%; Curitiba de 20,61; Fortaleza de 11,61; Porto Alegre, o acréscimo foi de 20,39%; Recife foi de 9,26%, no Rio de Janeiro foi de 21,04%, Salvador foi de 11,86% e em São Paulo, o aumento foi de 5,05%.

²⁶ A intensidade de indigência corresponde à distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos indigentes (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 37,75) do valor da linha de indigência, medida em percentual do valor dessa linha de indigência. O indicador aponta quanto falta para um indivíduo deixar de ser considerado indigente (www.pnud.org.br).

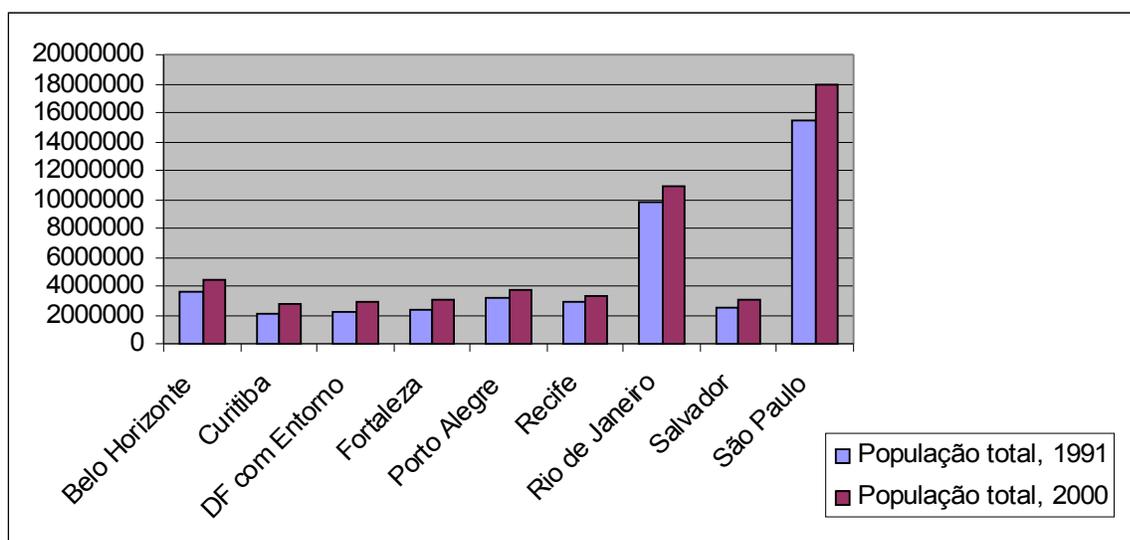
Verifica-se que houve um acréscimo maior nas regiões metropolitanas das regiões Sudeste e Sul, com exceção feita a São Paulo, devido à elevada base de comparação. Já as regiões metropolitanas do Nordeste tiveram um incremento na intensidade de indigência menor.

O aumento da intensidade de indigência nas regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles globais e nacionais, ocorre paralelamente a uma diminuição do número de indigentes no Brasil durante o período 1991/2000, em função, principalmente, da redução da inflação e dos programas de transferência de renda.

De acordo com Néri (2004), no período entre 1992 a 2003, houve uma queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 27,26, uma queda acumulada de 24%. No entanto, a miséria metropolitana, após o período de lua-de-mel com o Plano Real, tem aumentado desde 1995. Nesse sentido, a crise social no país se encontra instalada nas grandes regiões metropolitanas em virtude do crescimento do desemprego e da precarização nas relações de trabalho.

Tabela 3.9 - Crescimento populacional

Região Metropolitana	População total, 1991	População total, 2000
Belo Horizonte	3522908	4357942
Curitiba	2101681	2768394
DF com Entorno	2154769	2958196
Fortaleza	2401878	2984689
Porto Alegre	3196475,5	3718778
Recife	2919979	3337565
Rio de Janeiro	9815406	10894156
Salvador	2496521	3021572
São Paulo	15444941	17878703



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

De acordo com os dados sobre crescimento populacional, verificamos que houve aumento de população em todas as regiões metropolitanas estudadas. Na região metropolitana de Belo Horizonte, houve acréscimo de 835.034 habitantes, ou seja, um crescimento de 2,12% a.a. no período 1991/2000. Em Curitiba, houve aumento de 666.713 habitantes, correspondendo a um percentual de 2,67% a.a. Sobre os dados do Distrito Federal e seu entorno, houve um acréscimo de 803.427, fazendo com que o crescimento fosse de 3.01% a.a. Na região metropolitana de Fortaleza, houve uma elevação de 582.811 habitantes no período 1991/2000, ou seja, uma média de 2,16% a.a. Em Porto Alegre, a

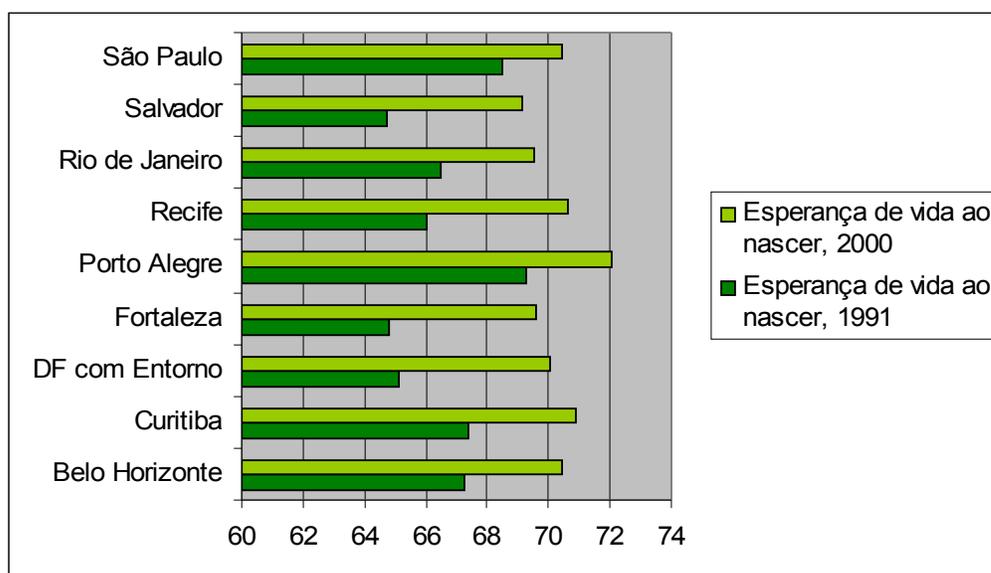
elevação no número de habitantes foi de 522.302, correspondendo a uma taxa de 1.56% a.a. Já em Recife, o acréscimo de população foi de 417.586, levando a uma taxa de 1.39% a.a. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, ocorreu uma elevação de 1.078.750 habitantes, caracterizando um crescimento médio de 1.1% a.a. no período. Em Salvador, houve uma elevação de 525.051 habitantes, correspondendo a um crescimento de 1.92% a.a. Já na região metropolitana de São Paulo, a elevação na população foi de 2.433.762 habitantes entre 1991/2000, havendo um crescimento médio de 1.51% a.a.

Comparando com o período anterior de 1980/1991, verifica-se uma redução no crescimento populacional de todas as regiões metropolitanas estudadas, exceto a do Rio de Janeiro. Estes dados parecem comprovar a tendência verificada desde os anos oitenta de perda de população relativa por parte das regiões metropolitanas. O que está ocorrendo é uma redistribuição da população urbana no Brasil, principalmente das cidades médias, uma vez que no período 1991/2000, houve um aumento da taxa de urbanização no país.

Outro ponto importante, é o fraco crescimento populacional dos pólos metropolitanos. Em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre, por exemplo, as taxas de crescimento populacional chegam a ser inferiores a 1% a.a. Já os municípios periféricos, embora com redução nas taxas de crescimento populacional, mantiveram-se ao longo do período com um padrão de crescimento bem superior ao do pólo metropolitano. Esta tendência se encontra associada à nova geografia industrial que implicou em uma continuação das tendências à desaglomeração e ocasionou um processo espreado e polinuclear de descentralização produtiva e da população.

Tabela 3.10 - Esperança de vida

Região Metropolitana	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000
Belo Horizonte	67,28	70,43
Curitiba	67,39	70,88
DF com Entorno	65,14	70,07
Fortaleza	64,81	69,59
Porto Alegre	69,26	72,03
Recife	66	70,61
Rio de Janeiro	66,48	69,51
Salvador	64,71	69,13
São Paulo	68,48	70,43



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

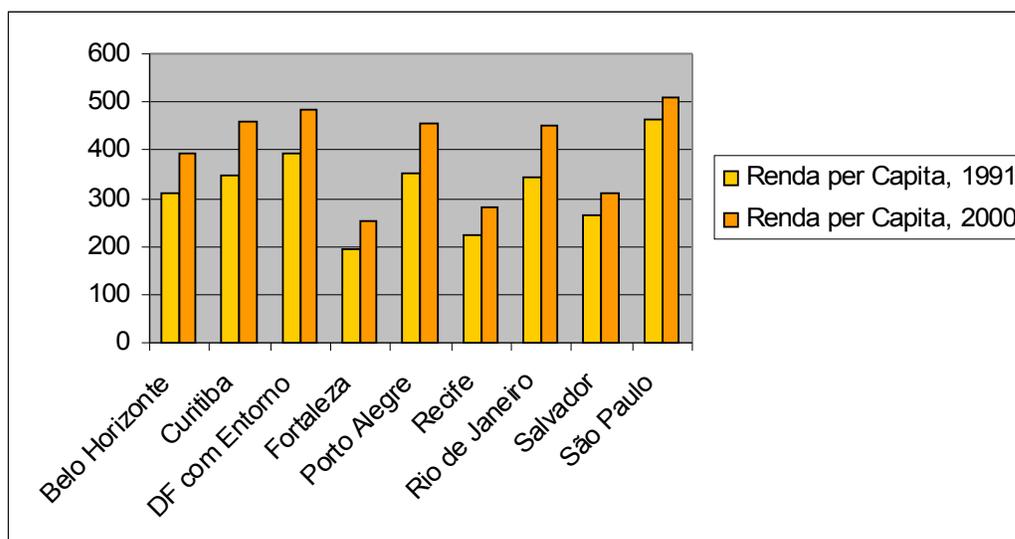
Em relação à esperança de vida ao nascer, houve um aumento da expectativa em todas as regiões metropolitanas estudadas. No período entre 1991/2000, houve um incremento de 3,15 anos na região metropolitana de Belo Horizonte; de 3,49 anos em Curitiba; de 4,93 anos no Distrito Federal e seu entorno; de 4,78 anos em Fortaleza; de 2,77 anos em Porto Alegre; de 4,61 anos em Recife; de 3,03 anos no Rio de Janeiro; de 4,42 anos em Salvador e de 1,95 anos na região metropolitana de São Paulo.

Destacamos as regiões metropolitanas do Nordeste, como Salvador, Recife e Fortaleza, bem como o Distrito Federal e seu entorno pela grande crescimento na esperança de vida ao nascer, comparando-se com as demais regiões metropolitanas em estudo. Apesar das baixas bases de comparação, no ano 2000 essas regiões metropolitanas atingiram patamares semelhantes aos daquelas localizadas no Centro-Sul do país.

A melhoria da expectativa de vida ao nascer está relacionada mais diretamente aos avanços da medicina e de ciências correlatas, do que a melhoria da qualidade de vida nas regiões metropolitanas estudadas, já que estas padecem de um aumento da intensidade de pobreza e de indigência (vistos anteriormente), além do crescimento da violência urbana que atinge mais diretamente os jovens de comunidades carentes.

Tabela 3.11 - Renda per capita

Região Metropolitana	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000
Belo Horizonte	309,01	394,34
Curitiba	348,45	457,44
DF com Entorno	392,19	483,26
Fortaleza	196,05	252,7
Porto Alegre	350,58	456,35
Recife	224,11	280,82
Rio de Janeiro	345,39	452,61
Salvador	263,5	311,24
São Paulo	461,67	507,93



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

Houve um aumento da renda per capita²⁷ em todas as regiões metropolitanas estudadas. No período compreendido entre 1991/2000, a região metropolitana de Belo Horizonte teve um acréscimo de R\$ 85,33 na renda per capita, correspondendo à 21,6%. Na de Curitiba, o aumento na renda per capita foi de R\$ 108,99, o que equivale a 23,8%. No Distrito Federal com Entorno, a elevação foi de R\$ 91,07, ou seja, 18,8%. Na região metropolitana de Fortaleza, a renda per capita avançou R\$ 56,65, correspondendo à 22,04%. Na de Porto Alegre, o aumento foi de R\$ 105,77, equivalendo à 23,1%. Na do Rio de Janeiro, o acréscimo na renda per capita foi de R\$ 107,22%, ou seja, 23,6% no período. Na região metropolitana de Salvador, o crescimento foi de R\$ 47,74, o que corresponde à 15,3%. Já na de São Paulo, o aumento na renda per capita foi de R\$ 46,26, ou seja, 9,1%.

Entretanto, o percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho²⁸ se reduziu em todas as regiões metropolitanas estudadas. No período entre 1991/2000 houve uma redução de 15,6% na região metropolitana de Belo Horizonte; de 13,2% na de Curitiba; de 14,9% na de Fortaleza; de 13% na de Porto Alegre; de 18,3% na região metropolitana de Recife; de 16,7% na do Rio de Janeiro; de 17,5% na de Salvador e houve também redução de 15,04% na região metropolitana de São Paulo.

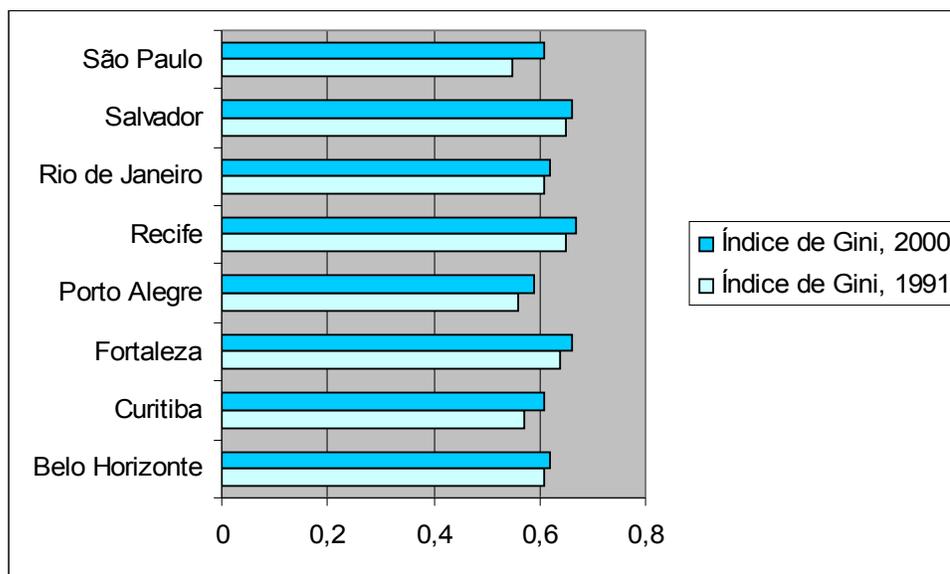
Nesse sentido, percebe-se nitidamente o impacto da desindustrialização e da terciarização da economia nas regiões metropolitanas, uma vez que o crescente desemprego e precarização das ocupações reduziram o percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho nas grandes cidades do país.

Tabela 3.12 - Índice de GINI

²⁷ Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros dessa família. Valores expressos em reais de primeiro de agosto de 2000 (www.pnud.org.br).

²⁸ Equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município (www.pnud.org.br).

Região Metropolitana	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000
Belo Horizonte	0,61	0,62
Curitiba	0,57	0,61
Fortaleza	0,64	0,66
Porto Alegre	0,56	0,59
Recife	0,65	0,67
Rio de Janeiro	0,61	0,62
Salvador	0,65	0,66
São Paulo	0,55	0,61



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

O índice de Gini²⁹ aumentou em todas as regiões metropolitanas estudadas no período entre 1991/2000. Ou seja, houve um incremento da desigualdade observada nas áreas mais dinâmicas do país, reflexo da ampliação da intensidade de pobreza e indigência oriundos do crescimento do desemprego e das precarização das relações de trabalho.

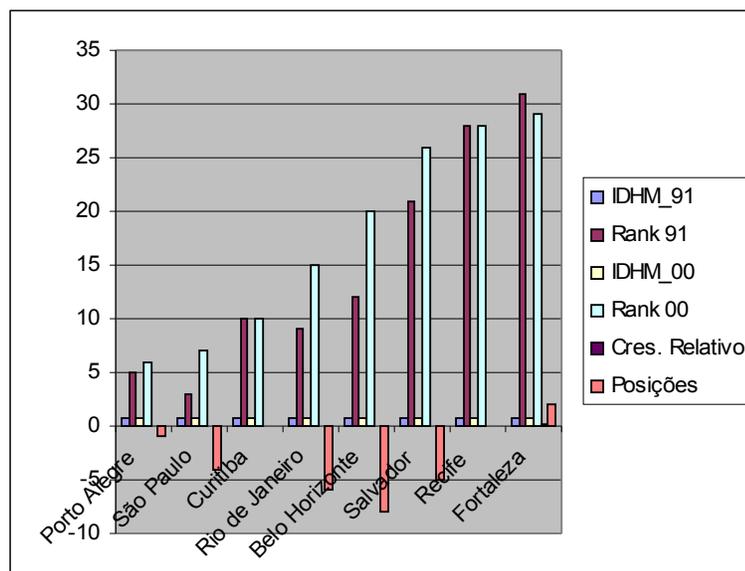
É interessante notar que apesar do Brasil ser um país de dimensões continentais e apresentar uma grande diversidade entre suas regiões, o Índice de Gini para o Brasil foi de

²⁹ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). (www.pnud.org.br).

0,585, ou seja, inferior ao verificado nas regiões metropolitanas polarizadas por metrópoles globais e nacionais no período 1991/2000.

Dessa forma, verifica-se que as grandes cidades são os locais em que as desigualdades afloram com mais intensidade, corroborando com a perspectiva de ampliação de polarização social em virtude da segmentação do mercado de trabalho. Isto ocorre, pois de um lado, surgem ocupações de alta qualificação e elevado retorno financeiro ligados diretamente ao capital transnacional e, por outro lado, são oferecidas uma gama de ocupações de baixa qualificação e, conseqüentemente, baixo retorno financeiro. Assim, por concentrar a riqueza e a pobreza, as grandes cidades do país apresentam um Índice de Gini superior aquele verificado no Brasil como um todo.

Região Metropolitana	IDHM_91	Rank 91	IDHM_00	Rank 00	Cres. Relativo	Posições
Porto Alegre	0,782	5	0,833	6	6,60%	-1
São Paulo	0,792	3	0,828	7	4,50%	-4
Curitiba	0,763	10	0,824	10	8,00%	0
Rio de Janeiro	0,764	9	0,816	15	6,80%	-6
Belo Horizonte	0,757	12	0,811	20	7,10%	-8
Salvador	0,735	21	0,794	26	7,90%	-5
Recife	0,715	28	0,78	28	9,00%	0
Fortaleza	0,688	31	0,767	29	11,50%	2



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal³⁰ melhorou em todas as regiões metropolitanas estudadas durante o período 1991/2000. Essa melhora é fruto no incremento dos indicadores em que se baseiam os cálculos do IDH-M, ou seja, houve um avanço na longevidade, como verificado na tabela sobre esperança de vida, houve avanços também na renda, como verificado na tabela sobre renda per capita, assim como também houve uma melhoria na taxa de escolaridade. Considerando-se o limiar mínimo estabelecido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para demarcar localidades com alto desenvolvimento humano (0,800), observa-se que em 1991 nenhuma das regiões

³⁰ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes a longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). (www.pnud.org.br).

metropolitanas analisadas se encontrava nesse patamar. Em 2000, as regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Belo Horizonte já tinham ultrapassado esta marca. Já as regiões metropolitanas do Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza) se mantiveram no nível intermediário de desenvolvimento humano.

Entretanto, apesar da melhora, ela foi inferior àquela assistida no resto do país, fazendo com que as regiões metropolitanas estudadas perdessem posição no ranking do IDH-M no Brasil. Assim, no período 1991/2000, a região metropolitana de Porto Alegre passou do quinto para o sexto lugar, perdendo uma posição; a de São Paulo passou de terceiro para sétimo, perdendo quatro posições; a de Curitiba manteve a décima posição no período; a região metropolitana do Rio de Janeiro passou da nona posição para a décima quinta, perdendo seis posições; a de Belo Horizonte passou da décima segunda para a vigésima posição, perdendo oito posições; a de Salvador passou da vigésima primeira para a vigésima sexta posição, perdendo cinco posições; a de Recife manteve o vigésimo oitavo lugar e a região metropolitana de Fortaleza foi a única a melhorar a sua posição: avançou de trigésimo primeiro para o vigésimo nono lugar.

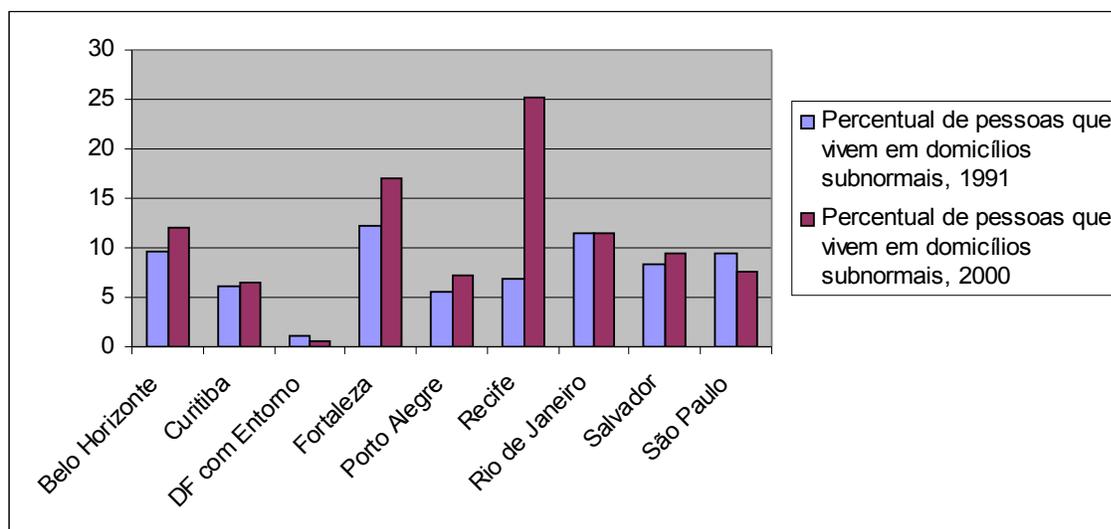
Essa queda no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal verificada nas grandes cidades do país, no período entre 1991/2000, revelam uma deterioração de qualidade de vida sentida nitidamente pelos habitantes dessas metrópoles, principalmente através da precarização da ocupação, do aumento da polarização social e do crescimento exponencial da violência urbana.

Tão marcantes quanto às desigualdades inter-regionais, as desigualdades internas a cada região, entre pólos e demais municípios, também registram intensidade diferenciada. No período entre 1991/2000, houve uma evolução do IDH-M maior dos municípios periféricos em relação ao núcleo. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, enquanto a capital paulista e os municípios mais populosos, como Santo André, São Bernardo Campo e Guarulhos registram crescimento do IDH-M abaixo ou muito próximos à média da região metropolitana (4,5%), as cidades menores e mais distantes do centro viram seu Índice de Desenvolvimento Humano crescer duas ou três vezes mais, chegando a taxas de 13,2% em Guararema, 12,9% em Juquitiba e 11,1% em Embu-Guaçú. Esta tendência é um reflexo da nova geografia industrial que privilegia as pequenas e médias cidades, em

detrimento das metrópoles, corroborando com a idéia de “reviravolta não-metropolitana” desenvolvida por Soja (1993).

Tabela 3.14 - Domicílios subnormais

Região Metropolitana	Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000
Belo Horizonte	9,63	12,03
Curitiba	6,14	6,47
DF com Entorno	1,07	0,61
Fortaleza	12,17	17,01
Porto Alegre	5,48	7,22
Recife	6,77	25,11
Rio de Janeiro	11,46	11,5
Salvador	8,4	9,38
São Paulo	9,39	7,64



Fonte: http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php

Houve um crescimento no percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais³¹ em praticamente todas as regiões metropolitanas estudadas exceto a de São Paulo e no Distrito Federal com o seu Entorno. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, houve praticamente uma estagnação.

Na região metropolitana de Belo Horizonte, o aumento de pessoas residindo em domicílios subnormais foi de 19,9%; na de Curitiba, a elevação foi de 5,1%; na de Fortaleza, o acréscimo foi de 28,4%, na região metropolitana de Porto Alegre, o aumento foi de 24%, na de Recife, a elevação foi de 73% no período 1991/2000 e na de Salvador o

³¹30 Corresponde ao percentual de pessoas que vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e, quando de sua implementação, não haver a posse da terra ou o título de propriedade. É também designado por “assentamento informal”, como por exemplo mocambo, alagado, barraco de rio, etc. (www.pnud.org.br).

acrécimo foi de 10,4%. Na região metropolitana do Rio de Janeiro houve praticamente uma estagnação, uma vez que houve uma elevação de apenas 0,34%. Já na região metropolitana de São Paulo, houve uma redução de 18,6% das pessoas residindo em domicílios subnormais, enquanto no Distrito Federal com Entorno a queda foi de 42,9%.

A elevação do número de pessoas vivendo em domicílios subnormais na maioria das regiões metropolitanas estudadas, nos remete ao aumento da intensidade de pobreza, de indigência e da queda de qualidade de vida, uma vez que em moradias precárias localizadas em um habitat inadequado, se aglomera uma população numerosa e densa, acossada pela precariedade ocupacional, o desemprego e a carência de infra-estrutura e serviços básicos.

O que também contribui para explicar o aumento de domicílios subnormais é o aumento da segregação urbana, mediante a tentativa de “revalorização”, principalmente, de zonas decadentes das áreas centrais, através, de acordo com Carvalho (2004) da edificação de artefatos urbanos como shopping centers, complexos de lazer e de cinema, edifícios corporativos com tecnologias avançadas (“edifícios inteligentes”), parques temáticos e grandes hotéis de luxo para atrair o turismo para grandes eventos.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi exposto durante este trabalho, verificou-se que as transformações sofridas pelas metrópoles nos últimos anos, em decorrência da reestruturação econômica, transformaram-nas no epicentro da crise social do país, comprovada pelo aumento da intensidade de pobreza e de indigência, enquanto no mesmo período houve redução no país; em função da redução do crescimento populacional, o que comprova a falta de atratividade das grandes metrópoles brasileiras; pela redução dos rendimentos provenientes do trabalho em todas as regiões metropolitanas estudadas, comprovando o elevado desemprego e precarização das relações de trabalho em virtude da desindustrialização e terciarização da economia metropolitana; o aumento da concentração de renda observada através da elevação do Índice de Gini, bem maior do que a média nacional, comprovando o surgimento de uma nova estrutura social marcada pela polarização entre categorias superiores e inferiores; e pelo avanço em praticamente todas as regiões metropolitanas estudadas no número de domicílios subnormais, fato que nos remete ao aumento da pobreza e da miséria. Dessa forma, observou-se que apesar da elevação do índice de Desenvolvimento Humano Municipal em todas as regiões estudadas, houve uma piora relativa, o que comprova um quadro de queda na qualidade de vida dos habitantes das grandes cidades brasileiras.

Com a abertura econômica e a crise fiscal do Estado, iniciou-se, a partir da Constituição de 1988, uma política de valorização do município, onde este deveria articular-se diretamente com agências multilaterais de financiamento, com Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros, para assim garantir o seu desenvolvimento. Nesse sentido, o governo local se transforma na representação de eficiência e de modernização de gestão. Assiste-se, então, segundo Davidovich (2004) ao chamado “neolocalismo”, baseado numa gestão de tipo empresarial e incentivador da “guerra fiscal” como recurso de competitividade e de atração dos investimentos, mas poupador de empregos, serviços e infra-estrutura para a população.

A esse respeito, Sánchez (2003) afirma que muito mais do que espaço mercadoria, observa-se o surgimento da cidade mercadoria e:

“ Colocar as cidades no mapa do mundo passou a ser meta recorrente dos governos locais, um objetivo ordenador das “ações estratégicas” que concentram na cidade-mercadoria a possibilidade de “transcender as crises” produzidas pela reestruturação econômica e construir um futuro de progresso e recuperação econômica sintonizado com as exigências da nova ordem mundial, de modo a viabilizar o crescimento econômico em novos parâmetros” (SÁNCHEZ, 2003).

Assim, para atender às demandas das empresas e das camadas de alta renda e estimular o turismo, realizam-se grandes intervenções e investimentos em algumas áreas da cidade, enquanto muitos outros lugares permanecem bastante degradados. A partir desse processo, assiste-se um aumento da segregação urbana e o aumento dos problemas ocupacionais, conforme analisado anteriormente.

De acordo com de Mattos (2004), a cidade da globalização é, acima de tudo, uma cidade polarizada e segregada. Isto porque a reestruturação e flexibilização de seus mercados de trabalho não foram capazes de atenuar as desigualdades sociais herdadas do período anterior e, em muitos casos, parecem aumentá-las. Assim, no cenário urbano emergente persiste e na maior parte dos casos se acentua uma polarização social associada à existência de amplos setores que não conseguem se inserir em mercados de trabalho estruturados em razão da competitividade, junto com outros grupos para os quais a acumulação de riqueza parece não ter limites; dessa maneira se impõe novas modalidades de segregação e exclusão socioterritorial e os conflitos sociais tendem a se agravar de forma imprevisível.

Segundo Sánchez (2003), esses espaços se expressam mediante a crescente segregação/distinção espacial desses segmentos e mediante processos de “gentrificação”³² das chamadas áreas de renovação urbana; que são a própria condensação dos novos valores culturais junto à economia de mercado.

Nesse sentido, dentro desse cenário de crise social expressa através do crescimento da polarização entre uma pequena camada da população vinculada aos fluxos

³² Gentrificação dos espaços é um processo de reapropriação dos mesmos pelo mercado através de operações urbanas que lhes conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente orientados para o consumo – residencial ou de serviços – das camadas médias. Apresentados para fins mercadológicos, como espaços “revitalizados”, são porém espaços onde a população original vivencia a “revitalização” como processo que gera expulsão e apartação social (SÁNCHEZ, 2003).

internacionais e um grande contingente de população que se submete à ocupações profissionais de baixa qualificação e remuneração; observa-se, também ao aparecimento de profundas desigualdades que se expressam entre “ilhas urbanas” superequipadas tecnologicamente, áreas residenciais exclusivas com fronteiras demarcadas e as zonas de domicílio precário e de miséria absoluta.

Sob a influência dessa lógica, Carvalho (2006) aborda que nas metrópoles e em outras cidades brasileiras a segurança passa a ser vista não mais como um direito público indivisível, e sim como um privilégio dos que podem pagar por ela; ocorre uma negação da atmosfera das ruas e um esvaziamento dos espaços públicos destinados a uma pluralidade de usuários, marcados pela variedade humana, com a sua substituição por um sistema de espaços seletivos e privativos, protegidos por barreiras materiais e simbólicas, que representam verdadeiros “enclaves fortificados”. Dentro desses enclaves, seus moradores buscam reproduzir as formas de moradia e consumo veiculadas pelos meios de comunicação e se preservar do contato com a pobreza e a violência provocada pela desordem urbana existentes nos espaços públicos.

Entretanto, esse modelo, que está associado à competitividade e que busca a qualificação das cidades para atrair os capitais que circulam livremente no espaço globalizado sem fronteiras, definitivamente, segundo Sánchez (2003), não tem a desigualdade social como questão central. Daí o seu crescimento acelerado verificado nesse trabalho.

Frente a esse fenômeno de absorção acrítica desse modelo de planejamento, baseado na “inserção competitiva das cidades”, observa-se uma tendência à despolitização da cidade e de seus habitantes, uma vez que, de acordo com Sánchez (2003) os projetos políticos em torno da “cidade-mercadoria” transformam a esfera política local em espaço do exercício de um projeto empresarial. Dessa forma, ao invés da esfera política ser o espaço do contraditório e da construção da cidadania, observa-se meramente a subserviência do local pelo global, caracterizando o que Moura (2004) denominou de “governança subordinada”, onde os movimentos de organização dos espaços urbano-regionais, submissos às ordens expressas por decisões globais, deixam de buscar a consecução das políticas públicas de interesse comum, já que se empenham em priorizar a construção de atributos de

competitividade e atratividade a grandes empreendimentos, verticalizando seu universo de relações.

Segundo Santos (1999), tais relações atendem às exigências corporativas de promoção de equipamentos técnicos e adaptação jurídica, fiscal e institucional do município, comprometendo o poder econômico e político e tornando ainda mais desiguais a economia e a sociedade desses espaços dada a priorização de investimentos públicos na direção contrária às demandas sociais. Dentro desta lógica, Moura (2004) comenta que as empresas criam a ordem para si e a desordem para o resto. O espaço organizado para o ser serviço torna-se “fragmentado, incoerente e anárquico”. Assim, ao mesmo tempo em que a cidade se torna uma vitrine de intervenções urbanísticas modernizadoras, constatam-se deficiências nos sistemas de transportes e circulação urbana e na oferta de bens e serviços públicos. Enfim, tem-se uma “modernidade incompleta” (SANTOS, 1990).

Nesse sentido, o que deve ser motivo de preocupação é “que estamos diante de verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas”. Tal tendência ao corporativismo, não só da cidade mas do próprio território, pode conduzir ao crescimento econômico, mas à custa da perda do controle de seu destino pelas regiões assim modernizadas”. O território torna-se “instável” em consequência do seu “uso competitivo” dessa “lógica territorial das empresas” e da “guerra global entre os lugares”, dada a busca contínua de readaptação ao mercado e às necessidades da corporação. “Cria-se assim uma permanente produção da desordem” (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Entretanto, há demonstrações claras de novos movimentos que, aos poucos, adquirem maior visibilidade e indicam direções diferentes, buscando assegurar uma governança democrática, respaldada na partilha do poder entre diferentes segmentos da sociedade. Segundo Davidovich (2004), experiências de cooperação em escala intermunicipal têm-se multiplicado e acenam para a formação de redes de solidariedade social e econômica, que podem dar respaldo à coesão social em escala mais abrangente.

Nesse sentido, busca-se um desenvolvimento dentro da escala local, que não tenha sustentação no ideário do Estado mínimo e da produção da “cidade-mercadoria” e sim a de conceber essa escala como a da viabilidade da participação da população em decisões de caráter coletivo, de controle do poder público pela sociedade e da luta contra a exclusão social. Seria este o meio propício ao desenvolvimento da coesão social, de laços de

confiança e de responsabilidade e de capacitação endógena de inovação (DAVIDOVICH, 2004).

Busca-se, dessa forma, a existência de um “espaço banal” (SANTOS, 2000), que corresponderia a um espaço do todos: empresas, instituições e pessoas, ou seja, o espaço das vivências. De acordo com Santos (2000), trata-se da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum.

Nesse embate, emerge a possibilidade de poder local autônomo, que faria frente às regras adversas do atual modelo de globalização excludente, buscando proteger os cidadãos mediante a adoção de políticas solidárias e de democracia participativa. Na realidade, segundo Kornin e Moura (2004), busca-se a possibilidade de criação de um oásis de prosperidade e desenvolvimento local, a despeito da conjuntura nacional e internacional, no qual as relações sociais mais verdadeiras e o consenso e a solidariedade seriam passíveis de construção.

Entretanto, é muito difícil para o local se contrapor à esfera global, uma vez que este não possui autonomia, sendo muitas vezes dependente do repasse de recursos oriundos de outras escalas: sejam elas nacionais ou globais, através de organizações multilaterais de crédito, como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outras. Nesse sentido, a reversão do quadro de dificuldades só se dará através da mudança na forma de atuação da esfera nacional. Confirmando as palavras de Lessa (2002): “não há solução em nível de lugar, apenas em nível de nação”.

Portanto, é necessário que haja uma ampla discussão em torno das três esferas de governo: municipais, estaduais e federal em busca de um novo pacto federativo, que contribua para o fim da subserviência do país frente aos organismos multilaterais de crédito e, ao mesmo tempo, que haja a eliminação da “guerra dos lugares”, já que esta esvazia a possibilidade de planejamento e gestão regional.

Busca-se, na verdade, nem uma volta ao centralismo autoritário dos governos militares, em que a gestão das primeiras regiões metropolitanas se deram sob a égide da centralização e do autoritarismo, o que inclusive engendrou contradições que contribuíram

para a fraqueza e o pouco crédito desses órgãos gestores; e nem com o ideário municipalista que norteou o projeto de reforma do Estado pela Constituição de 1988, e que originou o modelo de “governança subordinada”.

O que se pretende, é a volta do planejamento regional por parte do Estado, através da sua atuação como fornecedor de recursos e gerador de empregos, mas que, ao mesmo tempo, permita que a gestão dos mesmos fique sob administração local/regional, uma vez que quem sabe das reais necessidades são aqueles que lá habitam.

Assim, acreditamos que a solução dos problemas das regiões metropolitanas, por serem muito complexos, não podem estar reduzidos a apenas uma esfera de governo ou uma área de ação. Portanto, concordamos com Vainer (2001), de que “a visão transescalar é necessária nas abordagens analíticas e na construção de estratégias políticas capazes de articular ações nas diferentes escalas”. Ou seja, somente através da ação efetiva do Estado brasileiro e mediante a viabilização de um planejamento urbano/ regional efetivo, poderemos enfrentar os enormes desafios que nos colocam as regiões metropolitanas nos dias de hoje.

ANEXOS

ANEXO I : Composição das Regiões Metropolitanas analisadas

Composição das Regiões Metropolitanas do Brasil				
CÓDIGO	NOME DO MUNICÍPIO	NOME DA REGIAO METROPOLITANA	LEGISLAÇÃO	DATA DA LEI
		Belo Horizonte		
310500	BALDIM		lei complementar estadual 56	12.01.2000
310620	BELO HORIZONTE		lei complementar federal 014	08.06.1973
310670	BETIM		lei complementar federal 014	08.06.1973
310900	BRUMADINHO		Constituição Estadual	21.09.1989
311000	CAETÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
311250	CAPIM BRANCO		lei complementar estadual 56	12.01.2000
311787	CONFINS		lei complementar estadual 048	12.11.1997
311860	CONTAGEM		lei complementar federal 014	08.06.1973
312410	ESMERALDAS		Constituição Estadual	21.09.1989
312600	FLORESTAL		lei complementar estadual 048	12.11.1997
312980	IBIRITÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
313010	IGARAPÉ		Constituição Estadual	21.09.1989
313220	ITAGUARA		lei complementar estadual 56	12.01.2000
313370	ITATIUAÇU		lei complementar estadual 63	10.01.2002
313460	JABOTICATUBAS		lei complementar estadual 56	12.01.2000
313665	JUATUBA		lei complementar estadual 026	14.01.1993
313760	LAGOA SANTA		lei complementar federal 014	08.06.1973
314015	MÁRIO CAMPOS		lei complementar estadual 048	12.11.1997
314070	MATEUS LEME		Constituição Estadual	21.09.1989
314110	MATOZINHOS		lei complementar estadual 56	12.01.2000
314480	NOVA LIMA		lei complementar federal 014	08.06.1973
313660	NOVA UNIÃO		lei complementar estadual 56	12.01.2000
314930	PEDRO LEOPOLDO		lei complementar federal 014	08.06.1973
315390	RAPOSOS		lei complementar federal 014	08.06.1973
315460	RIBEIRÃO DAS NEVES		lei complementar federal 014	08.06.1973
315480	RIO ACIMA		lei complementar federal 014	08.06.1973
315530	RIO MANSO		lei complementar estadual 048	12.11.1997
315670	SABARÁ		lei complementar federal 014	08.06.1973
315780	SANTA LUZIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS		lei complementar estadual 048	12.11.1997
316295	SÃO JOSÉ DA LAPA		lei complementar estadual 026	14.01.1993
316553	SARZEDO		lei complementar estadual 048	12.11.1997
316830	TAQUARAÇU DE MINAS		lei complementar estadual 56	12.01.2000
317120	VESPASIANO		lei complementar federal 014	08.06.1973

Composição das Regiões Metropolitanas do Brasil

CÓDIGO	NOME DO MUNICÍPIO	NOME DA REGIÃO METROPOLITANA	LEGISLAÇÃO	DATA DA LEI
		Belo Horizonte		
310500	BALDIM		lei complementar estadual 56	12.01.2000
310620	BELO HORIZONTE		lei complementar federal 014	08.06.1973
310670	BETIM		lei complementar federal 014	08.06.1973
310900	BRUMADINHO		Constituição Estadual	21.09.1989
311000	CAETÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
311250	CAPIM BRANCO		lei complementar estadual 56	12.01.2000
311787	CONFINS		lei complementar estadual 048	12.11.1997
311860	CONTAGEM		lei complementar federal 014	08.06.1973
312410	ESMERALDAS		Constituição Estadual	21.09.1989
312600	FLORESTAL		lei complementar estadual 048	12.11.1997
312980	IBIRITÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
313010	IGARAPÉ		Constituição Estadual	21.09.1989
313220	ITAGUARA		lei complementar estadual 56	12.01.2000
313370	ITATIAIUÇU		lei complementar estadual 63	10.01.2002
313460	JABOTICATUBAS		lei complementar estadual 56	12.01.2000
313665	JUATUBA		lei complementar estadual 026	14.01.1993
313760	LAGOA SANTA		lei complementar federal 014	08.06.1973
314015	MÁRIO CAMPOS		lei complementar estadual 048	12.11.1997
314070	MATEUS LEVE		Constituição Estadual	21.09.1989
314110	MATOSINHOS		lei complementar estadual 56	12.01.2000
314480	NOVA LIMA		lei complementar federal 014	08.06.1973
313660	NOVA UNIÃO		lei complementar estadual 56	12.01.2000
314930	PEDRO LEOPOLDO		lei complementar federal 014	08.06.1973
315390	RAPOSOS		lei complementar federal 014	08.06.1973
315460	RIBEIRÃO DAS NEVES		lei complementar federal 014	08.06.1973
315480	RIO A CIMA		lei complementar federal 014	08.06.1973
315530	RIO MANSO		lei complementar estadual 048	12.11.1997
315670	SABARÁ		lei complementar federal 014	08.06.1973
315780	SANTA LUZIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
316292	SÃO JOAQUIM DE BICAS		lei complementar estadual 048	12.11.1997
316295	SÃO JOSÉ DA LAPA		lei complementar estadual 026	14.01.1993
316553	SARZEDO		lei complementar estadual 048	12.11.1997
316830	TAQUARAÇU DE MINAS		lei complementar estadual 56	12.01.2000
317120	VESPASIANO		lei complementar federal 014	08.06.1973

Curitiba				
410020	ADRIANÓPOLIS		lei estadual 11096	16.05.1995
410030	AGUDOS DO SUL		lei estadual 12125	22.04.1998
410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
410180	ARAUCÁRIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
410230	BALSA NOVA		lei complementar federal 014	08.06.1973
410310	BOCAIÚVA DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
410420	CAMPO LARGO		lei complementar federal 014	08.06.1973
410425	CAMPO MAGRO		instalação do município	01.01.1997
410520	CERRO AZUL		lei estadual 11027	29.12.1994
410580	COLOMBO		lei complementar federal 014	08.06.1973
410620	CONTENDA		lei complementar federal 014	08.06.1973
410690	CURITIBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
412863	DOCTOR ULYSSES		lei estadual 11027	29.12.1994
410765	FAZENDA RIO GRANDE		lei estadual 11027	29.12.1994
411125	ITAPERUÇU		lei estadual 11027	29.12.1994
411320	LAPA		lei estadual 13512	21.01.2002
411430	MANDIRITUBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
411915	PINHAIS		lei estadual 11027	29.12.1994
411950	PIRAQUARA		lei complementar federal 014	08.06.1973
412080	QUATRO BARRAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
412120	QUITANDINHA		lei estadual 11027	29.12.1994
412220	RIO BRANCO DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		lei complementar federal 014	08.06.1973
412760	TJUCAS DO SUL		lei estadual 11027	29.12.1994
412788	TUNAS DO PARANÁ		lei estadual 11027	29.12.1994
Fortaleza				
230100	AQUIRAZ		lei complementar federal 014	08.06.1973
230370	CAUCAIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
230395	CHOROZINHO		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230428	EUZÉBIO		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230440	FORTALEZA		lei complementar federal 014	08.06.1973
230495	GUAÍUBA		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230523	HORIZONTE		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230625	ITAITINGA		lei complementar estadual 018	29.12.1999

Curitiba				
410020	ADRIANÓPOLIS		lei estadual 11096	16.05.1995
410030	AGUDOS DO SUL		lei estadual 12125	22.04.1998
410040	ALMIRANTE TAMANDARÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
410180	ARAUCÁRIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
410230	BALSA NOVA		lei complementar federal 014	08.06.1973
410310	BOCAIÚVA DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
410400	CAMPINA GRANDE DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
410420	CAMPO LARGO		lei complementar federal 014	08.06.1973
410425	CAMPO MAGRO		instalação do município	01.01.1997
410520	CERRO AZUL		lei estadual 11027	29.12.1994
410580	COLOMBO		lei complementar federal 014	08.06.1973
410620	CONTENDA		lei complementar federal 014	08.06.1973
410690	CURITIBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
412863	DOCTOR ULYSSES		lei estadual 11027	29.12.1994
410765	FAZENDA RIO GRANDE		lei estadual 11027	29.12.1994
411125	ITAPERUÇU		lei estadual 11027	29.12.1994
411320	LAPA		lei estadual 13512	21.01.2002
411430	MANDIRITUBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
411915	PINHAIS		lei estadual 11027	29.12.1994
411950	PIRAQUARA		lei complementar federal 014	08.06.1973
412080	QUATRO BARRAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
412120	QUITANDINHA		lei estadual 11027	29.12.1994
412220	RIO BRANCO DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS		lei complementar federal 014	08.06.1973
412760	TJUCAS DO SUL		lei estadual 11027	29.12.1994
412788	TUNAS DO PARANÁ		lei estadual 11027	29.12.1994
Fortaleza				
230100	AQUIRAZ		lei complementar federal 014	08.06.1973
230370	CAUCAIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
230395	CHOROZINHO		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230428	EUZÉBIO		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230440	FORTALEZA		lei complementar federal 014	08.06.1973
230495	GUAÍUBA		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230523	HORIZONTE		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230625	ITAITINGA		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230765	MARACANAÚ		lei complementar 052	16.04.1986
230770	MARANGUAPE		lei complementar federal 014	08.06.1973
230960	PAÇA JUS		lei complementar estadual 018	29.12.1999
230970	PAÇATUBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
231240	SÃO GONÇALO DO AMARANTE		lei complementar estadual 018	29.12.1999

		Porto Alegre		
430060	ALVORADA		lei complementar federal 014	08.06.1973
430087	ARARICÁ		lei complementar estadual 11201	30.07.1998
430110	ARROIO DOS RATOS		lei complementar estadual 11539	01.11.2000
430310	CACHOEIRINHA		lei complementar federal 014	08.06.1973
430390	CAMPO BOM		lei complementar federal 014	08.06.1973
430460	CANOAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
430468	CAPELA DE SANTANA		lei complementar estadual 11645	28.06.2001
430535	CHARQUEADAS		lei complementar 10234	27.07.1994
430640	DOIS IRMÃOS		Constituição Estadual	03.10.1989
430676	ELDORADO DO SUL		Constituição Estadual	03.10.1989
430760	ESTÂNCIA VELHA		lei complementar federal 014	08.06.1973
430770	ESTEO		lei complementar federal 014	08.06.1973
430905	GLORINHA		Constituição Estadual	03.10.1989
430920	GRAVATAÍ		lei complementar federal 014	08.06.1973
430930	GUAIBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
431080	IVOTI		Constituição Estadual	03.10.1989
431240	MONTENEGRO		lei complementar estadual 11307	14.01.1999
431306	NOVA HARTZ		Constituição Estadual	03.10.1989
431337	NOVA SANTA RITA		lei complementar estadual 11198	23.07.1998
431340	NOVO HAMBURGO		lei complementar federal 014	08.06.1973
431405	PAROBÉ		Constituição Estadual	03.10.1989
431480	PORTÃO		Constituição Estadual	03.10.1989
431490	PORTO ALEGRE		lei complementar federal 014	08.06.1973
431760	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA		lei complementar estadual 11530	21.09.2000
431840	SÃO JERÔNIMO		lei complementar estadual 11340	21.06.1999
431870	SÃO LEOPOLDO		lei complementar federal 014	08.06.1973
431990	SAPIRANGA		lei complementar federal 014	08.06.1973
432000	SAPUCAIA DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
432120	TAQUARA		lei complementar estadual 11318	26.03.1999
432200	TRIUNFO		Constituição Estadual	03.10.1989
432300	VIAMÃO		lei complementar federal 014	08.06.1973
		Recife		

Porto Alegre			
430060	ALVORADA		lei complementar federal 014 08.06.1973
430087	ARARICÁ		lei complementar estadual 11201 30.07.1998
430110	ARROIO DOS RATOS		lei complementar estadual 11539 01.11.2000
430310	CACHOEIRINHA		lei complementar federal 014 08.06.1973
430390	CAMPO BOM		lei complementar federal 014 08.06.1973
430460	CANOAS		lei complementar federal 014 08.06.1973
430468	CAPELA DE SANTANA		lei complementar estadual 11645 28.06.2001
430535	CHARQUEADAS		lei complementar 10234 27.07.1994
430640	DOIS IRMÃOS		Constituição Estadual 03.10.1989
430676	ELDORADO DO SUL		Constituição Estadual 03.10.1989
430760	ESTÂNCIA VELHA		lei complementar federal 014 08.06.1973
430770	ESTEO		lei complementar federal 014 08.06.1973
430905	GLORINHA		Constituição Estadual 03.10.1989
430920	GRAVATAÍ		lei complementar federal 014 08.06.1973
430930	GUAIBA		lei complementar federal 014 08.06.1973
431080	IVOTI		Constituição Estadual 03.10.1989
431240	MONTENEGRO		lei complementar estadual 11307 14.01.1999
431306	NOVA HARTZ		Constituição Estadual 03.10.1989
431337	NOVA SANTA RITA		lei complementar estadual 11198 23.07.1998
431340	NOVO HAMBURGO		lei complementar federal 014 08.06.1973
431405	PAROBÉ		Constituição Estadual 03.10.1989
431480	PORTÃO		Constituição Estadual 03.10.1989
431490	PORTO ALEGRE		lei complementar federal 014 08.06.1973
431760	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA		lei complementar estadual 11530 21.09.2000
431840	SÃO JERÔNIMO		lei complementar estadual 11340 21.06.1999
431870	SÃO LEOPOLDO		lei complementar federal 014 08.06.1973
431990	SAPIRANGA		lei complementar federal 014 08.06.1973
432000	SAPUCAIA DO SUL		lei complementar federal 014 08.06.1973
432120	TAQUARA		lei complementar estadual 11318 26.03.1999
432200	TRIUNFO		Constituição Estadual 03.10.1989
432300	VIAMÃO		lei complementar federal 014 08.06.1973
Recife			
260005	ABREU E LIMA		lei complementar estadual 010 06.01.1994
260105	ARAÇOIABA		instalação do município 01.01.1997
260290	CABO DE SANTO AGOSTINHO		lei complementar federal 014 08.06.1973
260345	CAMARAGIBE		lei complementar estadual 010 06.01.1994
260680	IGARASSU		lei complementar federal 014 08.06.1973
260720	IPOJUCA		lei complementar estadual 010 06.01.1994
260760	ILHA DE ITAMARACÁ		lei complementar federal 014 08.06.1973
260775	ITAPISSUMA		lei complementar estadual 010 06.01.1994
260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES		lei complementar federal 014 08.06.1973
260940	MORENO		lei complementar federal 014 08.06.1973
260960	OLINDA		lei complementar federal 014 08.06.1973
261070	PAULISTA		lei complementar federal 014 08.06.1973
261160	RECIFE		lei complementar federal 014 08.06.1973
261370	SÃO LOURENÇO DA MATA		lei complementar federal 014 08.06.1973

Rio de Janeiro				
330045	BELFORD ROXO		instalação do município	01.01.1993
330170	DUQUE DE CAXIAS		lei complementar federal 020	01.07.1974
330185	GUAPIMIRIM		instalação do município	01.01.1993
330190	ITABORAÍ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330200	ITAGUAÍ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330200	retirado da RM		lei complementar estadual 10	04.07.2002
330227	JAPERI		instalação do município	01.01.1993
330250	MAGÉ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330260	MANGARATIBA		lei complementar federal 020	01.07.1974
330260	retirado da RM		lei complementar estadual 10	04.07.2002
330270	MARICÁ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330270	retirado da RM		lei complementar estadual 97	02.10.2001
330285	MESQUITA		instalação do município	01.01.2001
330320	NILÓPOLIS		lei complementar federal 020	01.07.1974
330330	NITERÓI		lei complementar federal 020	01.07.1974
330350	NOVA IGUAÇU		lei complementar federal 020	01.07.1974
330360	PARACAMBI		lei complementar federal 020	01.07.1974
330414	QUEIMADOS		instalação do município	01.01.1993
330455	RIO DE JANEIRO		lei complementar federal 020	01.07.1974
330490	SÃO GONÇALO		lei complementar federal 020	01.07.1974
330510	SÃO JOÃO DE MERITI		lei complementar federal 020	01.07.1974
330555	SEROPÉDICA		instalação do município	01.01.1997
330575	TANGUÁ		instalação do município	01.01.1997
Salvador				
290570	CAMAÇARI		lei complementar federal 014	08.06.1973
290650	CANDEIAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
291005	DIAS D'ÁVILA		instalação do município	01.01.1986
291610	ITAPARICA		lei complementar federal 014	08.06.1973
291920	LAURO DE FREITAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
291992	MADRE DE DEUS		instalação do município	01.01.1990
292740	SALVADOR		lei complementar federal 014	08.06.1973
292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE		lei complementar federal 014	08.06.1973
293070	SIMÕES FILHO		lei complementar federal 014	08.06.1973
293320	VERA CRUZ		lei complementar federal 014	08.06.1973

Rio de Janeiro				
330045	BELFORD ROXO		instalação do município	01.01.1993
330170	DUQUE DE CAXIAS		lei complementar federal 020	01.07.1974
330185	GUAPIMIRIM		instalação do município	01.01.1993
330190	ITABORAÍ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330200	ITAGUAÍ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330200	retirado da RM		lei complementar estadual 10	04.07.2002
330227	JAPERI		instalação do município	01.01.1993
330250	MAGÉ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330260	MANGARATIBA		lei complementar federal 020	01.07.1974
330260	retirado da RM		lei complementar estadual 10	04.07.2002
330270	MARICÁ		lei complementar federal 020	01.07.1974
330270	retirado da RM		lei complementar estadual 97	02.10.2001
330285	MESQUITA		instalação do município	01.01.2001
330320	NILÓPOLIS		lei complementar federal 020	01.07.1974
330330	NITERÓI		lei complementar federal 020	01.07.1974
330350	NOVA IGUAÇU		lei complementar federal 020	01.07.1974
330360	PARACAMBI		lei complementar federal 020	01.07.1974
330414	QUEIMADOS		instalação do município	01.01.1993
330455	RIO DE JANEIRO		lei complementar federal 020	01.07.1974
330490	SÃO GONÇALO		lei complementar federal 020	01.07.1974
330510	SÃO JOÃO DE MERITI		lei complementar federal 020	01.07.1974
330555	SEROPÉDICA		instalação do município	01.01.1997
330575	TANGUÁ		instalação do município	01.01.1997
Salvador				
290570	CAMAÇARI		lei complementar federal 014	08.06.1973
290650	CANDEIAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
291005	DIAS D'ÁVILA		instalação do município	01.01.1986
291610	ITAPARICA		lei complementar federal 014	08.06.1973
291920	LAURO DE FREITAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
291992	MADRE DE DEUS		instalação do município	01.01.1990
292740	SALVADOR		lei complementar federal 014	08.06.1973
292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE		lei complementar federal 014	08.06.1973
293070	SIMÕES FILHO		lei complementar federal 014	08.06.1973
293320	VERA CRUZ		lei complementar federal 014	08.06.1973

		São Paulo		
350390	ARUJÁ		lei complementar federal 014	08.06.1973
350570	BARUERI		lei complementar federal 014	08.06.1973
350660	BIRITIBA-MIRIM		lei complementar federal 014	08.06.1973
350900	CAIEIRAS		lei complementar federal 014	08.06.1973
350920	CAJAMAR		lei complementar federal 014	08.06.1973
351060	CARAPICÚIBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
351300	COTIA		lei complementar federal 014	08.06.1973
351380	DIADEMA		lei complementar federal 014	08.06.1973
351500	EMBU		lei complementar federal 014	08.06.1973
351510	EMBU-GUAÇU		lei complementar federal 014	08.06.1973
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS		lei complementar federal 014	08.06.1973
351630	FRANCISCO MORATO		lei complementar federal 014	08.06.1973
351640	FRANCO DA ROCHA		lei complementar federal 014	08.06.1973
351830	GUARAREMA		lei complementar federal 014	08.06.1973
351880	GUARULHOS		lei complementar federal 014	08.06.1973
352220	ITAPECERICA DA SERRA		lei complementar federal 014	08.06.1973
352250	ITAPEVI		lei complementar federal 014	08.06.1973
352310	ITAQUAQUECETUBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
352500	JANDIRA		lei complementar federal 014	08.06.1973
352620	JUQUITIBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
352850	MAIRIPORÃ		lei complementar federal 014	08.06.1973
352940	MAUÁ		lei complementar federal 014	08.06.1973
353060	MOJI DAS CRUZES		lei complementar federal 014	08.06.1973
353440	OSASCO		lei complementar federal 014	08.06.1973
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS		lei complementar federal 014	08.06.1973
353980	POÁ		lei complementar federal 014	08.06.1973
354330	RIBEIRÃO PIRES		lei complementar federal 014	08.06.1973
354410	RIO GRANDE DA SERRA		lei complementar federal 014	08.06.1973
354500	SALESÓPOLIS		lei complementar federal 014	08.06.1973
354680	SANTA ISABEL		lei complementar federal 014	08.06.1973
354730	SANTANA DE PARNAÍBA		lei complementar federal 014	08.06.1973
354780	SANTO ANDRÉ		lei complementar federal 014	08.06.1973
354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO		lei complementar federal 014	08.06.1973
354880	SÃO CAETANO DO SUL		lei complementar federal 014	08.06.1973
354995	SÃO LOURENÇO DA SERRA		instalação do município	01.01.1993
355000	SÃO PAULO		lei complementar federal 014	08.06.1973

São Paulo			
350390	ARUJÁ		lei complementar federal 014 08.06.1973
350570	BARUERI		lei complementar federal 014 08.06.1973
350660	BIRITIBA-MIRIM		lei complementar federal 014 08.06.1973
350900	CAIEIRAS		lei complementar federal 014 08.06.1973
350920	CAJAMAR		lei complementar federal 014 08.06.1973
351060	CARAPICUÍBA		lei complementar federal 014 08.06.1973
351300	COTIA		lei complementar federal 014 08.06.1973
351380	DIADEMA		lei complementar federal 014 08.06.1973
351500	EMBU		lei complementar federal 014 08.06.1973
351510	EMBU-GUAÇU		lei complementar federal 014 08.06.1973
351570	FERRAZ DE VASCONCELOS		lei complementar federal 014 08.06.1973
351630	FRANCISCO MORATO		lei complementar federal 014 08.06.1973
351640	FRANCO DA ROCHA		lei complementar federal 014 08.06.1973
351830	GUARAREMA		lei complementar federal 014 08.06.1973
351880	GUARULHOS		lei complementar federal 014 08.06.1973
352220	ITAPECERICA DA SERRA		lei complementar federal 014 08.06.1973
352250	ITAPEVI		lei complementar federal 014 08.06.1973
352310	ITAQUAQUECETUBA		lei complementar federal 014 08.06.1973
352500	JANDIRA		lei complementar federal 014 08.06.1973
352620	JUQUITIBA		lei complementar federal 014 08.06.1973
352850	MAIRIPORÃ		lei complementar federal 014 08.06.1973
352940	MAUÁ		lei complementar federal 014 08.06.1973
353060	MOJI DAS CRUZES		lei complementar federal 014 08.06.1973
353440	OSASCO		lei complementar federal 014 08.06.1973
353910	PIRAPORA DO BOM JESUS		lei complementar federal 014 08.06.1973
353980	POÁ		lei complementar federal 014 08.06.1973
354330	RIBERÃO PIRES		lei complementar federal 014 08.06.1973
354410	RIO GRANDE DA SERRA		lei complementar federal 014 08.06.1973
354500	SALESÓPOLIS		lei complementar federal 014 08.06.1973
354680	SANTA ISABEL		lei complementar federal 014 08.06.1973
354730	SANTANA DE PARNAÍBA		lei complementar federal 014 08.06.1973
354780	SANTO ANDRÉ		lei complementar federal 014 08.06.1973
354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO		lei complementar federal 014 08.06.1973
354880	SÃO CAETANO DO SUL		lei complementar federal 014 08.06.1973
354995	SÃO LOURENÇO DA SERRA		instalação do município 01.01.1993
355030	SÃO PAULO		lei complementar federal 014 08.06.1973
355250	SUZANO		lei complementar federal 014 08.06.1973
355280	TABOÃO DA SERRA		lei complementar federal 014 08.06.1973
355645	VARGEM GRANDE PAULISTA		lei complementar 332 21.11.1983

ANEXO II: Composição do Entorno do Distrito Federal

Composição do Entorno do DF	
1	AGUAS LINDAS-GO
2	ABADIANIA-GO
3	ALEXANIA-GO
4	AGUA FRIA DE GOIAS-GO
5	BURITIS-MG
6	CABECEIRA GRANDE-MG
7	CABECEIRA DE GOIAS-GO
8	CIDADE OCIDENTAL-GO
9	COCALZINHO DE GOIAS-GO
10	CORUMBA DE GOIAS-GO
11	CRISTALINA-GO
12	FORMOSA-GO
13	LUZIANIA-GO
14	MIMOSO DE GOIAS-GO
15	NOVO GAMA-GO
16	PADRE BERNARDO-GO
17	PLANALTINA-GO
18	PIRENOPOLIS-GO
19	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO-GO
20	UNAI-MG
21	VALPARAIZO DE GOIAS-GO
22	VILA BOA-GO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. Uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1998).
- BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec (2002).
- BRAGA, Ruy. A nostalgia do fordismo – modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã (2003).
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. “Globalização, metrópoles e crise social no Brasil” in Revista eure (vol.XXXII, nº 95), pp. 5-20, Santiago de Chile, mayo de 2006.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã Editora (1996).
- DAVIDOVICH, Fany. “A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão territorial” in RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (organizador). Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação, a coesão e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (2004).
- DE MATTOS, Carlos A. “Redes, nodos e cidades” in RIBEIRO, Luiz César Queiroz (organizador). Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação, a coesão e o conflito. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (2004).
- DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra (2001).
- GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo e SILVA, Ronnie. Classe média: desenvolvimento e crise. São Paulo: Cortez (2006).
- GUIMARÃES, Marlene Maria Moreira. “Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras” in Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidade de Barcelona: Vol. VI, nº 119 (62) (2002).
- Harvey, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola (1992).
- KORNIN, Thaís e MOURA, Rosa. Metropolização e governança urbana: relações transescalares em oposição a práticas municipalistas. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 16, p. 17-30 (2004).

- LENCIONI, Sandra. “Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no estado de São Paulo” in LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (orgs), Brasil século XXI Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad (2004).
- LESSA, C. Planejamento nas regiões metropolitanas e políticas setoriais. Palestra proferida no Seminário Perspectivas das Regiões Metropolitanas Brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação CIDE (2002).
- LIPIETZ, Alain. “Fordismo, fordismo periférico e metropolização” in Ensaio FEE. Porto Alegre: 10(2) 303-335 (1989).
- MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya M. de; KOCH, Mirian Regina. “Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80” in Indicadores Econômicos, FEE, Porto Alegre, 2000, v. 28. n° 3, p. 94 – 113.
- MOREIRA, Ruy. “Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira” in MOREIRA, Ruy (org), A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro. Niterói: PPGEO – UFF (2003).
- MOREIRA, Ruy. “A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro” in LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; Moreira, Ruy (orgs), Brasil século XXI Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad (2004).
- MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo Roberto; DESCHAMPS, Marley e CARDOSO, Nelson Ari. “Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea” in Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba: n° 105, p.33-56, jul/dez (2003).
- MOURA, Rosa. “Rede urbana e reestruturação do território nacional – um percurso por entre representações” in VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), Cidade, Espaço, Tempo, Civilização: por “uma transformação radical da sociedade como sociedade política”, em mesa de debates. Recife, novembro de 2003.
- MOURA, Rosa. “Metrópoles em reestruturação: a lógica da desordem” in RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (organizador). Metrópoles – entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo (2004).

- MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo; DESCHAMPS, Marley; CARDOSO, Nelson Ari. “A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão” in Seminário Internacional “Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federados”. Brasília (2004).
- NOBRE, Eduardo Alberto Cuce. Reestruturação econômica e território: expansão recente do terciário na marginal do rio pinheiros – volume 1. São Paulo: Universidade de São Paulo (2000).
- NOVY, Andréas. A des-ordem da periferia- 500 anos de espaço e poderes no Brasil. Petrópolis: Vozes (2002).
- PIGNET, Rosélia. “A resposta brasileira à crise” in Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR (1993).
- POCHMANN, Márcio. Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações” in Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba: nº 105, p. 05-23, jul/dez (2003).
- POCHMANN, Márcio. Reestruturação produtiva – perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis: Vozes (2004).
- RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. Metrôpoles – Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro : Fundação Perseu Abramo (2004).
- ROCHA, Carlos Henrique Maurício da. “Fordismo: desenvolvimento e crise” in Revista múltipla. Brasília: ano VIII – Nº 15 (2003).
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argos Editora Universitária (2003).
- SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva. Reestruturação espacial e dinâmica econômica. Rio de Janeiro (1998).
- SANTOS, Milton. Metrôpole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel (1990).
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp (1993).
- SANTOS, Milton. Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record (2000).
- SANTOS, Milton. O espaço dividido. São Paulo: Edusp (2004).

- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo: Record (2001).
- SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel (1998).
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto (1998).
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1988).
- SOJA, Eduard W. Geografias pós-modernas – A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1993).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. “Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira” in FERNANDES, Edesio e VALENÇA, Marcio Morais (orgs), Brasil urbano. Rio de Janeiro: Mauad (2004).
- VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas. O que pode o poder local? IX Encontro Nacional da ANPUR, Anais. Rio de Janeiro: ANPUR, v.1, p. 140-151 (2001).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)